

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
Faculdade de Ciências e Letras - Campus de Araraquara

LAURA MURIEL COSTA

HERÓIS E FANÁTICOS:
representações da guerra de Canudo na poesia de cordel e no discurso político

Araraquara

2025

LAURA MURIEL COSTA

HERÓIS E FANÁTICOS:

representações da guerra de Canudo na poesia de cordel e no discurso político

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, para obtenção do título de Mestra em Estudos Literários.

Área de Concentração: Teoria e Crítica da Poesia

Orientadora: Prof. Dr. Fabiane Renata Borsato

Araraquara

2025

C837h Costa, Laura Muriel
Heróis e fanáticos : representações da guerra de Canudos na poesia de cordel e no discurso político / Laura Muriel Costa. -- Araraquara, 2025
132 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara
Orientadora: Fabiane Renata Borsato

1. Poesia brasileira. 2. Guerra de Canudos. 3. Literatura de Cordel.
I. Título.

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

Em conformidade com os ODS I, III e V, este trabalho, ao analisar diferentes narrativas sobre a Guerra de Canudos, propõe que eventos e obras literárias sejam avaliados com um olhar crítico, de maneira a não incorrer em análises reducionistas e enviesadas. Trabalhando com literatura de cordel, colabora para que a poesia popular brasileira seja inserida e estudada em um contexto acadêmico.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

In accordance to the SDGs I, III and V, this work analyses different narratives on de War of Canudos, proposing that events and literary works be evaluated with from a critical point of view, so as not to incur in reductionist and biased analysis. Working with Brazilian cordel literature, it contributes to insertiona and study of Brazilian popular poetry in an academical context.

LAURA MURIEL COSTA

HERÓIS E FANÁTICOS:

representações da guerra de Canudo na poesia de cordel e no discurso político

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, para obtenção do título de Mestra em Estudos Literários.

Área de Concentração: Teoria e Crítica da Poesia

Data da defesa: 27/05/2025

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Fabiane Renata Borsato
UNESP - Faculdade de Ciências e Letras - Campus de Araraquara

Prof. Dr. Silvia Beatriz Adoue
UFCG - Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Naelza de Araújo Wanderley
UFCG - Universidade Federal de Campina Grande

AGRADECIMENTOS

À UNESP, instituição em que concluí minhas graduações em história e letras, e, agora, um mestrado. Instituição esta que existe através das pessoas que a compõe: professores, discentes, funcionários técnico-administrativos e terceirizados. Meu muito obrigada a todas essas pessoas que tornaram possível essa formação.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

À minha orientadora, Fabiane Renata Borsato, que é uma educadora exemplar, sempre ética, crítica, e, não menos importante, acolhedora e compreensiva.

À professora Renata Junqueira, que foi de grande apoio, me apresentando pessoas e espaços que seriam fundamentais para minha compreensão da poesia de cordel.

À minha mãe, que me apresentou ao mundo da literatura de cordel e sempre me incentivou a ir mais longe. Ao meu pai, com quem compartilho o gosto por poesia e o choro fácil, e que sempre me apoiou.

Ao meu grande amigo, amor e companheiro Victor, que me acompanhou e apoiou em todas as etapas desse processo e me mostra sempre que é possível viver a vida com mais leveza.

Aos amigos que carrego na pele e no peito: Pamela, Barney, João, sem vocês eu não teria terminado sequer uma graduação.

À Julia, que chegou depois e me lembra sempre, com sua presença, que amizades são sobre conexão, não tempo.

RESUMO

A Guerra de Canudos, que ocorreu na Bahia entre 1896 e 1897 teve grande repercussão em âmbito nacional, figurando nas mídias, em produções artísticas e culturais não somente durante sua ocorrência, mas também posteriormente. O presente trabalho visa analisar como esse evento figura em dois textos da literatura de cordel, Antonio Conselheiro, o Santo Guerreiro de Canudos, de Rodolfo Coelho Cavalcante; Guerra de Canudos, de Raimundo Santa Helena, e em um discurso do Governador Luiz Vianna, proferido em uma sessão aos governadores dos estados. Para tal, será analisada a construção dos três textos, buscando contrastar os diferentes retratos de um mesmo evento histórico.

Palavras-chave: Guerra de Canudos; literatura de Cordel; poesia popular; representação.

ABSTRACT

The War of Canudos, which took place in Bahia between 1896 and 1897, had a nation-wide repercussion, being featured in media, artistic and cultural productions, not only during its occurrence but long after. The present research seeks to analyse how this event is portrayed in two texts from Brazilian Cordel Literature, “Antonio Conselheiro, o Santo Guerreiro de Canudos” from author Rodolfo Coelho Cavalcante; “Guerra de Canudos”, by Raimundo Santa Helena, and in a political discourse proffered by the Governor Luiz Vianna in a session with the State Governors. For this, it aims to analyse the construct of the three texts, seeking to contrast the different portrayals of a same historical event.

Keywords: War of Canudos; Brazilian Cordel literature; folk poetry; representation.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 CAPÍTULO 1	9
2.1 Se o sertão virar mar: movimentos messiânicos-milenaristas e a Guerra de Canudos	9
2.2 Nas sendas da tradição popular: literatura de Cordel e Xilogravura	21
2.3 Entre a feira e a tribuna: textos analisados	29
3 CAPÍTULO 2	35
3.1 Antonio Conselheiro, o Santo Guerreiro de Canudos	35
3.2 Guerra de Canudos	48
3.3 Discurso de Luiz Vianna	69
4 CAPÍTULO 3	82
4.1 Verso, verbo e violência: três olhares sobre Canudos	82
4.2 A tinta e o tempo: relações possíveis entre História e Literatura	91
REFERÊNCIAS	
ANEXOS	
Anexo A - Antonio Conselheiro, o Santo Guerreiro de Canudos	
Anexo B - Guerra de Canudos	
Anexo C - Transcrição do Discurso de Luiz Vianna	
Anexo D - Primeira página da edição de 20 de março de 1997 do jornal “O Paiz”	

INTRODUÇÃO

Ao finalizar a graduação em História, em 2018, carreguei uma inquietação proveniente da abordagem das produções literárias, muitas vezes resumidas à fonte documental, sem considerar suas dimensões estéticas enquanto manifestação artística. Foi essa inquietação que levou à matrícula no curso de Letras que, apesar dos problemas no percalço com a pandemia de COVID-19, proporcionou novas ferramentas para olhar e abordar os fenômenos literários. O projeto de pesquisa, que eventualmente se tornaria um mestrado, surgiu como tentativa de conciliar essas duas abordagens, trabalhando momentos históricos a partir da literatura, sem deixar de lado sua riqueza poética.

Para tal, foram selecionadas a Guerra de Canudos, como evento histórico, e a literatura de cordel como forma literária, para estudo da transfiguração de relatos históricos em textos literários produzidos em momentos contemporâneos ou não ao acontecimento do qual se ocupam.

A literatura de cordel, gênero da poesia popular que tem parte de suas raízes na Península Ibérica, se assentou firmemente na literatura popular brasileira, com raízes especialmente fortes no Nordeste do país. Se ocupa de muitos temas, de folhetos que contam histórias sobrenaturais - como “O Monstro do Rio Negro”, de João Martins de Athayde (1975) -, os que trazem discursos de cunho moralizante - “Droga, O Caminho da Perdição”, Madalena Castro (2016) - e de cunho jornalístico, relatando eventos recentes de impacto local ou regional - como é o caso de “Brasil campeão do mundo 1970 - agora, a taça é nossa!”, de José Soares (1970). Estes são apenas alguns exemplos da diversidade temática que oferecem os folhetos de cordel, e inúmeros outros temas poderiam ser mencionados.

No presente trabalho, nos ocuparemos de um evento específico descrito na literatura de cordel: a Guerra de Canudos. Tomando lugar na Bahia entre 1896 e 1897, tratou-se do embate de forças governamentais estaduais e federais contra os sertanejos que construíram a comunidade de Belo Monte, na fazenda de Canudos. Seguidores do beato Antonio Vicente Mendes Maciel, mais popularmente conhecido como Antonio Conselheiro, abandonaram suas vidas e moradias anteriores e se estabeleceram na comunidade situada à margem do Rio

Vaza-Barris, abnegando de seus bens pessoais e vivendo de acordo com as leis da comunidade.

A formação do povoado rapidamente chegou à atenção de autoridades locais, com o êxodo em massa de famílias que se deslocavam para a comunidade, deixando de estar submetidas à lógica das relações de poder coronelistas que governavam o sertão baiano. Tropas foram enviadas para erradicar o arraial e seus moradores, mas não obtiveram sucesso nas primeiras três campanhas, não obstante a gritante maioria numérica e armamentista dos soldados republicanos. Somente com a quarta expedição, e um combate e cerco de meses ao arraial, é que as tropas governamentais conseguiram exterminar a comunidade e seus moradores, marcando o início da República com a história do massacre de Canudos.

A repercussão do evento se estenderia, todavia, para muito além do lugar e tempo em que transcorreu. Contemporaneamente às expedições militares enviadas à comunidade, os embates no interior do sertão baiano já tiveram grande cobertura da imprensa, sendo acompanhados pela população a nível nacional com crescente preocupação e histeria. Mesmo finda a guerra, a comunidade de Canudos e a figura de Antonio Conselheiro deixariam sua marca na memória coletiva, sendo temas de inúmeras criações artísticas, como as obras *A Guerra do Fim do Mundo*, de Mario Vargas Llosa, e *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, ambas significativas obras literárias. Merece especial destaque a obra euclidiana, uma vez que o relato do autor, que acompanhou os eventos da guerra tendo sido enviado para fazer uma cobertura jornalística, influenciaria a visão que se tem dos habitantes do arraial e dos ataques à comunidade. Publicado posteriormente ao fim dos eventos, o livro adota uma postura crítica às ações do exército republicano que é, todavia, marcada por uma ótica racista e determinista, tão características a esse momento histórico.

Na literatura popular, Canudos também é tema de inúmeras obras. Não nos seria possível, neste trabalho, mapear todas as publicações do cordel que se ocupam de Canudos, mas, além dos folhetos com os quais trabalharemos, de Raimundo de Santa Helena e Rodolfo Coelho Cavalcante, encontram-se, no acervo da Casa Rui Barbosa, folhetos de autoria de Gonçalo Ferreira da Silva e Minelvino Francisco Silva. Ademais, José Calasans, em *A Guerra de Canudos na Poesia Popular (Documentário Folclórico)* (1952), faz um levantamento de folhetos sobre Canudos organizado geograficamente, com obras da Bahia, Sergipe, Pernambuco e Ceará. Como mencionado, os folhetos que estão aqui mencionados sequer se

aproximam da totalidade de obras que tematizaram a guerra do sertão baiano, havendo inclusive, produções contemporâneas em circulação.

Trabalharemos com um discurso político proferido por Luiz Vianna, governador da Bahia, durante as incursões militares contra o povoado de Canudos, e com dois folhetos da literatura de cordel que, através de posicionamentos bastante destoantes, narram a trajetória do líder religioso Antonio Conselheiro, a formação da comunidade, os embates com o exército e o eventual extermínio. Os dois folhetos, *Antonio Conselheiro, o Santo Guerreiro de Canudos*, de autoria de Rodolfo Coelho Cavalcante, e *Guerra de Canudos*, de Raimundo Santa Helena, foram escritos bastante posteriormente ao evento histórico do qual se ocupam, no ano de 1977 e 1981, respectivamente.

A seleção dos textos se deu em diferentes etapas - tendo em vista a contraposição de um discurso oficial, político, a discursos de cunho literário dos folhetos de cordel, foram selecionados primeiramente os folhetos, buscando materiais que apresentassem diferentes visões sobre o mesmo tema. Usando o acervo de literatura de cordel da Casa Rui Barbosa, foi efetuada uma busca pelos termos “Guerra de Canudos” e “Antônio Conselheiro”. Os folhetos selecionados apresentam perspectivas distintas sobre a Guerra de Canudos e a figura de Antônio Conselheiro. Na narrativa de Coelho Cavalcante, Conselheiro é o “pregador insolente” (Cavalcante, 1977, p. 4), cuja influência culmina na “[...] guerra mais fratricida / Do Nordeste brasileiro” (idem, ibidem, p.6); já na de Raimundo Santa Helena, vemos um Conselheiro que é “Santo, mito, guerrilheiro!” (Helena, 1981, p. 2), que morreu, juntamente com os demais moradores de Belo Monte, “Lutando pelo direito / De viver na Liberdade” (idem, ibidem, p. 7).

Selecionados os folhetos, passamos à pesquisa no acervo da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional Digital. Foi realizada uma busca por arquivos datados de 1890 a 1899, referentes ao estado da Bahia. Apareceram 44 periódicos, contando com diferentes edições de alguns jornais. Em seguida, esse montante foi restringido, buscando-se aqueles que correspondessem a publicações dos anos de 1896 e 1897, período da Guerra de Canudos. Assim foi selecionado o discurso do governador da Bahia, Luiz Vianna.

Os folhetos partilham um mesmo gênero textual, a poesia de cordel, e apresentam perspectivas distintas sobre os acontecimentos em Belo Monte e a figura do beato Conselheiro. O discurso de Luís Vianna, que governou o estado da Bahia entre 1896 e 1900, situa-se, temporalmente, entre a terceira e a quarta expedições militares, em um momento, portanto, de incerteza e grande pressão sobre as autoridades estaduais e federais para vencer a

guerra e destruir a comunidade. Essa pressão manifesta-se no teor do discurso do governador, que assume uma postura defensiva, buscando mostrar como as autoridades estaduais teriam feito todo o possível para lidar com a situação e restaurar a ordem.

Vemos que, por vezes, a literatura popular e, por extensão, o cordel, são relegados ao *status* de produção folclórica ou literatura de menor valia estética por ser meio de expressão de visões e anseios da população que a consome e produz. Tal afirmação, entretanto, poderia ser feita a respeito de qualquer gênero literário ou artístico, quando considerada a sua recepção. Compreendemos que ser meio de expressão não incide sobre a riqueza estética. Isso configura um papel ativo do gênero cordel, como apontado por Ulpiano Bezerra de Meneses em seu parecer acerca do registro do cordel como patrimônio cultural: “Expressar é uma forma de intervir no mundo. Por isso, conceber o cordel como “forma de expressão” é reconhecer que ele exerce, pela palavra, uma ação produtiva, que não passa em branco, mas tem capacidade de transformar, agindo em todas as frentes possíveis” (Meneses, 2019, p. 230).

Analisar de que forma essas narrativas expressam posicionamentos e cosmovisões, intervindo nas percepções de quem as lê é bastante pertinente para pensarmos o quão é falacioso supor que qualquer relato de um evento histórico possa ser tomado como verdade objetiva. Em épocas de reacionismo político e intelectual e de circulação desenfreada de *fake news*, é necessário que olhemos para como e onde são traçados os limites entre os fatos e as narrativas que deles tratam.

No primeiro capítulo, traçaremos um breve panorama histórico da formação da comunidade de Belo Monte e da Guerra de Canudos, contextualizaremos a literatura de cordel enquanto gênero e apresentaremos os autores dos textos trabalhados e seus contextos de produção.

O segundo capítulo tratará da análise dos três textos, observando aspectos formais, de conteúdo e imagéticos dos dois textos poéticos e do discurso político, buscando seguir o percurso das narrativas de maneira a entender de que forma são retratados Antonio Conselheiro e o movimento dos habitantes da comunidade em diferentes produções.

O terceiro capítulo ocupará-se de uma análise comparativa dos dois folhetos e do discurso de Vianna, confrontando as diferentes perspectivas oferecidas pelos três textos em busca de aproximações e afastamentos. Abordaremos as relações entre literatura e história,

buscando inserir os textos poéticos trabalhados nessa intersecção e averiguar seu diálogo com uma fonte contemporânea ao evento - o registro oficial do discurso de Luiz Vianna.

Por fim, cabe uma nota quanto às grafias adotadas para os nomes próprios. Adotamos para este trabalho a grafia Antonio, sem acento circunflexo, para Antonio Conselheiro, e Luiz Vianna, com “z” e dois “n”, para o governador baiano. São dois nomes que aparecem com grafias variadas em diferentes fontes, mas usaremos aqui a que é mais empregada em registros documentais históricos - contemporâneos, portanto, à Guerra de Canudos.

2 CAPÍTULO 1

2.1 Se o sertão virar mar: movimentos messiânicos-milenaristas e a Guerra de Canudos

Frei João Evangelista de Monte Marciano me dizia que, depois de pregar sete dias em Canudos, em meio a uma silenciosa hostilidade, se viu tratado de maçom e protestante por instar os jagunços a retornar a seus povoados, e que, ao lhes pedir que se submetessem à República, encheram-se de tal cólera que quase precisou sair fugido de Canudos. [...] Eu não podia sentir sua consternação, mas alegria e simpatia por esses homens graças aos quais, dir-se-ia, no fim do Brasil, renasce de suas cinzas a Ideia que a reação acredita haver enterrado na Europa no sangue das revoluções derrotadas.

(Vargas Llosa, M., 1981)

Antonio Vicente Mendes Maciel nasceu no sertão cearense, em uma família de pequenos proprietários de terras, em 1830. Ainda que a família tenha perdido a maioria de suas posses em uma rixa, Antonio teve uma educação eclesiástica e trabalhou em diversas funções, em sua maioria relacionadas ao Direito. Foi casado com uma de suas primas, com quem teve dois filhos. Após descobrir a traição da esposa com um sargento da polícia e de com ele travar embates, Antonio Maciel deu início a uma jornada de peregrinações pelo sertão nordestino que se estenderia até 1893 (Levine, 1995).

Durante pouco mais de quinze anos de perambulações e pregações, Antonio Maciel, no início de sua jornada e ainda não Conselheiro, abdicou de luxos e posses materiais, vivendo de doações e esmolas. Em seu trajeto, reformava ou construía igrejas e cemitérios por onde passava, executando ações “[...] que o poder público e as autoridades eclesiásticas não tinham, muitas vezes, condições ou vontade de empreender” (Calasans, 1973, p.3).

Conselheiro foi ganhando fama ao longo de seus anos jornadeando pelo sertão, e, com ela, seguidores que o acompanharam em sua peregrinação. Sua imagem, com as

características sandálias e vestes puídas, fixa-se no imaginário regional, e Antonio Conselheiro, agora também Santo Antonio Aparecido, Bom Jesus Conselheiro, Antonio dos Mares e Irmão Antonio, começa a ser encarado como emissário da vontade divina e operador de milagres (Costa, 2024).

Para uma compreensão do papel de Antonio Maciel no sertão, uma vez começada sua jornada, é preciso levar em conta as formas de sociabilidade e religiosidade sertaneja que seguem uma dinâmica própria, distintas das outras regiões do país, em especial dos centros urbanos mais próximos ao litoral. A presença da Igreja no interior nordestino era difusa e o espaço por ela deixado era ocupado por manifestações da religiosidade popular, em especial na figura de beatos-leigos que optavam por uma vida de espiritualidade e cumpriam informalmente o papel de líderes religiosos. Perpassando todas as manifestações, havia uma forte presença do sobrenatural na vida cotidiana do sertanejo, ao qual eram atribuídos os mais diversos eventos, indo de desavenças familiares a intempéries climáticas. Não é, portanto, surpreendente que tivessem grande força no imaginário popular as figuras de santos, amplamente cultuadas e integradas às redes de sociabilidade do sertão. Segundo Robert Levine: “A população sertaneja, crente num catolicismo autodidata, misturava um estoicismo cotidiano com a resignação trazida por esperanças messiânicas, sancionando uma visão apocalíptica da vida – tudo isso regado pelo culto aos santos protetores.”¹ O Conselheiro estava inserido nesse sistema de símbolos, ocupando ora o lugar de líder espiritual e político, ora de emissário divino.

Em 1893, Conselheiro assenta-se, com um séquito de fiéis, na fazenda de Canudos, à margem do rio Vaza-Barris, formando o Arraial de Belo Monte, comunidade que veria um rápido crescimento populacional nos meses e anos subsequentes. O acelerado aumento no número de moradores trouxe a comunidade à atenção dos donos de terra locais, que viram em sua estruturação uma ameaça, peticionando junto ao governo por intervenções. Essas intervenções, inicialmente malfadadas com a derrota das primeiras campanhas militares enviadas a Belo Monte, trouxeram a comunidade e o conflito com as autoridades para os holofotes da imprensa, e seus desdobramentos passaram a ser acompanhados pela população a nível nacional (Levine, 1995).

Entender os impactos simbólicos da Guerra de Canudos no imaginário nacional e político, nas relações de poder do interior baiano, só é possível a partir do contexto maior de

¹ LEVINE, Robert M. *O Sertão Prometido: o massacre de Canudos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

um Brasil recém-republicano que buscava se estruturar em meio a crises econômicas e de representatividade e das relações de coronelismo que pautavam a sociedade sertaneja. Em sua análise do coronelismo, Victor Nunes Leal destaca os pontos de confluência das diferentes manifestações do fenômeno que, apesar de carregadas de regionalismos, seguem uma mesma lógica: os coronéis figuravam como elemento norteador de uma forma típica de estruturação do poder privado. Com uma influência que derivava diretamente da posse de terras, as relações de coronelismo tinham um forte cunho paternalista. Era o coronel quem resolvia disputas, exercia funções policiais e comandava votos, cercado-se de uma rede de empregados, capangas e aliados políticos em um sistema de dependência mútua. Os proprietários precisavam desse prestígio para manter sua influência e acesso à mão-de-obra, e os sertanejos não tinham outra opção de subsistência que se submeter ao seu jugo (Leal, 2012).

Antonio Conselheiro, ao oferecer ao Arraial de Belo Monte uma alternativa ao coronelismo, rompeu esse ciclo de dependência, alterando de forma brusca as relações do sertão. Não se tratava, afinal, de um número insignificante de indivíduos que abandonavam suas moradias para estabelecer-se em Belo Monte. Segundo Robert Levine, em *O Sertão Prometido*:

A sua decisão de se estabelecer em Canudos, no vale do Vaza-Barris, foi consequência direta de um ataque desferido pela polícia contra ele [Conselheiro] e seus seguidores em Masseté [...] em inícios de 1893. Nesse ano, ele começou a pregar a respeito de uma terra sagrada no alto sertão. A resposta foi imediata. Fluxos de pessoas – indivíduos sozinhos, famílias inteiras e eventualmente toda a população das regiões circunvizinhas – seguiram-no até Canudos, deixando suas casas, alguns até vendendo suas propriedades pelo que oferecessem primeiro, carregando suas posses, suas mobílias, seus altares portáteis para a nova colônia. [...] O êxodo repentino de centenas e depois milhares de famílias, no curto período de dois anos (de meados de 1893 até 1895), chocou os fazendeiros locais e seus clientes. (Levine, 1995, p. 195)

Esse embate em Masseté daria início a um período de confronto dos habitantes de Canudos com as autoridades, e não cessaria até a última expedição militar que pôs fim à comunidade. Os fazendeiros e autoridades locais não puderam tolerar a existência da comunidade justamente por alterar de forma drástica as relações de trabalho e poder consolidadas há séculos. Além de o êxodo para Belo Monte significar cortes enormes na força

de trabalho das fazendas da região, os sertanejos que optaram por estabelecer-se em Canudos deixaram de estar sob a influência direta dos coronéis, respondendo, ao invés disso, a Antonio Conselheiro. Em matéria de poder e influência sobre a população da região, o alcance de Conselheiro de fato assemelhava-se ao dos coronéis (Silva, 2001)². A vida na comunidade seguia algumas regras bem definidas: para integrar-se a ela era preciso, já ao chegar, entregar suas posses; bebidas e jogos não eram permitidos. Belo Monte tinha uma grande organização, com subchefes apontados por Antonio Maciel e que se encarregavam de diferentes aspectos da vida em comunidade. Durante o dia, os habitantes trabalhavam na manutenção do povoado e cumprimento de tarefas; ao final da tarde, reuniam-se para ouvir os sermões de Antonio Conselheiro. Suas pregações misturavam um catolicismo estoico e austero com profecias milenaristas do fim do mundo e salvação dos justos. Com o fim da monarquia, a República também passa a figurar entre seus temas, sendo apresentada como a personificação do Anticristo. Esse caráter antirrepublicano presente nos sermões, somado à falha das primeiras incursões militares enviadas ao povoado e a uma total incompreensão da realidade sertaneja pelos habitantes das cidades, consolidaram o Arraial de Belo Monte como a personificação da barbárie no imaginário nacional.

Essencial na construção da imagem de Canudos e dos sertanejos e que se fixaria no imaginário coletivo brasileiro é a obra euclidiana *Os Sertões*. Publicado em 1902, *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, narra os eventos da Campanha de Canudos de maneira emblemática. O autor foi enviado pelo jornal O Estado de S. Paulo para fazer a cobertura jornalística dos eventos da guerra em curso no sertão baiano, relato que publicaria quatro anos após o final dos conflitos e que seria mais tarde caracterizado como livro-reportagem, consolidando Euclides da Cunha como um dos precursores do jornalismo literário no Brasil.

Segundo a definição de Edvaldo Pereira Lima, o jornalismo literário é uma

Modalidade de prática da reportagem de profundidade e do ensaio jornalístico utilizando recursos de observação e redação originários da (ou inspirados pela) literatura. Traços básicos: imersão do repórter na realidade, voz autoral, estilo, precisão de dados e informações, uso de símbolos (inclusive metáforas), digressão e humanização. (Lima, 2013)

² Em sua dissertação de mestrado, Silva reconstrói a trajetória e o impacto de Antonio Conselheiro no Nordeste, considerando seu impacto como líder político-religioso e representação, no imaginário comum, da barbárie, sendo a comunidade de Belo Monte compreendida como um delírio coletivo.

Os Sertões, situado então, entre dois gêneros discursivos, é dividido em três partes: A Terra; O Homem e A Luta. O autor constrói, nas duas primeiras partes, a imagem do sertão nordestino, terra ignota - ambiente marcado pela seca, que torna árdua a tentativa de qualquer forma de vida nele permanecer - e as populações sertanejas que, fatalmente, surgiriam desse ambiente hostil. O sertanejo de Euclides da Cunha, o “Hércules-Quasímodo” (Cunha, 1902) é um homem fatigado, curvado pelas intempéries climáticas e circunstâncias, intelectualmente inferior às populações urbanas de descendência europeia. É, no entanto, também tenaz e capaz de reagir rapidamente quando as situações o exigem: “O sertanejo é, antes de tudo, um forte.” (Cunha, 1902, p. 128). Expoente do positivismo e determinismo social do século XIX, Euclides da Cunha concebe esse sertanejo baiano como produto inevitável de seu meio e de uma miscigenação racial que seria prejudicial à constituição da população brasileira. Amparados pelo darwinismo social, teóricos da elite brasileira teorizam um racismo científico, supostamente embasado em pressupostos biológicos usados para justificar a existência inerente de diferenças entre as “raças humanas”, diferenças que acarretam, necessariamente, em um sistema de valoração que estipula como ideal o europeu branco. Como aponta Lilia Schwarcz:

Foi só no século XIX que os teóricos do darwinismo social fizeram dos atributos externos e fenotípicos elementos essenciais, definidores de moralidades e do devir dos povos. Vinculados e legitimados pela biologia, a grande ciência desse século, os modelos darwinistas sociais construíram-se em instrumentos eficazes para julgar povos e culturas a partir de critérios deterministas [...]. (Schwarcz, 2012, p. 20)

Já na nota preliminar de *Os Sertões* fica evidente o posicionamento assumido pelo autor frente às populações sertanejas e seu alinhamento às concepções adotadas pelos teóricos do darwinismo social, amparados no conceito de seleção natural:

Intentamos esboçar, palidamente embora, ante o olhar de futuros historiadores, os traços atuais mais expressivos das subraças sertanejas do Brasil. E fazêmo-lo porque a sua instabilidade de complexos de fatores múltiplos e diversamente combinados, aliada às vicissitudes históricas e deplorável situação mental em que jazem, as tornam talvez efêmeras, destinadas a próximo desaparecimento antes as exigências crescentes da civilização [...] (Cunha, 1902, p. 23)

Esboça-se então, a oposição entre civilização e barbárie, cara a esse Brasil republicano, colocando o sertanejo em uma posição de outridade em relação a essa civilização, representada pelos polos urbanos situados no litoral. Robert Levine, em *O Sertão*

Prometido, denomina esse posicionamento frente às populações rurais interioranas, “visão do litoral” (Levine, 1995). Ao postular a possibilidade de desaparecimento das assim nomeadas “subraças sertanejas”, Euclides da Cunha perpetua o discurso eugenista brasileiro do século XIX, que defendia o embranquecimento do país através da miscigenação, que eventualmente levaria ao desaparecimento de grupos étnicos distintos. Isso se evidencia na fala de João Batista Lacerda, diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, que, em tese apresentada no Congresso Internacional das Raças em 1911, afirmou que seria “[...] lógico supor que, na entrada do novo século, os mestiços terão desaparecido do Brasil, fato que coincidirá com a extinção paralela da raça negra entre nós” (Lacerda, apud Schwarcz, 2012, p.25).

Para Levine (1995), ao longo d’*Os Sertões* é construída uma dualidade: se, por um lado, a obra se refere ao sertanejo com admiração e busca denunciar, até certo ponto, as ações do exército ao dizimar toda uma comunidade, por outro, não abandona a crença de que esses indivíduos, por mais tenazes e singulares que sejam, são inferiores ao homem branco das capitais brasileiras:

Em sua visão dos sertanejos, Euclides se deixou seduzir pela noção de progresso adotada, a partir da segunda metade do século XIX, tanto na Europa como na América do Norte. Sensível aos sofrimentos que presenciou durante os últimos ataques militares a Canudos e à brutalidade exibida por ambos os lados, espelhou em seus escritos sua visão dualista de uma sociedade brasileira inevitavelmente dividida entre um primitivismo arcaico e a cultura progressista das cidades litorâneas. [...] A ambivalência o atormentava: enquanto respeitava profundamente a perseverança dos sertanejos, também aceitava a crença geral de que eles eram racialmente inferiores. (Levine, 1995, p.50)

Compreendemos que essa visão dos canudenses como subalternos, menos desenvolvidos, engendrada durante os conflitos e reforçada, em larga medida, com a publicação de *Os Sertões*, permanece viva e contribui para leituras reducionistas do evento histórico, relegando a constituição da comunidade ao plano da religiosidade e fanatismo.

Canudos pode, em virtude de sua estruturação e almejos, ser compreendido como um movimento messiânico-milenarista. Originária da tradição judaico-cristã, a concepção da figura de um messias perpassa diversas manifestações de religiosidade ao longo da história, configurando entre os grupos que esperam a sua vinda o que se passou a conceituar como movimentos messiânicos. A noção de messias é diretamente atrelada à esperança teleológica

de um reino de Deus, uma idade dos justos que seria instaurada na terra³. Partindo dessa tradição israelita, as aspirações messiânicas sofreram reconfigurações e adaptações com o passar dos anos, assumindo formas específicas adequadas ao contexto de suas diferentes manifestações. A interpretação mais corrente, no entanto, adotada inclusive por autoras como Maria Isaura Pereira de Queiroz, concebe o fenômeno messiânico necessariamente atrelado à noção de um paraíso terrestre. Como apresentado em sua obra canônica, *O Messianismo – no Brasil e no mundo*, podem ser rotuladas de messiânicas as “[...] comunidades chefiadas por um messias visando alcançar ou construir um paraíso terrestre, que significará a salvação e a felicidade nesse mundo para os adeptos” (Queiroz, 1965). É importante destacar nessa definição três pontos: a presença do elemento de comunidade para configuração de um movimento messiânico; a desvinculação de seus líderes da imagem de Cristo – inicialmente concebidos a partir dela, mas que com o tempo passam a ser muitas vezes encarados como meros intermediários da vontade divina; e a espera pelo paraíso terrestre. É justamente esse almejar por um paraíso terrestre e por uma nova ordem divina instaurada na terra que as concepções milenaristas se fazem presentes nos movimentos messiânicos. Adotando a definição de Jean Delumeau:

O milenarismo, espera de um reino deste mundo, reino que seria uma espécie de paraíso terrestre reencontrado, está, por definição mesma, estreitamente ligado à noção de uma idade de ouro desaparecida.

[...]

No cristianismo, deve-se chamar de milenarismo a crença num reino terrestre vindouro de Cristo e de seus eleitos – reino este que deve durar mil anos, entendidos seja literalmente, seja simbolicamente. (Delumeau, 1997, p. 18)

Seguindo as definições propostas por Pereira de Queiroz e Delumeau, o Arraial de Belo Monte teria todas as características necessárias para ser classificado como um movimento messiânico-milenarista: estruturou-se uma comunidade ao redor de um líder e em seus sermões o Conselheiro pregava a instauração de uma “idade do ouro”, em que o sertão se tornaria mar e os justos seriam recompensados. É necessário, no entanto, compreender que o movimento não pode ser simplesmente definido por seus aspectos místicos, como

³ Seguindo a definição do Dicionário Oxford das Religiões Mundiais, em tradução própria: “Descendente ungido do rei judaico Davi que vai restaurar o reino judaico. A ideia de um messias [...] cresceu a partir da esperança bíblica de que a Casa de Davi iria novamente governar o povo judaico. Como resultado da ocupação romana de Erez Israel, vários messias emergiram, incluindo Jesus (como interpretado após a sua morte por seus seguidores), Judas, o Galileu e Simeon Bar Kokhba [...]. Os rabinos ensinavam que, com a chegada do messias, o clímax da história humana seria alcançado e o reino de Deus seria estabelecido na terra.”

frequentemente foi feito tanto por seus contemporâneos quanto em estudos posteriores. A massiva adesão dos sertanejos ao discurso de Conselheiro e a formação do Arraial de Belo Monte devem ser compreendidas como fruto da dinâmica e contexto em que esses estavam inseridos e da reação a eles. Vistos e retratados pelos seus contemporâneos como loucos ou fanáticos, a disposição em seguir os preceitos de um líder messiânico foi uma forma de resistência à realidade posta pela existência árdua da vida no sertão e pelas relações de exploração do sistema coronelista. Ainda que os elementos de religiosidade do discurso conselheirista e as promessas de salvação para aqueles que o seguissem tenham desempenhado um importante papel, Canudos não deve ser entendida como uma onda de fanatismo despropositado ou um movimento estritamente messiânico. Como apontado por Rui Facó, em *Cangaceiros e Fanáticos*:

[...] o ‘fanatismo’ era o elemento necessário da solidariedade grupal à reação contra a ordem dominante. No nível cultural em que viviam, não só mergulhados no analfabetismo como ignorando seu próprio país, submetidos aos senhores das terras e às forças cegas da natureza, o ‘fanatismo’, o misticismo mais grosseiro era a *sua* ideologia.[...]

Desde que ganha influência sobre massas consideráveis da população, o ‘fanatismo’ desempenha um papel ativo, impulsionador da luta emancipadora local (Facó, 1983, p. 55).

Ainda para Jean Delumeau, em *Mil Anos de Felicidade - uma história do paraíso*, “Há em geral uma ligação entre febres milenaristas e grupos sociais em crise. Os atores dos movimentos escatológicos são frequentemente marginalizados, desenraizados ou colonizados que aspiram a um mundo de igualdade e comunidade” (Delumeau, 1997, p.17). Sua análise, que toma como base movimentos messiânicos e milenaristas europeus estendendo-se das Cruzadas às revoluções burguesas do século XVIII, dialoga muito com a eclosão do movimento de Canudos - dentre outros tantos movimentos brasileiros de cunho messiânico-milenarista - entre a população sertaneja, explorada por um sistema injusto e vivendo, muitas vezes, em condições de miséria. Não podemos esquecer, ainda, que uma violenta seca, conhecida como “a seca dos três oitos”, assolou o Nordeste de 1888 a 1892, acarretando em escassez de alimentos e inúmeras mortes de animais, especialmente no sertão (SUDENE, 1981). Um cenário já árduo tornara-se então ainda mais duro. A opção de abandonar seus lares e estabelecer-se em Belo Monte representou, seja de forma consciente ou não por aqueles que o fizeram, uma ruptura com o *status quo* do Brasil agrário e oligárquico, e por isso a comunidade precisava ser destruída.

Considerando-se ainda um contexto mais amplo, o arraial desafiava a jovem República em dois níveis: mais superficialmente por ser compreendido como um movimento monarquista, e, a nível simbólico, por tornar-se uma representação da barbárie no ideário coletivo, não-consonante, portanto, com os apregoados ideais progressistas republicanos. Segundo Jacqueline Hermann: “[...] os sertanejos foram mortos em nome da República e de todos os abstratos princípios que a norteavam” (Herman, 1996). Para fortalecer uma República que contava com pouca legitimidade, todos aqueles percebidos como contrários aos seus princípios deveriam ser tirados de cena, e a comunidade de Belo Monte o fizera em grandes proporções.

Em outubro de 1896, foi enviada a primeira tropa a Canudos, após um incidente envolvendo a compra de madeira para a construção de uma Igreja. Em junho daquele ano, houve um desentendimento entre os conselheiristas e Arlindo Leoni, juiz da comarca de Juazeiro. Os detalhes do incidente são um tanto nebulosos, havendo diferentes relatos e poucas fontes documentadas, mas, traçando um esboço dos acontecimentos, a madeira encomendada pelos canudenses para a construção da Igreja não seria entregue – não se sabe se por interferência de Leoni, que era um antigo adversário de Conselheiro, ou devido a algum outro fator. Quer tenha sido obra sua o cancelamento da entrega, ou não, Leoni parece ter começado a alertar as autoridades locais quanto à ameaça iminente de um ataque das forças conselheiristas em razão da madeira que não lhes fora entregue. Nos estudos feitos, há certo consenso sobre o cunho quase pessoal do desentendimento acerca da compra – o problema em questão não eram necessariamente os trâmites da compra em si, e sim o desconforto causado pela existência da comunidade na região (Herman, 1996).

Foi enviada à fazenda uma tropa das forças locais, e os canudenses, avisados com antecedência de sua aproximação pela população local, saíram do arraial para encontrá-la nos arredores da cidade de Uauá, onde se dá o primeiro conflito. Após algumas baixas de ambos os lados, os soldados bateram em retirada. Estava então estruturado o cenário para a Guerra de Canudos, não podendo mais serem ignorados os conselheiristas.

Com as pressões aumentado, o governador da Bahia, Luiz Vianna, foi forçado a levar a questão a nível federal, e começaram os preparativos para a segunda expedição. Contando com mais de quinhentos soldados federais e estaduais, canhões e cirurgiões, seu êxito era praticamente certo. Seguindo a mesma estratégia do primeiro conflito, e apoiando-se em táticas de guerrilha e conhecimento do terreno, as forças de Belo Monte emboscaram as tropas

antes que elas alcançassem o arraial, forçando-as a bater em retirada. A derrota da segunda expedição foi um forte golpe: “Com tanta humilhação parecia até que a República estava sendo ameaçada. As autoridades federais, civis e militares rapidamente elevaram Canudos ao status de ameaça à ordem nacional” (Levine 1995, p. 249).

Começaram os preparativos para a terceira expedição. A essa altura Canudos já ocupava lugar de destaque no noticiário nacional, com a população das metrópoles acompanhando os acontecimentos do sertão em crescente histeria e sensacionalismo. A terceira expedição foi composta por 1300 soldados, cavalaria e quatro canhões, o que confere um caráter quase surrealista à sua derrota por homens armados com ferramentas agrícolas, pedaços de mobília e balas de fabricação caseira. Sucumbindo frente às táticas de guerrilha dos defensores de Canudos, muitos soldados desertaram e as tropas fugiram, perseguidas pelos sertanejos. As notícias da terceira expedição e da morte do Coronel Moreira César, que a comandava, chocaram o país e levaram a um planejamento cuidadoso da quarta e última expedição.

A quarta expedição marchou para Canudos em julho de 1897 com mais de oito mil homens, e teve início o conflito que se estendeu até outubro do mesmo ano. Com o avanço inexorável das forças governamentais e doenças que se espalhavam rapidamente entre a população, os moradores de Belo Monte foram forçados a retrain até uma última defesa desesperada do arraial, munindo-se de destroços das casas e ferramentas improvisadas. Canudos foi incendiada em outubro de 1897, e Antonio Conselheiro, decapitado. O beato, que já estivera morto há algumas semanas antes da queda da cidade, não fora enterrado pois seus seguidores estavam crentes em um milagre que o traria de volta à vida. A cidade foi completamente destruída e os habitantes que não morreram na luta foram feitos prisioneiros. O antigo arraial foi inundado pelas forças republicanas, concretizando, em uma ironia trágica, uma das promessas feita por Conselheiro em suas pregações: a de que, instaurada a era dos justos, o sertão viraria mar. A memória do conflito fica, e os canudenses permanecem como símbolos de resistência e ruptura; Antonio Conselheiro, em retratos que oscilam entre louco e santo, continua exercendo grande fascínio quase um século e meio depois.

Ainda que Canudos se avulte, no imaginário coletivo, como um movimento excepcional, dispar de qualquer outra organização que tenhamos na história nacional, está distante de ser o único movimento messiânico que se estruturou no Brasil. Em *O Messianismo - no Brasil e no Mundo*, Queiroz faz um resgate de movimentos de cunho messiânico

construídos desde os princípios da colonização portuguesa. Chamaremos aqui a atenção para os que são posteriores ao período colonial, que caem sob a alcunha do que a autora denomina “movimentos messiânicos rústicos”.

Um dos grandes líderes espirituais, de fama incontestada e que persiste vivo na memória coletiva e em orações, foi o Padre Cícero Romão Batista, ou Padim Ciço. Muitos movimentos de cunho sociorreligioso subsequentes a Canudos foram a este comparados, e não foi diferente com os seguidores de Padre Cícero. Citando Rui Facó: “Ardiam ainda as chamas de Canudos quando o nome do Padre Cícero Romão Batista correu o país inteiro. O sacerdote, com fama de fazedor de milagres, já congregava em torno de si milhares de fiéis e estaria aliciando combatentes para as hostes de Antonio Conselheiro” (FACÓ, 1963, p. 126). O medo de uma organização semelhante àquela do Arraial de Belo Monte levou à comparação com ela, ao longo dos anos, de movimentos sociais e religiosos, especialmente os de cunho messiânico.

Padre Cícero, canonizado em 1973, é um dos maiores objetos de devoção popular. O religioso ganhou grande fama na região, atraindo inúmeros fiéis para Juazeiro, que ficaria conhecida como “Nova Jerusalém”, em busca de conselhos e bênçãos do padre. Com o crescimento em prestígio, populacional e político de Juazeiro, começaram movimentos em prol da autonomia política da cidade do município de Crato, ao qual era vinculada. Diferentemente de outros movimentos populares, no entanto, a Sedição de Juazeiro que ocorreria em 1914, teve forte participação dos coronéis locais, organizados contra o governo federal. Depois de articulações entre os membros da oligarquia e confrontos com tropas estaduais, Juazeiro alcançaria a independência política almejada (Rosa, 2023). Só foi possível, todavia, devido à participação ativa dos fiéis de Padre Cícero, que, aliada às investidas de grupos de cangaceiros, rechaçaram as forças estaduais. É interessante como, ainda que inicialmente comparado a Canudos, o movimento dos fiéis pôde continuar porque aliado aos interesses das oligarquias locais, sendo Padre Cícero, como apontamos, ainda amplamente cultuado.

Outro movimento que deve ser citado, semelhante a Canudos no modo de organização - comunal - e com uma história igualmente trágica após a interferência de forças militares, é o Caldeirão de Santa Cruz do Deserto, também conhecido como Caldeirão dos Jesuítas.

Organizada sob a liderança do beato José Lourenço, protegido de Padre Cícero Romão, uma comunidade começou a se estruturar na região do Cariri, em um sítio de nome

Baixa Dantas ou Baixa d'Anta - encontramos grafias distintas do nome nas diferentes fontes. Foram presenteados com um boi, que em pouco tempo tornou-se figura mística, atraindo peregrinos e devotos. A movimentação chamou a atenção das autoridades locais, que mataram o animal e levaram José Lourenço preso. O beato foi solto rapidamente, no entanto, e mudou-se para uma propriedade na serra do Araripe, a Fazenda Caldeirão, que pertencera a Padre Cícero, então falecido. Estruturou-se uma comunidade, com o Beato José Lourenço como líder político e religioso, pautada na divisão comunal do trabalho e bens: “Todos trabalhavam, inclusive o beato. O produto da lavoura era depositado em armazéns e distribuído de acordo com as necessidades de cada um.” (Queiroz, 1965, p. 262)

A fazenda, antes árida, foi transformada pelos seguidores de José Lourenço, que cuidavam da terra e plantavam comida o suficiente para alimentar a todos os seus habitantes. Além da manutenção do Caldeirão, prestavam serviços a propriedades próximas, auxiliando com mão de obra, sem custos para os proprietários, que retribuía, entretanto, enviando parte de sua produção para os habitantes do Caldeirão (Queiroz, 1965).

Moisés Diniz de Almeida (2024), ao analisar as aparições midiáticas da comunidade de Caldeirão em jornais pernambucanos, nota, como discurso recorrente, aproximações do movimento à comunidade de Canudos e com movimentos comunistas, como a Intentona, que tivera lugar cerca de dois anos antes da destruição da comunidade pelas forças policiais. Essas percepções, aliadas a reclamações do clero e perda de mão de obra de fazendeiros locais em virtude de sua migração para a fazenda de Caldeirão, levaram à dissolução da comunidade por forças policiais em 1936, sendo incendiadas as moradias e os moradores obrigados a entregar produção e pertences. Como em Canudos, o grande crime desses indivíduos foi organizar-se em uma comunidade que fugia às leis impostas pelas relações de poder de um regime oligárquico. Conforme Rui Facó:

Nada se explicava, nada se justificava. Simplesmente arrasava-se um núcleo de trabalhadores rurais, cujo crime era terem rompido suas relações com o regime latifundiário, não mais se submeterem a ele como semi-servos. Havia outro crime: tudo ali lhes era comum, todos os bens que produziam. Como violar impunemente as leis da propriedade privada burguês-feudal? (Facó, 1963, p. 208)

Perdido o sítio, deslocaram-se estes homens e mulheres para a Serra do Araripe, construindo casas rudimentares em meio à vegetação e temendo futuros ataques. Em maio de 1937 seria brutalmente destruído também este assentamento, por meio de um grande

contigente policial, contando, inclusive, com bombardeios aéreos para garantir a destruição completa do povoado que constituía uma ameaça à ordem.

Transformado em documentário em 1986 por Rosemberg Cariry, o massacre de Caldeirão entra na história como mais um episódio trágico para aqueles que ousaram se opor à ordem vigente.

Rui Facó, como anteriormente apontamos, concebe esses movimentos populares, messiânicos ou não, como insurgências contra um sistema que se mantém a partir da exploração sistemática de populações pobres. A formação de comunidades, mais do que uma aglomeração de fiéis em torno de uma figura santificada, aguardando o reino dos justos, é uma resposta às condições de vida precarizadas: indivíduos que, cansados de aguardar mudanças sistêmicas, criaram alternativas para viver de forma mais justa e digna. O autor vê rebeliões populares, como a Revolução Praieira de 1848 e o movimento dos quebra-quilos, em 1878, como fontes de influência para a eclosão de movimentos messiânicos, a constituição de comunidades como a de Canudos e Caldeirão e a formação de bandos de cangaceiros (Facó, 1983).

A seguir voltaremos o olhar para as produções que, desde seu princípio, retrataram esses e inúmeros outros movimentos de cunho popular: a literatura de cordel, que, com sua estrutura narrativa e afinidade com temas do cotidiano, por muitas vezes cumpriu o papel de veículo de notícias e oferece pistas de como foram vistas e divulgadas as mais diversas insurreições populares.

2.2 Nas sendas da tradição popular: literatura de Cordel e Xilogravura

O poeta é um repórter
das ocultas tradições
revelador dos segredos
guiado por gênios bons
pintor dos dramas poéticos
em todas composições. (Areda, s/d, p. 1)

Estes versos do poeta Francisco Sales Arêda, que abrem o poema *O romance de João Besta e a Gia da Lagoa*, já nos permitem vislumbrar a magnitude do gênero agrupado sob o termo “Literatura de Cordel”. Este poeta que é então repórter, revelador e pintor pode trabalhar com uma grande variedade de temas nos folhetos, que, tradicionalmente sob a forma

de poemas narrativos, ocupam-se de notícias, mitos, sátiras, elementos folclóricos e narrativas de cunho moralizador, em um entrecruzamento de fato e ficção. Fica nítida a impossibilidade de tentar delimitar os temas do cordel ou agrupá-los sob um mesmo signo. Citando Maria Ignez Novas Ayala, “A poesia popular nordestina, quer escrita, quer oral, guarda uma complexidade que vem desafiando muitos pesquisadores. Qualquer tentativa de classificação geral tem-se mostrado insatisfatória” (Ayala, 1997, p. 161).

Isso não quer dizer, evidentemente, que não haja características gerais. Os poemas de cordel são produzidos em livretos, de simples confecção, em geral variando entre doze e vinte e quatro páginas. Há bastante rigidez quanto aos aspectos formais: os poemas devem seguir esquemas métricos, rítmicos e rítmicos para se enquadrarem no gênero.

Os folhetos são bastantes comercializados ao redor do Brasil, sendo produzidos em grande quantidade e com relativa facilidade, uma vez que seu processo de confecção é bastante simples, podendo ser realizado com poucos recursos gráficos. Os folhetos impressos são divididos em diferentes categorias, definidas principalmente em função do número de páginas, mantendo-se a constante de múltiplos de quatro, pois sua confecção se dá a partir de folhas dobradas em quatro.

Também lhe são características as xilogravuras que ilustram as capas dos folhetos e por vezes aparecem ao longo do poema. No início do século XX, a xilogravura popular se consolida como ofício, possivelmente com o objetivo de incrementar vendas dos folhetos de cordel. Assim como se dá com a confecção dos folhetos, o processo de feitura das xilogravuras é simples, podendo ser realizado com meios escassos. As figuras são entalhadas sobre uma superfície de madeira e, após receber uma camada de tinta, são transferidas com o auxílio de colheres, espátulas, ou somente com as mãos, para o papel (Pontes, 2019). Sendo uma das técnicas mais antigas para gravação de imagens, há registros da feitura de xilogravuras na China, Japão, Pérsia e América Pré-Colombiana, desde o século VIII. Antes de firmar-se como prática artística, já era utilizada para ilustrações de cartas, imagens de santos e confecção de dinheiro. Na Europa, a prática remonta ao século XIV, tendo grande expansão no século XV. A possibilidade de replicabilidade e produção em série que a matriz xilográfica oferece, acarreta em uma redução de custos de produção para peças que eram antes pintadas e ilustradas uma a uma. Por esse motivo, foi também utilizada para impressão de livros, sendo os textos entalhados juntamente às ilustrações nas matrizes (Costella, 2003).

No Brasil, as primeiras xilogravuras foram de confecção indígena, utilizando tanto as tradicionais matrizes em madeira, quanto frutos e plantas como carimbos. Em *Breve História Ilustrada da Xilogravura*, de 2003, Antonio Costella afirma:

Segundo antigos relatos de viajantes, foi possível constatar em várias tribos o emprego de matrizes de madeira para imprimir, com tinta, desenhos rituais na pele do corpo humano e, mais raramente, para estampar peças de indumentária.

Mais de duas dezenas de tribos indígenas, comprovadamente, utilizaram-se dessa técnica, destacando-se, pela destreza artesanal e pela variedade de modelos, os canelas, os apinajés e os xavantes. (Costella, 2003, p. 50)

Regularizada enquanto prática somente após a chegada da Família Real ao Brasil, seus usos assemelharam-se àqueles em solo europeu, com confecção de livros, ilustrações e retratos. No Brasil como na Europa, a xilogravura tradicional caiu em desuso com o advento de matrizes metálicas e utilizáveis em máquinas tipográficas, acelerando o processo de produção. No cenário da literatura popular, entanto, mantém-se forte, com grandes nomes como Mestre Dila e J. Borges, ambos patrimônios vivos do Estado de Pernambuco até o momento de suas mortes, em 2019 e 2024, respectivamente. J. Borges, além de ter obras em inúmeros títulos literários, não restritos ao gênero do cordel, teve trabalhos expostos em diversos museus, com reconhecimento nacional e internacional.⁴ Muitas de suas obras ocupavam-se do cotidiano sertanejo, como é o caso de *A Vida no Sertão*:

Figura 1 - A Vida no Sertão

⁴ FERNANDES, R. **J. Borges**. s/d. Disponível em: <https://www.artesanatodepernambuco.pe.gov.br/pt/mestres/j-borges-mestre/mestre>. Acesso em 27/09/2024.



Fonte: Borges, 2015.

Muitas vezes ignorada por se tratar de uma literatura popular que aborda temas e anseios de interesse do público consumidor dos folhetos em linguagem descomplicada, a literatura de cordel é extremamente significativa enquanto produção artística, literária, além de apresentar importantes registros históricos, culturais e sociais. Os folhetos cumprem, em muitos contextos, uma função alfabetizadora. Mark Curran, em *A presença de Rodolfo Coelho Cavalcante na moderna literatura de cordel*, afirma:

[...] Na literatura [...] muitos falam do fenômeno oral do folheto, do fato que muitos que compram folhetos são analfabetos [...]. É certo que há pessoas que decoram grandes trechos ou mesmo folhetos inteiros. Muitos aprenderam as primeiras letras com o folheto de cordel. Muitos dos próprios poetas confessaram a sua dívida para com os velhos livros no processo de alfabetização. (Curran, 1987, p. 113)

Essa função alfabetizadora está intrinsecamente ligada à dupla natureza do cordel, sendo este um gênero que transita entre a escrita e a oralidade. Para além das declamações dos poemas, que contribuem para este hibridismo, existe o repente, gênero irmão. As cantorias de

repente são poemas improvisados acompanhados de viola, que seguem, no entanto, esquemas métricos e rítmicos extremamente rígidos. Entre os poetas populares, faz-se a divisão entre os chamados poetas de bancada, que são aqueles que escrevem os poemas e os imprimem; e os de improviso, os repentistas e glosadores. Em um mundo em que predomina a poesia em sua forma escrita, esse forte caráter oral da poesia popular é bastante significativo, contribuindo para que seja uma arte viva, em movimento, e dialógica. Como apontado por Moisés, em *Poesia para quê?*, quem consome poesia na atualidade quase sempre o faz através da palavra escrita, e ler poesia é um ofício bastante solitário:

[...] a poesia circula predominantemente em forma impressa, o que a condenou, há muito, a deixar de ser experiência coletiva, para se tornar uma espécie de vício secreto, pessoal e intransferível, cada vez mais afastado, pelo menos aparentemente, dos interesses gerais da comunidade. O consumidor de poesia, há mais de cinco séculos, leva para casa um livro, um folheto ou equivalente, por meio do qual, em silêncio, entra em contato com a voz do poeta. (Moisés, 2019, p. 77)

Com o advento das revoluções burguesas e individualização das práticas culturais e sociais, fazer e consumir poesia, antes atividades que tinham um forte traço grupal, foram inseridas nessa lógica individualista. Octavio Paz, em *Poesia de Solidão e Poesia de Comunhão*, levanta indagações sobre o papel da poesia e suas transformações ao longo do tempo. Questiona:

[...] a interrogação sobre as possibilidades de encarnação da poesia não é uma pergunta sobre o poema e sim sobre a história: será uma quimera pensar numa sociedade que reconcilie o poema e o ato, que seja palavra viva e palavra vivida, criação da comunidade e comunidade criadora?” (Paz, 1956, p. 309)

Podemos nos perguntar se a literatura de cordel, e a poesia popular como um todo, conseguem, em alguma medida, existir nesse campo de intersecção entre palavra viva e vivida, rompendo, em certa proporção, com a lógica produtivista que desassocia a individualidade da comunidade, através da primazia do individualismo. A poesia que é viva e construída nas práticas interpessoais é uma transgressão da lógica burguesa da produtividade a todo custo. A primazia da leitura silenciosa acarreta ainda, para Moisés, em uma perda de força poética, com um distanciamento entre o leitor e a sonoridade do poema. Não mais a cargo do trovador, é agora o leitor que deve, sozinho e em silêncio, reconstituir “[...] a

qualidade acústica dos vocábulos isolados, bem como de suas sequências no fluxo de versos e estrofes.” (Moisés, 2019, p. 82). Essa consciência sonora do poema, iria, ao longo do tempo de interiorização e fruição silenciosa, se perdendo. Não se perderia, no entanto, entre os leitores de poesia popular. Em seu parecer em prol do registro da literatura de cordel como patrimônio cultural de 2019, Ulpiano Bezerra de Meneses pontua que a leitura do cordel escrito nunca abandonou as funções da métrica e da rima que guardam a memória da oralidade. Essa memória da oralidade não se exercita, todavia, por si só, em um processo de absorção sem prática. Esses leitores de poesia popular, são, antes de mais nada, ouvintes de poesia popular, e o ritmo, tão marcado nas declamações, acaba sendo interiorizado. Como apontado por Abreu (1999), “Os poetas populares nordestinos escrevem como se estivessem contando uma história em voz alta. O público, mesmo quando a lê, prefigura um narrador oral, *cujas voz se pode ouvir*” (Abreu, 1999, p. 118, grifo próprio).

A literatura de cordel brasileira, que tem especial força no Nordeste, vem de uma tradição literária ibérica, sendo um gênero de grande força em Portugal e Espanha. As folhas volantes, como chamadas em Portugal, eram penduradas em cordões para exposição e venda, em suportes ou no corpo dos vendedores. O termo literatura de cordel advém justamente deste modo de exposição em cordões, sendo originário da Espanha e consagrado em terras portuguesas por Teófilo Braga.

A começar pelo nome, o termo literatura de cordel passou a ser adotado pela academia, e não pelo poeta, para se referir ao gênero. Quando apenas difundido oralmente e localmente, era chamado de “folheto”, tanto pelos que os consumiam quanto aqueles que os produziam. Inclusive porque os folhetos, no Brasil, não eram tradicionalmente vendidos pendurados em cordões, como em Portugal, e sim expostos no chão, sobre tecido. Sobre o termo “literatura de cordel”, Jeová Franklin afirma:

[...] soa como imposição cultural. O Nordeste rural desconhece a palavra cordel como sinônimo de cordão ou barbante. Ela se impôs com base na lenda urbana de que os livretos populares eram vendidos no interior do Brasil do mesmo modo como eram comercializados em Portugal: pendurados em cordão. Na verdade, folheteiros utilizavam pequena maleta onde transportavam a mercadoria. (Franklin, apud Sena, 2022, p. 100)

As diferenças estendem-se, no entanto, para bastante além da nomenclatura. Márcia Abreu, em *Histórias de Córdeis e Folhetos*, analisa as características gerais da literatura de cordel portuguesa e da literatura de folhetos brasileira - termo preferido pela autora para

diferenciar os folhetos nordestinos dos portugueses -, passando pela forma, temas abordados, público, autores, produção e distribuição, elencando algumas distinções fundamentais entre a literatura de folhetos brasileira e sua precursora lusitana. A literatura de cordel portuguesa não obedecia a regras formais rígidas, podendo mesclar, em um mesmo texto poético, diferentes padrões métricos e rítmicos. Não havia, tampouco, constância quanto ao gênero literário, englobando textos em prosa, em verso e peças teatrais. Para a autora, o cordel português é antes um gênero editorial do que literário, sendo sua única constância a maneira de editoração, em folhetos.

Já a literatura de folhetos nordestina tem características bastante demarcadas quanto ao gênero e forma, características estas que são de conhecimento comum, e, quando o poeta decide não segui-las à risca, pode incorrer em críticas do público. Os folhetos são compostos exclusivamente, como apontamos, por textos poéticos, metrificados, com regras quanto ao padrão rímico e rítmico. No que diz respeito aos processos de composição, edição, comercialização e estruturação de um público para os folhetos brasileiros, há também características gerais. Como pontuado por Abreu:

Assim, entre o final do século XIX e os anos 20, a literatura de folhetos consolida-se: definem-se as características gráficas, o processo de composição, edição e comercialização e constitui-se um público para esse literatura. Nada nesse processo parece lembrar a literatura de cordel portuguesa. Aqui, havia autores que viviam de compor e vender versos; lá, existiam adaptadores de textos de sucesso. Aqui, os autores e parcela significativa do público pertenciam às camadas populares; lá, os textos dirigiam-se ao conjunto da sociedade. Aqui, os folhetos guardavam fortes vínculos com a tradição oral, no interior da qual criaram sua maneira de fazer versos; lá, as matrizes das quais se extraíam os cordéis pertenciam, de longa data, à cultura escrita. Aqui, boa parte dos folhetos tematizam o cotidiano nordestino; lá, interessavam mais as vidas de nobres e cavaleiros. Aqui, os autores eram proprietários de sua obra [...]; lá, os editores trabalhavam fundamentalmente com obras de domínio público. (Abreu, 1999, p. 105)

Esses aspectos, tão característicos da literatura de cordel - ou de folhetos - brasileira, ainda se mantém, e essa literatura continua muito viva, especialmente no nordeste do país. São muitos os que compõem, cantam, glosam, seguindo regras há muito estabelecidas, aprendidas e internalizadas, em grande parte, através da escuta. Ainda que as características formais e editoriais sejam compartilhadas, a variedade temática dos folhetos é vasta.

Diversas foram as propostas de classificação temática dos folhetos de cordel. Não daríamos conta, aqui, de apresentar todas elas, mas buscaremos apresentar algumas, a saber: a de Orígenes Lessa e Manoel Diégues Júnior.

A classificação de Diégues Júnior considera três grandes grupos, divididos em subcategorias. No primeiro, Temas tradicionais, estariam os folhetos de romances e novelas, contos maravilhosos, histórias de animais, anti-heróis e tradição religiosa; o segundo, Fatos circunstanciais ou acontecidos, englobaria folhetos que narram acontecimentos naturais - como desastres naturais ou climáticos, humanos - como festas e eventos -, sobre a vida urbana, centrados em personalidades, e folhetos de crítica e sátira. No terceiro grupo, por fim, estariam as cantorias e pelejas (Diégues Jr., s/d).

Orígenes Lessa, por sua vez, considera que há dois grandes grupos de folhetos, os de tema recorrente e passageiro. Dentre os temas recorrentes figurariam histórias tradicionais; secas e retirantes; o ciclo do cangaço; vaqueiros; histórias bíblicas; profecias; milagres; festas religiosas; beatos e santos sertanejos; acontecimentos sobrenaturais; o Diabo e romances de amor e/ou aventura. Passageiros seriam temas como acontecimentos de época; crimes; revoluções; fatos e eventos políticos; lutas ideológicas; crítica de costumes e sátiras (Lessa, 1955).

Como podemos ver pelo breve levantamento, a diversidade temática do cordel é vasta, e difícil é um consenso quanto à sua classificação. Como apontado por Maria Ângela de Faria Grillo, as tentativas de classificação por parte de estudiosos muitas vezes surgem como resposta a problemas específicos de pesquisa, sendo inúmeras as possibilidades classificatórias:

[...] a maior parte das classificações já feitas [...] são instrumentos que permitem a cada um desses estudiosos criar nessa diversidade, que, sem dúvida, é dispersiva ao estudioso, com uma certa homogeneidade que permite àquele que a estabeleceu operar suas análises com alguns critérios. [...] essas classificações respondem às questões que eles mesmos estão tentando resolver, e é nesse sentido que elas proliferam. (Grillo, 2015, p. 152)

A estruturação em ciclos pode, portanto, auxiliar a situar uma obra em relação a outras, não a encarando como manifestação isolada. Não há, no entanto, uma única divisão

possível, como buscamos evidenciar. Não temos, no presente trabalho, o intuito de classificar tematicamente os textos de cordel com os quais trabalharemos.

Situada a literatura de cordel enquanto gênero contextualizaremos, a seguir estes dois folhetos, assim como o discurso proferido por Luiz Vianna, quanto a seu contexto de produção e características gerais.

2.3 Entre a feira e a tribuna: textos analisados

Publicados em 1977 e 1981, respectivamente, os folhetos *Antonio Conselheiro, o Santo Guerreiro de Canudos*, de autoria de Rodolfo Coelho Cavalcante; e *Guerra de Canudos*, de Raimundo Santa Helena, apresentam perspectivas bastante distintas acerca do conflito travado no sertão baiano quase um século antes. A publicação de ambos se encontra temporalmente bastante distanciada dos acontecimentos do qual se ocupam as narrativas poéticas, com uma diferença de apenas quatro anos entre elas.

Antonio Conselheiro, o Santo Guerreiro de Canudos, de Rodolfo Coelho Cavalcante, narra os eventos da Guerra de Canudos, começando pelas peregrinações de Antonio Conselheiro, apresentando o líder religioso através de descrições, discurso direto e narração de eventos da vida do pregador anteriores à sua jornada enquanto beato. São apresentados ao leitor, o séquito de fiéis que seguia o líder religioso pelo sertão e seu eventual assentamento em Belo Monte, sendo ressaltados o fanatismo dos fiéis, a estranheza da doutrina e as problemáticas surgidas com a estruturação da comunidade. Os subsequentes conflitos com as autoridades, locais e federais são narrados com especial atenção à composição das forças governamentais e violência do conflito. Finaliza o poema detendo-se na figura de Conselheiro, que é apresentada de maneira bastante oscilante ao longo do texto - por vezes fanático e desonesto, por vezes corajoso guerreiro, o líder de Belo Monte é uma figura complexa no folheto em questão. O eu-lírico termina o texto com um apelo, inserido num acróstico do nome do autor (Rodolfo), para que no futuro não surjam mais figuras como a do pregador.

Cavalcante nasceu no estado de Alagoas, em 1919, e morreu em 1986, aos 67 anos. Teve uma série de empregos diferentes ainda na adolescência, trabalhando como camelô, integrante de circo, carregador e propagandista, antes de começar sua carreira na literatura

(Curran, 1987). O autor, em sua produção, tem muitos folhetos que se enquadram na categoria de poesia-reportagem, noticiando acontecimentos contemporâneos e históricos. Religiosidade e práticas culturais figuram também em muitos de seus folhetos, assim como o cenário político nacional (Brito, 2013). Fundou diversas entidades ligadas ao Cordel e foi líder da Ordem Brasileira dos Poetas da Literatura de Cordel. Teve uma carreira controversa, sendo em muitos momentos acusado, tanto por colegas de profissão quanto pessoas externas ao círculo dos poetas populares, de alinhar-se ideologicamente ao regime do momento e propagar nos folhetos sua política reacionária. Chegou a renunciar à presidência de uma das entidades criadas por ele, a Associação Nacional de Trovadores e Violeiros, em virtude de uma oposição interna que, segundo o poeta, tinha forte tendência de esquerda e ligação ao movimento comunista (Curran, 1987, p. 41). Esse aspecto de sua produção ganha especial destaque no final da década de 50 e durante os anos 60, com folhetos em defesa da moral e costumes tradicionais, em oposição a movimentos socioculturais influenciados pela revolução sexual e cultural das décadas de 60 e 70. Evidentemente, Cavalcante não foi o único a opor-se ao assim chamado modernismo, com a culminância dos movimentos conservadores dando-se através do golpe de Estado de 1964, e os militares colocando-se como defensores da moral e da população contra o inimigo comunista. Rodolfo Coelho Cavalcante “[...] viu o regime militar nesta função protetora e aceitou-a [...]” (Curran, 1987, p. 165).

O folheto com o qual trabalharemos foi publicado justamente durante o período ditatorial brasileiro, mais especificamente no governo Geisel, que se estendeu de 1975 a 1979. Seguindo-se aos notórios “Anos de chumbo” da ditadura militar brasileira, com a censura, violência e controle do Estado tendo alcançado seu auge durante o regime Médici, foi no Governo Geisel que teve início o processo de abertura política que continuaria durante o Governo Figueiredo e se estenderia até o final do regime ditatorial. Isso evidentemente não quer dizer que as práticas ditatoriais de censura e controle não continuassem sendo exercidas durante esse período. Foi um momento ainda de recessão econômica, após o grande crescimento das décadas anteriores, o que influencia também na percepção e recepção do regime militar pela população (Gaspari, 2003).

Passando ao próximo texto do *corpus*, *Guerra de Canudos*, de autoria de Raimundo Santa Helena, aborda o acontecimento histórico a partir de um viés bastante distinto do adotado no folheto de Cavalcante. A proposta, apresentada já na estrofe de abertura do poema, é fazer uma revisão histórica dos acontecimentos da Guerra de Canudos, do início da trajetória de Conselheiro no sertão à formação do arraial de Belo Monte e eventual massacre

da comunidade na Guerra de Canudos. Ao longo dos versos é questionada a versão histórica oficial, que teria sido apresentada ao eu-lírico em seus anos escolares e seria reproduzida nas grandes mídias, em que os canudenses são apresentados como monarquistas amotinados, fanáticos e violentos. Uma vez narradas a formação e subsequente destruição do arraial, o eu-lírico reflete sobre o cenário político nacional, traçando um quadro utópico com diferentes figuras históricas de prestígio no ideário comum. Finaliza o texto posicionando-se de maneira bastante nítida: o surgimento e a existência da Comunidade em Belo Monte são consequência direta de um sistema social injusto. Publicado em 1981, trata-se também de um texto contemporâneo à ditadura militar brasileira. Posterior à presidência de Geisel, o Governo Figueiredo estendeu-se de 1979 a 1985, ano último do regime militar brasileiro. O parcial abrandamento das políticas repressivas, em curso durante os anos de Geisel, sofre reveses no governo Figueiredo, que busca novamente cercar a liberdade da população. As medidas geram um descontentamento que, somado à insatisfação com a situação econômica do país que não via melhoras, enfraquecem a imagem do governo militar “justo e defensor” da população. Em 1983, há a eclosão do movimento das *Diretas Já*, em favor de eleições diretas para os altos cargos governamentais, contando com grande número de apoiadores e militantes. A produção do folheto de Santa Helena ocorre, portanto, em um período de grande efervescência política e vislumbres de liberdade, após anos do governo ditatorial.

Enquanto poeta-repórter, Santa Helena tem vasta produção sobre fatos históricos e notícias contemporâneas. Segundo o próprio autor, seu processo de escrita envolvia a leitura de notícias sobre um mesmo ocorrido em três jornais diferentes - havendo coincidência entre as três versões, ele podia então passar à composição do texto poético sobre o fato (Tavares, 2012). Para o poeta, é no cordel que se consegue encontrar um retrato fidedigno de acontecimentos, sejam eles mais ou menos recentes, pois o cordelista não seria preso a agendas como o são os jornalistas: “De acordo com ele, somente o cordelista escreve a verdade, pois o jornalista é preso aos interesses da empresa da qual faz parte, ao contrário do cordelista, que é livre.” (Martins, 2021, p.12). Compreendemos, entanto, que esse conceito de verdade única e objetiva dificilmente se sustenta - a própria bibliografia de Santa Helena, quando contrastada com a de outros autores, pode pôr em xeque essa sua premissa, uma vez que há diferentes verdades, discursivamente construídas, sobre um mesmo acontecimento histórico.

Para além das obras de função jornalística, o autor tem também folhetos didáticos, de encomenda e infantis. Já foi pintado como poeta pornográfico por tratar abertamente de temas

relacionados à sexualidade em seus folhetos didáticos, incluindo poemas sobre infecções sexualmente transmissíveis e que abrangem diferentes orientações sexuais.

Os folhetos de Santa Helena chamam a atenção por diferirem bastante do padrão do cordel tradicional que, em geral, apresentava uma xilogravura na capa, único elemento gráfico do folheto, e os versos dispostos ao longo das páginas internas, sem acréscimo de qualquer outro elemento. Como pontuado anteriormente, um folheto de cordel sempre tem um número de páginas múltiplo de quatro em virtude do modo de confecção a partir de uma folha A4 dobrada. A contagem de páginas começa a partir da primeira página de texto, sendo a capa e capas internas considerados elementos pré-textuais e podendo trazer propagandas ou avisos (Tavares, 2012). Já Santa Helena inova na estrutura de seus folhetos desde a paginação até o modo de apresentação do texto. Nos folhetos de sua autoria, a contagem de páginas começa já nas capas, que são, em sua maioria, produzidas por ele mesmo. A composição dessas artes de capa também é inovadora: muitas são feitas de colagens a partir de recortes de jornal ou revista, e, quando adota as xilogravuras, nem todas se encaixam no tradicional esquema de cores com o uso de tinta preta. Ao longo dos folhetos, há a presença de elementos gráficos também às margens dos textos e quase todos os espaços vagos são ocupados. Ainda que na composição poética Santa Helena siga rigorosamente o padrão formal da tradição popular, isso não ocorre na diagramação dos folhetos, que é bastante inovadora.

[...] parte da obra de Raimundo Santa Helena [...] é repleta de várias linguagens, como colagens de textos midiáticos verbais e não verbais, pautas musicais e ilustrações próprias do cordel. A presença desses textos promove a interação do cordel com outros gêneros textuais, causando certo estranhamento no leitor habituado com a forma tradicional do cordel. O autor dos cordéis, considerado uma figura polêmica, controvertida e excêntrica, empresta esses atributos ao seu texto, totalmente fora dos padrões tradicionais e, segundo o próprio poeta, o único verdadeiro dentre os demais. Na fundação do outro signo, com base nos relatos de jornal, ele constrói um texto riquíssimo, que oferece abordagens de naturezas diversas. Como camadas de pintura que vamos retirando, a investigação de um aspecto do texto do cordelista aponta outras possibilidades de leitura. (Martins, 2021, p. 32)

Santa Helena escreveu também para muitas personalidades, contemporâneas ou não a ele, para Rodolfo Coelho Cavalcante, inclusive. Com a sua morte, compôs em homenagem ao falecido poeta, os seguintes versos:

Ninguém mais escreveu tanto
Sobre os mortos e vivos
Do que Rodolfo Coelho
Que agora tem motivos
Pra requisitar a Lua
Que hoje também é sua
Pra metade dos arquivos...

Seus cordéis persuasivos
Dentro deles viajei
Conheci o Universo
Com os Santos conversei
Mas quando vi meu irmão
Sem voz naquele caixão
Vim pra casa e chorei. (Santa Helena, *apud* Tavares, 2012, p. 21)

Como é possível perceber por esse curto panorama, Santa Helena teve uma vasta produção, englobando temas bastante variados em seus folhetos, sempre marcados por um estilo próprio que, dialogando com a tradição, deixa espaço para inovações.

O último texto analisado no trabalho difere dos outros dois: primeiramente, é um texto que pertence a um gênero textual distinto, tratando-se de um discurso político; em segundo lugar, é o único, dentre os três textos analisados, contemporâneo aos eventos da Guerra de Canudos, datado de 1897; e, por fim, é de autoria de alguém ativamente envolvido no episódio histórico, Luiz Vianna, governador do estado de Bahia de 1896 a 1900.

Endereçado ao “Sr. Presidente da República”, e proferido em sessão de governadores em 1897, o discurso apresenta um panorama da situação de Canudos e elenca as tentativas governamentais de erradicar a comunidade. Ao longo do texto, em diversos momentos são citadas e, inclusive, incluídas, correspondências com oficiais do exército e figuras de autoridade na região.

Filho de um coronel e com acesso a educação básica e superior - tendo se formado em direito pela Faculdade de Direito de Recife em 1869 -, Vianna cresceu em um ambiente bastante favorecido, e pouco depois de graduar-se, filiou-se ao Partido Conversador e ingressou na seara política, primeiro como promotor, depois como juiz e deputado, chegando a governador (Sarmiento; Sampaio, 2010).

Sua gestão enquanto governador da Bahia foi marcada pelos embates com a comunidade que se estabelecera em Canudos. O Arraial foi formado durante o governo de Rodrigues Lima, e quando Vianna assumiu o cargo, em 1896, as autoridades locais já se

encontravam insatisfeitas com a existência da comunidade. A primeira expedição foi enviada em seu primeiro ano de mandato, e as sucessivas derrotas pelos canudenses tornaram a gestão alvo de críticas:

Os primeiros combates à comunidade sertaneja liderada por Antônio Conselheiro foram desastrosos para seu governo. Acusado de fraqueza e conivência com os sertanejos, enfrentou forte oposição, inclusive da então poderosa e politicamente influente classe comercial de Salvador. Solicitou ajuda militar do governo federal, então chefiado pelo vice-presidente, o baiano Manuel Vitorino, mas as derrotas iniciais das forças federais repercutiram mal na sua administração. (Sarmiento; Sampaio, 2010)

O discurso analisado foi proferido justamente em um dos momentos de maior pressão em cima do governo baiano, após três expedições falhas e antes de ser enviada a quarta, que seria a que poria fim à comunidade.

Ao longo do segundo capítulo exploraremos estes três textos, dois deles de cunho literário, visando mapear os retratos esboçados da comunidade de Canudos e seus habitantes, e de que forma esses são contrapostos à ordem republicana delineada nos textos poéticos e político.

3 CAPÍTULO 2

O que é a verdade, portanto? Um batalhão móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos, enfim, uma soma de relações humanas, que foram enfatizadas poética e retoricamente, transpostas, enfeitadas, e que, após longo uso, parecem a um povo sólidas, canônicas e obrigatórias [...]. (Nietzsche, Friedrich, 2007).

Ao longo do segundo capítulo, analisaremos, individualmente, os dois textos poéticos e o discurso político, buscando compreender como a retratação dos eventos da Guerra de Canudos, das figuras dos combatentes e de Antonio Conselheiro diferem e se assemelham nos diferentes textos.

Ambos os poemas e o discurso político encontram-se transcritos na íntegra nos Anexos.

3.1 Antonio Conselheiro, o Santo Guerreiro de Canudos

De autoria de Rodolfo Coelho Cavalcante e publicado em 1977, *Antonio Conselheiro, o Santo Guerreiro de Canudos*, é um poema narrativo que relata a trajetória de Antonio Conselheiro, a formação do Arraial de Belo Monte na fazenda de Canudos, e seu extermínio pelas forças governamentais.

É um poema de 32 estrofes, divididas em 8 páginas, com a contagem começando a partir da primeira página de texto, sendo a capa considerada um elemento pré-textual. O poema é construído todo em septilhas - estrofes de sete versos - com sete sílabas poéticas em cada verso. O esquema rímico segue o padrão ABCBDDDB, e a acentuação oscila entre a primeira, segunda, terceira e quarta sílabas, mantendo somente a constância do acento na sétima, característico do gênero.

A começar pela xilogravura de capa, de autoria de Mestre Dila, vemos a figura de Antonio Conselheiro de pé, segurando um cajado na mão esquerda, vestido de túnica e chinelos. Seus cabelos e barbas são retratados longos, o que remete à representação

tradicional de Jesus Cristo, e ele tem o olhar voltado para fora do quadro, para algum ponto inacessível ao leitor. Não há, na figura, adesão às proporções corporais vitruvianas, como em pinturas e esculturas da Idade Média. Não há a presença de qualquer outro elemento que contextualize sua figura, somente um fundo branco e o chão sob seus pés, em que se encontra inscrito o nome de Dila, conferindo autoria à obra. A retratação de Conselheiro vestindo um hábito e de chinelos é a que encontramos com maior frequência, como abordaremos logo adiante, e as figuras das vestes e chinelos compõem a imagem do messias que abnega de bens e confortos materiais.

Figura 2 - Xilogravura de capa do folheto “Antonio Conselheiro, o Santo Guerreiro de Canudos”



Autor: Mestre Dila, 1977

A primeira aparição midiática de Conselheiro deu-se no jornal da Bahia em 1876, como resgatado por Antonio Calasans:

“Conhecido com este nome, apareceu em nosso sertão do norte, há cerca de dois anos, um indivíduo que se diz chamar-se Antonio Maciel e que nos lugares onde se tem apresentado há exercido grande influência no espírito das classes populares, servindo-se para isto do seu exterior misterioso e costumes ascéticos com que impõe à ignorância e simplicidade de nossos camponeses. Deixou crescer a barba e os cabelos, veste túnica de azulão pouco aceiada (sic) e alimenta-se muito tenuamente, sendo quase uma múmia” (Jornal da Bahia, apud Calasans, 1969).

A túnica de azulão, barbas e cabelos crescidos lhe eram bastante característicos e figuraram em muitos textos, verbais e não-verbais, que retrataram Conselheiro. É essa a representação também presente em *Os Sertões*, obra magna de Euclides da Cunha que serviu de inspiração a inúmeros outros artistas que trataram de Canudos. Na segunda parte do livro, “O Homem”, em um capítulo dedicado a Conselheiro, o autor descreve da seguinte forma a figura do messias: “E surgia na Bahia o anacoreta sombrio, cabelos crescidos até os ombros, barba inculta e longa; face escaveirada; olhar fulgurante; monstruoso, dentro de um hábito azul de brim americano; abordoado ao clássico bastão em que se apóia o passo tardo dos peregrinos...” (Cunha, 1973, p. 172). Todos os elementos concretos dessa caracterização estão presentes também na xilogravura: barba e cabelos longos, bastão e hábito. A “face escaveirada” descrita por Cunha, embora não figure na xilogravura, está em consonância com a descrição presente no *Jornal da Bahia*, que compara Conselheiro a uma múmia em virtude de seus hábitos alimentares.

Retornemos à xilogravura: a ausência de qualquer outro elemento que não a figura do messias na gravura gera uma descontextualização geográfica e política, e coloca a figura do beato em uma posição de protagonismo que ecoa o título do folheto: Antonio Conselheiro, o Santo Guerreiro de Canudos. O título sugere uma narrativa que é conduzida pela figura desse beato, protagonista e condutor dos eventos que se desdobrarão (Costa, 2023).

A estrofe de abertura do poema localiza espacial e temporalmente a história que será contada - ainda que a datação esteja incorreta ao situar os eventos ao final do século dezoito e não dezenove - e abre espaço para que Conselheiro comece sua apresentação em discurso direto.

Conselheiro se apresenta, já de início, como “Emissário Divino”, e em seguida mostra seus ideais em um discurso de teor bastante revolucionário, questionando a propriedade de terras presente na lógica capitalista do lucro, e a necessidade de pagar impostos. Ao longo dessa intervenção direta, são utilizados verbos no presente do indicativo: sou, trago, peço,

caso. Na narrativa, essa voz dada ao pregador apresenta um caráter teatral, com a personificação da figura através do diálogo, sem a mediação do narrador neste momento inicial:

- Trago a palavra de Deus
Que é a Espada da Verdade.
- Sou o caminho daquele
Que deseja a Eternidade.
[...]
- Só peço aos meus seguidores
Que cuidem da Salvação
Vendendo tudo que tem
E entregando ao seu irmão [...] (Santa Helena, 1977, p. 1)

Logo que finalizada a participação direta da voz desse personagem, passamos a um relato de sua vida pregressa, fazendo um trajeto que começa com sua caracterização, passando por relatos de suas pregações no sertão e embates com a estrutura de poder coronelista e republicana. Há uma quebra bastante drástica no teor da narrativa assim que Antonio Conselheiro sai de cena e deixa de dialogar com o leitor através dessa apresentação em discurso direto. Se, na sua fala, Conselheiro nos é apresentado como “emissário divino”, “salvador do nordestino” e “caminho daquele que deseja a eternidade”, assim que sua voz é substituída pela do narrador heterodiegético, na quinta estrofe do poema, ele passa a ser “exótico pregador”, que “arrebanhava a gente” com sua “estranha doutrina”. Há um movimento de contraposição entre a autorrepresentação e o que seria a verdade factual.

Vemos também que imediatamente há um afastamento temporal na narrativa, quando findado o discurso de Conselheiro, passando agora ao uso do pretérito imperfeito. Essa escolha pelo pretérito imperfeito é interessante por se tratar de um tempo verbal que denota ações não finalizadas ou determinadas em um momento temporal específico, que ainda podem repercutir ou ser sentidas em acontecimentos contemporâneos ao momento da enunciação. Lê-se no trecho em questão:

Era Antonio Conselheiro
Um exótico Pregador
Que arrebanhar a gente
Quase em todo interior,
A sua estranha Doutrina
Se chamava “ORDEM DIVINA”

Sendo ele o Salvador.

Guerreava contra Padres,
 Prefeitos e Coletores
 E a frente da multidão
 Doutrinava os pecadores,
 Pelo seu verbo inflamado
 Dizia ser Enviado
 De Jesus e a Mãe das Dores. (Cavalcante, 1977, p. 2)

Nestas duas estrofes, quinta e sexta do folheto, há o abandono do discurso direto que dá lugar à caracterização de Conselheiro, passando à descrição do povoado e da guerra, que será aprofundada ao longo da narrativa.

As escolhas lexicais são bastante significativas: é um pregador exótico cuja doutrina é estranha, através da qual os pecadores eram arrebanhados. Há a instituição de uma multidão anônima que segue docilmente, animalizados enquanto rebanho, o que lhes é dito pela figura desse pregador de “verbo inflamado”. O nome da doutrina aparece capitalizado e entre parênteses, o que se repetirá mais à frente, ao falar da missão do beato.

As afirmações de Conselheiro, que em apresentação própria declarava “Sou Emissário Divino / Salvador do Nordeste”, passam a ser alvo de dúvida, uma vez que o beato “Dizia ser enviado/ De Jesus e a Mãe das Dores”. Essa troca do ser pelo *dizer ser* evidencia a contraposição, anteriormente mencionada, que é estabelecida entre autorrepresentação e fato, entre discurso e *práxis*.

Começa a ser construída também a imagem de Conselheiro desafiador da ordem e das instituições republicanas: “Guerreava contra Padres, / Prefeitos e Coletores”. É instaurada nesse trecho, e será desenvolvida ao longo do restante do poema, como abordaremos, uma oposição entre dois polos: o da ordem, representado pelas instituições governamentais, republicanas e religiosas; e o da desordem, personificado na figura de conselheiro e dos habitantes de Canudos. Antônio Candido, em “Dialética da Malandragem”, propõe uma leitura da obra “Memórias de um Sargento de Milícias”, de Manuel Antônio de Almeida, sob a ótica de uma relação dialética entre estes dois polos opostos da ordem e da desordem, que se manifesta nas personagens e conduz a narrativa. Considera que a obra não chega a ter caráter documental no sentido de buscar retratar fielmente a sociedade que a produz, mas que ainda assim reflete, em larga medida, um embate travado em escala nacional:

A sociedade que formiga nas *Memórias* é sugestiva [...] porque manifesta num plano mais fundo e eficiente o referido jogo dialético da ordem e da desordem, funcionando como correlativo ao que se manifestava na sociedade daquele tempo. Ordem dificilmente imposta e mantida, cercada de todos os lados por uma desordem vivaz [...]. (Candido, 1970, p. 82)

Para Candido, na obra de Manuel Antonio de Almeida há um encontro entre estes dois polos conflitantes, concretizado em personagens que transitam entre ambos, revelando que a solidez da ordem muitas vezes resume-se às aparências, sendo essencialmente permeada pela desordem. Veremos que o mesmo não se dá na narrativa cordelística de Rodolfo Coelho Cavalcante: as duas esferas permanecem firmemente afastadas, e o caráter das interações entre ambas é combativo e violento: a manifestação da desordem precisa ser destruída a qualquer custo, o que será eventualmente feito pelos exércitos republicanos.

No esquema organizacional proposto por Candido há a instauração de dois polos, O e D - ordem e desordem. Regidas por estes polos temos, de um lado, fatos e manifestações da sociedade - neste caso a carioca joanina em particular - e, de outro, fatos e manifestações da sociedade presente na obra literária. A ordem é imposta tanto à sociedade quanto aos personagens fictícios, e a desordem disseminada por ambos.

Em Canudos houve, com a formação da comunidade, a instauração de uma nova ordem, interna ao Arraial e que apresentava um risco à ordem republicana. Como proposto por Jacqueline Hermann em *Canudos destruído em nome da república*, os habitantes de Canudos foram dizimados, em um primeiro plano, em “nome da ordem e do progresso” (Hermann, 1996, p. 17). Ordem e progresso compreendidos aqui como princípios norteadores, ao menos no papel, de uma República que buscava legitimar-se, inserindo qualquer tipo de oposição em um polo contrário, da barbárie e incivilidade.

Podemos pensar em como a narrativa em cordel lida com estes dois polos. No folheto de Cavalcante, há uma representação de Antonio Conselheiro e da massa que o segue, inseridos em um espectro de desordem, violência e selvageria, é aprofundada ao longo da narrativa, respaldada por descrições do modo de vida no Arraial que se afastava do sistema hegemônico fundado na propriedade privada. A representação de Conselheiro, após a construção de seu retrato físico e apresentação de parte do seu percurso como pregador à frente da multidão, é aprofundada através da inserção de detalhes de sua vida anterior às

jornadas enquanto pregador. Na nona estrofe do poema, há a narração de embates que o beato tivera e que culminaram no fim de seu casamento e início da vida itinerante:

Era Antonio Conselheiro
 Cearense foragido
 Que tinha sido Mascate,
 Coletor reconhecido.
 Devido um crime de morte
 Mudou ele até de porte
 Para não ser conhecido. (Cavalcante, 1977, p. 3)

Na passagem é estabelecido que Antonio Maciel, antes cidadão reconhecido e com uma profissão respeitável, deu as costas a isso após se envolver em atividades criminosas, passando a viver como foragido. O uso do pretérito-mais-que-perfeito composto, em “tinha sido Mascate”, evidencia um afastamento temporal que é, na verdade, a medida do afastamento de Conselheiro, criminoso e líder religioso extremista, do polo da ordem e moralidade que antes ocupava. A descrição física do beato, feita na oitava estrofe do poema, reforça a construção da figura do religioso, místico, profeta:

Vestia ele uma túnica
 Grosseira de azulão
 De cabeça descoberta
 Apoiado num bastão,
 Barbas brancas e crescidos
 Seus cabelos, parecidos
 Semelhantes de Sansão. (Cavalcante, 1977, p. 2)

Os elementos da túnica e bastão já integram o tema da religiosidade ao caracterizar a figura desse pregador, o que é reforçado pela mobilização da figura bíblica de Sansão. A própria figura de Jesus, é, na tradição cristã, representada com cabelos longos e barba - podemos pensar nestes traços, então, como elementos integrados ao imaginário coletivo, ligados a religiosidade e espiritualidade. É interessante destacar que essa descrição física de Conselheiro é dada na estrofe diretamente anterior àquela em que é traçado um quadro de seu passado e ele é caracterizado como criminoso foragido. São contrapostas, então, as figuras do beato, místico, com a do homem, secular, não vinculado à esfera religiosa. Há um paralelismo com o movimento feito nas primeiras estrofes: inicialmente Conselheiro, enquanto personagem narrativo, se declara emissário divino; findo o seu pronunciamento, o eu-lírico

contrasta essa figura com a de um pregador que é, na verdade, estranho, afoito e disruptor da ordem.

Caracterizado o Conselheiro, o folheto passa, da décima terceira à décima quinta estrofe, à exposição da formação da comunidade e de consequentes problemas. É aqui que os habitantes da comunidade são pela primeira vez tratados por “fanáticos”, o que se repetirá algumas vezes no decorrer da narrativa. Essas três estrofes servem como um momento de transição entre as descrições de Conselheiro e o início dos conflitos, apontando as problemáticas da existência da comunidade, que fomentariam a necessidade de intervenção, e preparando o cenário para a guerra que se seguiria. É ressaltada a gravidade da situação, seu risco à nação e seus ideais:

Era caso do Polícia
O modo do Conselheiro,
Pois já virava anarquia
Contra o País brasileiro.
Foi o Governo ciente
Do Pregador insolente
Contra um povo tão ordeiro. (Cavalcante, 1977, p. 4)

Vemos também uma gradação dos termos empregados para descrever os habitantes da comunidade: se antes o beato era somente estranho, agora é descrito como “insolente”; seus seguidores, que já tinham sido caracterizados como pecadores são agora não só fanáticos, mas, na estrofe a seguir, “Fanáticos municidados” que “Assassinavam soldados / À qualquer hora do dia” (Cavalcante, 1977, p.4). Temos novamente a demarcação dos dois polos: o povo ordeiro, adepto aos valores republicanos, de um lado, acompanhado pela polícia; e o pregador insolente de outro, fomentando a anarquia com seu séquito de fanáticos.

Pela primeira vez temos, na décima sexta estrofe, a citação de uma figura governamental por nome, o “Doutor Luís Vianna”, governador do Estado, que, evidentemente, integra o campo da ordem, junto com o Presidente, a quem notifica dos acontecimentos no interior do sertão baiano. Polícia, governo e presidente, inseridos no mesmo polo e em articulação, formam essa tríplice que se oporá ao avanço da desordem e do fanatismo, protegendo os ideais da nação brasileira da ameaça que se fortalece pelo fanatismo e selvageria.

A descrição da Guerra de Canudos propriamente dita começa na décima oitava estrofe, estendendo-se até a trigésima, correspondendo a pouco menos de 41% da narrativa. Acompanhamos a derrota das primeiras expedições enviadas e a morte de figuras importantes, como a do coronel Moreira César, popularmente conhecido como “corta-cabeças” e “treme-terra”, em virtude de sua atuação na repressão de movimentos antigovernamentais (Fontes, 1997).

A selvageria dos canudenses é explorada ao longo das descrições, pintando um quadro grotesco do conflito com esses fanáticos violentos e bestializados:

Soldados de Alagoas,
De Sergipe e da Bahia
Sofriam dentro do mato
Com pesada Infantaria,
Era a guerra dos lunáticos
Onde os Jagunços fanáticos
Até o sangue bebia(m).

[...]
Os jagunços de emboscada
Assassinavam soldados
Até mesmo de pedrada,
Nos arvoredos ocultos
Sorriam, faziam insultos
Em histérica gargalhada. (Cavalcante, 1977, p. 5)

Há, no trecho em questão, uma série de caracterizações que bestializam esses combatentes e realçam sua selvageria: são lunáticos que bebem o sangue daqueles que derrubaram em batalha, não de maneira honrosa, em combate frente a frente, mas com emboscadas e usando de qualquer instrumento para derrubar os combatentes, de quem faziam chacota e gargalhavam. A qualificação dessa gargalhada como “histérica” contribui para situá-la - e, com isso, os combatentes - no campo da irracionalidade e insânia, reforçando as escolhas lexicais anteriores em caracterizar esses indivíduos como fanáticos e lunáticos. A opção pelo termo “jagunço” é, também, significativa, remetendo, similarmente, à violência. Ainda que um dos significados recorrentes que surge ao conduzir uma busca pelo termo seja nas linhas de “seguidor de Antonio Conselheiro”, essa é somente a segunda ou terceira definição, quando incluída. As mais frequentes associam à criminalidade e violência, sendo definido como matador, capanga e assassino, entre outras⁵.

⁵ De acordo com o dicionário *Michaelis online*, jagunço corresponde a: 1 Hist Matador que era contratado e pago como guarda-costas por pessoa de grande influência no Nordeste brasileiro; 2 Reg (BA), Hist Homem que fazia parte do grupo revolucionário de Antônio Conselheiro (1828-1897), líder religioso da guerra de Canudos; 3 Reg

Nos detenhamos, brevemente, nas rimas presentes nesse trecho. Como apontado, a rima é um elemento essencial do poema de cordel, e temos, em sua maioria, a prevalência de rimas soantes sobre as toantes. Mais do que mero capricho formal, todavia, as rimas instauram uma relação de paralelismo, de correspondência entre os versos e termos que estão rimando:

Vejamos o que se passa com a rima: o que importa não é só a repetição dum grupo de fonemas, em finais de verso, importam, sim, as palavras a que esses fonemas pertencem. [...] A questão fundamental reside, em poesia, nas relações entre som e sentido. Age a cada momento, estabelecendo entre palavras novos nexos, metafóricos ou metonímicos. (Jakobson, 1973)

Na primeira estrofe do trecho apontado, décima nona do poema, temos entre quinto e sexto versos, a rima final entre “lunáticos” e “fanáticos”. No último verso, em “Até o sangue bebia(m)”, o poeta toma a liberdade de conjugar *beber* na terceira pessoa do singular, não seguindo a concordância verbal, em prol da rima com a palavra Bahia, no segundo verso. Indica, entretanto, entre parênteses, a concordância gramaticalmente correta. Na estrofe seguinte, há uma sequência bastante interessante de palavras para a rima do segundo, quarto e sétimo versos: emboscada, pedrada, gargalhada. É anunciada, entre as palavras que rimam, a estratégia de combate dos jagunços e a relação de causa e consequência, marcada pelo ataque, êxito e júbilo. Há o desenrolar de uma ação nessa sequência que se mantém mesmo se retirada do contexto - armada a emboscada, há o arremesso de uma pedra e ouve-se a gargalhada quando ela se conecta ao alvo.

Relevante também é considerar a dimensão fônica, os valores expressivos de determinados fonemas. Como apontado por Martins (2005), “Fonemas e prosodemas [...] constituem um complexo sonoro de extraordinária importância na função emotiva e poética” (Martins, 2005, p. 26). Os sons da língua, mobilizados pelos poetas, são responsáveis por criar ou reforçar impressões e sensações. Na rima entre emboscada, pedrada e gargalhada, os termos reforçam, no extrato fônico, a ação descrita: as consoantes oclusivas sonoras “p”, “d” e “g” e a oclusiva surda “c”, em virtude de seu traço explosivo, sugerem ruídos secos e duros, o

(AL, PE), desus Arma que consistia em uma vara com uma peça pontiaguda de ferro numa das extremidades (JAGUNÇO, 2025).

Já o *Dicio - Dicionário Online de Português*, define: substantivo masculino. 1Criminoso contratado como segurança, guarda-costas, de uma pessoa influente, poderosa; capanga; 2 Pistoleiro ou cangaceiro contratado para matar; assassino; 3 [História] Aquele que fazia parte do grupo de Antônio Conselheiro (1828-1897), chefe da revolução de Canudos, na Bahia; 4 Haste com ponta de ferro aguçada, usada como arma de ataque e defesa popular, especialmente na Bahia e em Pernambuco. (JAGUNÇO, 2025)

O dicionário *Priberam*, por fim, apresenta as seguintes definições: 1. [Brasil] Homem que serve de guarda-costas a uma personalidade. = CACETEIRO, CAPANGA; 2. Pessoa de mau caráter. (JAGUNÇO, 2025)

que é enfatizado pela vogal “a”, que reforça a impressão auditiva das consoantes que acompanha (Martins, 2005). Conjuntamente, então, reiteram, no plano sonoro, o impacto do projétil arremessado.

Retrocedendo um pouco no texto para analisar as relações rítmicas, na estrofe de número dezessete do poema, em que é apresentado o ano em que terão início os conflitos armados entre autoridades e a comunidade, temos, nos versos dois, quatro e sete, as palavras “pregando”, “doutrinando” e “nefando” que rimam entre si. É estabelecida, assim, uma relação entre os dois verbos que descrevem a atuação de Conselheiro com o adjetivo *nefando*, caracterizando essa ação como abominável, execrável. Atua ainda em outro plano: *nefando* corresponde também a sacrílego, ímpio, e, ao associá-lo à doutrina seguida pelos canudenses, é posta em dúvida a sua fé.

Seguindo a descrição do conflito na narrativa, é estabelecido um intertexto com *A divina comédia* na comparação dos embates de Canudos com um cenário infernal dantesco: “Tornou-se o Inferno de Dante/ A guerra mais fraticida (sic)/ Do Nordeste brasileiro” (Cavalcante, 1977, p. 6). Não há maiores desenvolvimentos do intertexto na narrativa. Os versos seguintes informam que os jagunços, nessa paisagem infernal, desumanizados, comem favela e urtiga, plantas de uso medicinal e consumo por animais, mas raramente empregada para alimentação humana.⁶ Segue a descrição, com enfoque no cenário do sertão e em seus elementos naturais:

Era sofrer das caatingas
Dos mandacarus talhados
Pelos golpes de facões
Entre jagunços, soldados,
Os fanáticos matreiros
Trepados nos oitizeiros
Eram saguins enraivados. (Cavalcante, 1977, p. 6)

É interessante observar como, nesse trecho, o sofrimento causado pela guerra é sentido não pelos combatentes, mas pelos elementos naturais: o sofrer é das caatingas, e são talhados os mandacarus. Essa paisagem aparece em primeiro plano não de forma a ancorar espacial e

⁶ As sementes e folhas da favela são utilizadas para a alimentação de cabras, ovelhas e galinhas. As sementes, que são oleaginosas, podem ser incluídas na alimentação humana, mas é comum que o sejam em forma de óleo para ser utilizado em receitas. (NEMA. **Espécie do mês: faveleira**. Disponível em: https://nema.univasf.edu.br/site/index.php?page=newspaper&record_id=31. Acesso em 18/10/2024). As folhas e raízes da urtiga são bastante empregadas em remédios populares para uma série de males, em forma de chás, emplastros e infusões. As folhas podem causar reações na pele, mas podem ser consumidas em receitas se cozidas. (Urtiga. Disponível em: <https://hortodidatico.ufsc.br/urtiga/>. Acesso em 18/10/2024).

geograficamente a narrativa, mas sofrendo as consequências dos embates de uma maneira que os combatentes que defendem Canudos não parecem sofrer ao longo do texto - são, inicialmente, uma massa anônima manipulada pelas pregações de Conselheiro, e, posteriormente, agentes causadores do sofrimento dos soldados republicanos e dos elementos naturais do sertão - ainda anônimos. Há novamente uma animalização destes indivíduos, desta vez através da metáfora que os iguala a saguis, enraivecidos e pendurados em oitizeiros.

A partir da vigésima quinta estrofe, há uma guinada no conflito, e as forças republicanas passam a ter a vantagem. O leitor acompanha como em Taboleiro, ao sul da comunidade, “A Tropa vence a Batalha/ E a jagunçada se espalha/ Pois do contrário rendia” (Cavalcante, 1977, p. 7). Com renovada energia, a artilharia, caracterizada como brava e forte, começa nova luta, da qual emerge triunfante:

Brava e forte Artilharia
Nova luta começou
E em Bendegó de Baixo
A Cobra nova fumou...
Nessa Batalha Gigante
Foi a Tropa triunfante -
Conselheiro recuou. (Cavalcante, 1977, p. 7)

Temos então uma caracterização muito positiva dessa tropa brava, forte e triunfante. O quarto verso, “A Cobra nova fumou”, remete à expressão popular “a cobra vai fumar” que significa algo improvável ou difícil de ser realizado⁷, reforçando a ideia de que esse é um momento essencial nos conflitos com a comunidade, em que a Tropa finalmente tem êxito após os malfadados conflitos anteriores.

A Guerra é narrada como finalmente encerrada, após “mares de tormentos”, em cinco de outubro de 1897. A guerra é adjetivada de triste, e como evento que apenas causou sofrimento, com o sangue dos caídos ensopando a terra.

A figura de Conselheiro, no final da narrativa, é apresentada sob outra ótica, ressaltando características de um cidadão exemplar, não fosse seu envolvimento com a criação da comunidade e a desordem oriunda disso:

⁷ A expressão, que já existia e denotava algo improvável, ganhou mais popularidade durante a Segunda Guerra Mundial. O Brasil, então sob o governo de Getúlio Vargas, tinha alianças políticas e econômicas com os Estados Unidos, mas a posição do governo era de simpatia ao movimento supremacista alemão. Havia pressão para que o país participasse do conflito apoiando os aliados, mas descrença da população de que isso fosse acontecer, com a circulação de falas como a de que seria mais fácil uma cobra fumar cachimbo do que o Brasil entrar na Guerra. Quando o país entra no conflito, a FEB (Força Expedicionária Brasileira) adota a imagem de uma cobra fumando um cachimbo como símbolo (Barone, 2013).

Conselheiro estava morto
 Por sofrer tanto revés
 Porém morreu como Líder
 Nos momentos mais cruéis,
 Foi ele um Santo Guerreiro
 Que teve o fim derradeiro
 Morrendo pelos fiéis.

Para concluir, leitores
 Foi Antonio Conselheiro
 Um Bravo, um Herói, Fanático,
 Um cidadão brasileiro
 Que seria premiado
 Caso ele lutasse ao lado
 De um ideal verdadeiro. (Cavalcante, 1977, p. 8)

O eu-lírico assume uma posição de dualidade quanto à figura do beato, em um movimento pendular: inicialmente lhe dá voz e permite que exprima um posicionamento que o enaltece, através do discurso direto para, logo em seguida, contraposto à perspectiva da personagem protagonista, adotar a voz de um narrador que retrocede temporalmente na história do pregador, mostrando um homem que já antes da trajetória religiosa tivera embates com a lei e continua tendo-os, agora em escala maior; Conselheiro volta ao patamar de Líder e Santo no final da narrativa: “Porém morreu como Líder / Nos momentos mais cruéis, / Foi ele um Santo Guerreiro” (Cavalcante, 1977, p. 8).

No final do poema, Conselheiro é rechaçado, a despeito de suas eventuais qualidades redentoras. Sua adjetivação, em “Um Bravo, um Herói, um Fanático”, segue uma ordem que parte do positivo (Bravo), cresce em escala (Herói) e volta ao negativo (Fanático). Até então, ao longo do poema, o fanatismo fora um dos elementos mais ressaltados, figurando como pivô para a instauração da comunidade que contrariava todos os ideais republicanos, que deviam a qualquer custo ser mantidos, segundo a perspectiva do narrador. O fanatismo, apontado novamente no final do verso, reitera o posicionamento anterior - ainda que sejam levantadas virtudes de Conselheiro, a verdade está nos ideais republicanos que o beato, com sua luta, desordenou.

Na estrofe acima citada, que anuncia a morte de Conselheiro, rimam os termos revés, cruéis e fiéis. Essa rima se constrói através da prosódia, não da ortografia, e se trata do segundo momento do texto em que há uma certa liberdade com as rimas, em prol da métrica e das escolhas lexicais. A associação rímica vitimiza Conselheiro que é cruelmente assassinado

no último enfrentamento com os soldados republicanos. Ao longo do percurso narrativo, a vítima é a República, abatida pelos animalescos canudenses; enquanto a última batalha é descrita como um momento de inversão de papéis. Neste trecho, ainda, o título Conselheiro rima com brasileiro e verdadeiro, estabelecendo uma relação de correspondência positiva e que parece contradizer a polarização anteriormente estabelecida entre república e Canudos. Cumpre ressaltar, todavia, que a única figura que recebe alguma medida de absolvição é a de Conselheiro, não sendo incluídos os habitantes da comunidade - a mudança de caracterização aplica-se somente ao beato, não ao movimento como um todo.

O poema é encerrado na forma de um apelo, inserido em um acróstico com o nome do autor:

R-uiu todo o misticismo
 O-nde a falsa pregação
 D-issipou milhares de vidas
 O-bscurecendo o sertão...
 L-ivre Deus-Pai Verdadeiro,
 F-indo Antonio Conselheiro
 O-utro não apareça, não. (Cavalcante, 1977, p.8)

Ao inserir o apelo para que não surjam mais figuras como a de Conselheiro, em um acróstico com as letras de seu nome, Rodolfo Coelho Cavalcante se insere, ao final, na narrativa, reivindicando para si esse posicionamento ao invés de deixá-lo vinculado somente ao eu-lírico do texto. Por mais que Antonio Conselheiro pudesse ter as qualidades redentoras mencionadas anteriormente, sua pregação é falsa, e obscurece o sertão. Semanticamente ligado à escuridão, o verbo obscurecer remete à ignorância, a retrocessos intelectuais, e ligá-lo aos sermões de Conselheiro solidifica a posição do movimento como opositor ao progresso e à racionalidade científica, com seu fanatismo despropositado, não-consonante com os ideais republicanos. As escolhas lexicais da rima entre o segundo, quarto e sétimo versos são significativas: pregação, sertão e não. O advérbio de negação é reiterado no último verso, promovendo o cerceamento do signo “apareça”, como forma de garantir, pela negação categórica com que finaliza o poema, o posicionamento apresentado pelo eu-lírico/narrador/autor: o desejo de que não haja outros pregadores antirrepublicanos no sertão.

Na próxima seção, trabalharemos com o texto “Guerra de Canudos”, de autoria de Raimundo Santa Helena, também pertencente ao gênero da literatura de cordel.

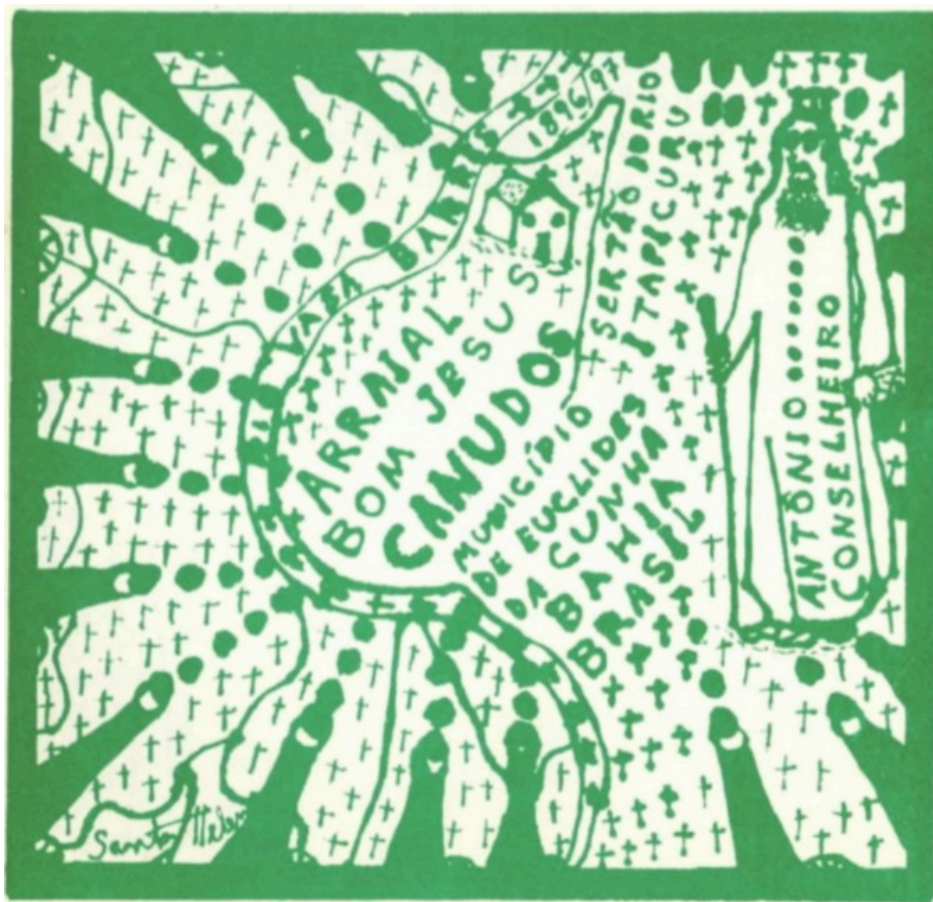
3.2 Guerra de Canudos

Publicado em 1981, no Rio de Janeiro, o folheto *Guerra de Canudos*, do cordelista Raimundo Santa Helena, narra os eventos que levaram à formação do Arraial de Belo Monte e a sua destruição, sob a perspectiva de fazer uma revisão histórica, contrapondo a versão oficial do evento histórico que seria a mais difundida e ensinada.

Composto em septilhas de versos heptassílabos, *Guerra de Canudos* é um poema de vinte e quatro estrofes divididas em oito páginas, com a contagem de páginas começando a partir da capa. Segue o esquema de rimas ABCBDDDB, e o último verso de uma estrofe rima com o primeiro da seguinte ao longo de todo o folheto. Há variação da acentuação entre primeira, segunda, terceira e quarta sílabas poéticas nos versos, com predominância da tônica na terceira sílaba. Em geral, é mantida uma constância rítmica no interior de uma estrofe.

Partindo da xilogravura de capa do folheto, ela é de autoria do próprio Raimundo Santa Helena, e feita na cor verde, destoando do mais tradicional preto:

Figura 4 - Xilogravura de Capa do Folheto “Guerra de Canudos”



Autor: Raimundo Santa Helena

A gravura, em que o arraial está situado ao centro, assemelha-se a um mapa: há marcos geográficos na paisagem retratada, como o rio Vaza-Barris, margeando o arraial, e o município de Euclides da Cunha, que conta com os complementos “Bahia” e “Brasil”. Este arraial está então, incorporado a um cenário maior, integrado no contexto físico, geográfico e político da paisagem. À direita da imagem, de pé, vemos a figura de Antonio Conselheiro, com o nome assinalado no hábito.

Antigo município de Cumbe, Euclides da Cunha foi renomeado em homenagem ao escritor de *Os Sertões* em 1938 (Prefeitura Municipal de Euclides da Cunha). Além de inscrever o Arraial geograficamente nomeando a cidade à qual pertence seu território⁸, a inserção do nome do município remete também à própria figura de Euclides da Cunha, a sua obra canônica e o retrato dos eventos da Guerra de Canudos nela presente.

⁸ Como pode ser consultado no *site* da prefeitura do município de Euclides da Cunha, o município originou-se a partir da Fazenda Cumbe, passando à categoria de vila em 1898, integrando o território de Monte Santo. Passou por reformulações, voltando, nesse percurso, a ser território integrado de outro município, até 1933, ano em que o território foi emancipado e voltou ao *status* de município, constituído pelos distritos de Cumbe e Canudos. (PREFEITURA MUNICIPAL DE EUCLIDES DA CUNHA. **História.** Disponível em: <https://www.euclidesdacunha.ba.gov.br/cidade/historia>. Acesso em 20/01/2025.

A própria configuração do mapa apresentado na xilogravura aproxima-se da descrição do povoado presente em *Os Sertões*:

O arraial, adiante e embaixo, erigia-se do mesmo solo perturbado. Mas vistos daquele ponto, de permeio a distância suavizando-lhes as encostas e aplainando-os - todos os serrotes breves e inúmeros, projetando-se em plano inferior e estendendo-se, uniformes, pelos quadrantes, davam-lhe a ilusão de uma planície ondulante e grande.

[...]

Na planície rugada, embaixo, mal se lobrigavam os pequenos cursos d'água, divagando, serpeantes...

Um único se distinguia, o Vaza-Barris. Atravessava-a, torcendo-se em meandros. Presa numa dessas voltas via-se uma depressão maior, circundada de colinas... E atulhando-a, enchendo-a toda de confusos tetos incontáveis, um acervo enorme de casebres... (Cunha, 1973, p. 48-49).

Na gravura, a impressão de uma “planície ondulante”, descrita por Euclides da Cunha é mantida, mas agora pelas cruzes que ocupam o espaço, substituindo os casebres mencionados às margens do rio. Essa substituição de habitações por cruzes é bastante significativa, antecipando os eventos que serão descritos.

As cruzes integram o tema da religiosidade construído na gravura, em conjunto com a figura da igreja ao centro do Arraial, e, evidentemente, da própria figura de Conselheiro, em seus trajes de beato. As cruzes, além de pertencerem ao universo simbólico da religiosidade, integram também o tema da morte, em consonância com a visão apresentada na narrativa que visa honrar a memória dos canudenses, a partir de uma ótica de reparação histórica. É interessante observar as figuras alongadas que acompanham as bordas da gravura, convergindo em direção ao centro e estreitando-se progressivamente. Assemelhando-se a canhões, seu estreitamento em direção ao centro confere uma impressão de movimento, o que, em conjunção com a cor escura e o fato de circundarem o arraial, constrói um discurso ameaçador, de encurralamento, o que condiz com a narrativa que apresenta os canudenses como heróis injustiçados que demoraram a sucumbir, mesmo ante o avanço da maioria numérica incontestável das forças republicanas.

Conselheiro, nominalmente identificado, é retratado à direita. Sua figura aparece de pé no canto direito da imagem, fora de escala em relação ao restante da imagem, sendo muito maior do que os elementos da paisagem ao fundo. Essa imagem da gravura é retomada em todas as páginas do folheto, do lado direito do texto, por vezes mais acima e outras mais abaixo, conformando-se com a disposição dos versos. Essa inserção de elementos gráficos

acompanhando o texto poético não é muito comum no cordel tradicional, em que geralmente figuram apenas na capa, mas é traço distintivo da produção de Santa Helena (Martins, 2021). Conselheiro acompanha o leitor, abrindo caminho com seu cajado ao longo do poema.

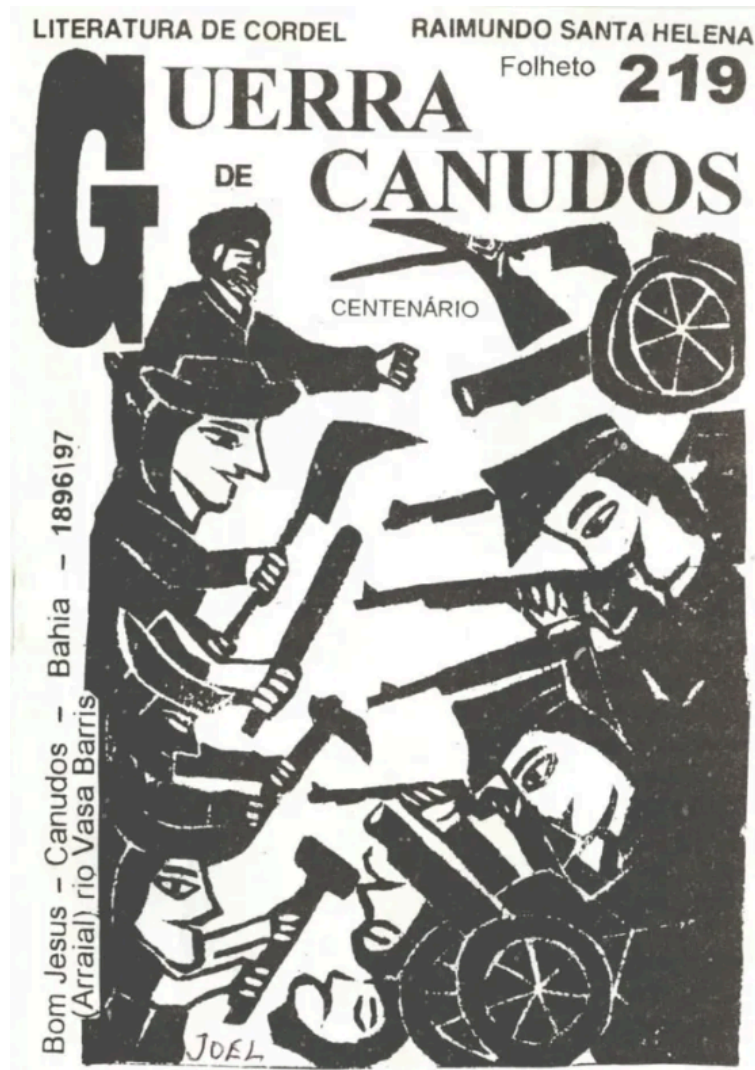
A figura do beato, situada à direita da imagem, traz os elementos recorrentes de sua caracterização, como o cajado, a túnica, barba e cabelos longos. O pregador, apesar de não estar centralizado, é o foco, em virtude de seu tamanho desproporcional em relação aos demais elementos que compõem a gravura. Seus olhos não são representados em detalhe, mas como dois círculos escuros que se assemelham a óculos de sol, o que não permite, a quem observa, identificar para onde é dirigido o olhar.

É uma gravura, portanto, que dá enfoque à figura de Antonio Conselheiro e ao tema da morte, sendo o segundo explorado em mais profundidade ao longo do poema.

A fim de complementar as análises da xilogravura e poema de Santa Helena, voltaremos o olhar para a xilogravura de capa da segunda edição do folheto *Guerra de Canudos*.

Na ocasião do centenário da Guerra de Canudos, em 1996-97, Raimundo Santa Helena republicou o cordel em homenagem à data, com acréscimo de algumas estrofes ao final do texto, nova diagramação e capa. Ao final do texto original, foram acrescentadas, na edição do centenário, seis estrofes que reforçam o tema da injustiça social, que é apresentada, ao longo do poema, como causa para o surgimento de comunidades como a de Canudos. Nas duas estrofes finais, posiciona-se contra a elevação de Lampião - responsável, segundo o autor, pela morte de seu pai e violação de sua mãe - ao estatuto de herói, contrapondo a figura do líder cangaceiro à de Antonio Conselheiro, que é “pau de outra jangada” (Santa Helena, 1996, p.11), revolucionário que deve, sim, ser lembrado. Para a análise, trabalharemos com o texto original, de 1981, mas gostaríamos de nos deter brevemente na xilogravura de capa desta edição rememorativa, visível abaixo:

Figura 5 - Xilogravura de Capa do folheto “Guerra de Canudos - Centenário”



Autor: Joel

A obra é criada por Joel, como identificado na assinatura no canto inferior esquerdo, mas não há outras informações sobre o xilogravurista que nos permitam identificá-lo. Retrata um embate entre combatentes do povoado e soldados federais. As imagens dos canudenses e soldados estão organizadas verticalmente, inicialmente situando o foco no espaço negativo entre as forças em oposição. Os combatentes de Canudos estão posicionados do lado esquerdo da imagem e as tropas governamentais à direita, remetendo à divisão política que situa esses dois grupos em polos opostos. Pela definição proposta por Bresser-Pereira:

A direita é o conjunto de forças políticas que, em um país capitalista e democrático, luta sobretudo por assegurar a ordem, dando prioridade a esse objetivo, enquanto a esquerda reúne aqueles que estão dispostos, até certo ponto, a arriscar a ordem em nome da justiça [...]. (Bresser-Pereira, 2006, p. 26)

Se compreendermos as posições políticas de direita e esquerda a partir do posicionamento das figuras e em relação à manutenção ou derrocada da ordem preestabelecida e da tradição, temos as forças republicanas firmemente situadas à direita, e os habitantes da comunidade, à esquerda do campo político. Como observamos, o aparato governamental republicano busca, por meio das forças militares, reestabelecer a ordem e assegurar a manutenção do *status quo*. No que diz respeito à comunidade, por mais que alguns dos discursos de Conselheiro tivessem um teor monarquista, como abordado no primeiro capítulo, a mera existência da comunidade já punha em cheque a ordem preestabelecida, propondo uma forma de organização comunal e uma alternativa à dinâmica coronelista a que estavam subjugados os sertanejos.

Nesta xilogravura, assim como na anterior, feita pelo próprio autor para a primeira edição do cordel, são inseridos elementos que situam a cena geograficamente, mas agora apenas de forma escrita: à esquerda, atrás dos combatentes, lê-se “Bom Jesus - Canudos - Bahia - (Arraial) rio Vaza Barris”, além da datação 1896/97.

Os habitantes do Arraial são retratados segurando armas brancas que são, na verdade, ferramentas, agora mobilizadas para outro uso. É possível distinguir um martelo, empunhado pelo primeiro combatente de baixo para cima; algum tipo de bastão ou pedaço de madeira, terceira arma portada; e o que se assemelham a uma enxada e uma foice, que são a segunda e quarta armas de baixo para cima, respectivamente. Há uma confusão de membros, não deixando nítido a quem pertencem todos os braços e mãos retratados, sugerindo amontoamento e certa desordem.

Os soldados republicanos, dispostos ao longo da borda direita, são retratados portando armas de fogo e com dois canhões. São visíveis dois soldados, quase indistinguíveis entre si, cada um com uma arma em mãos, e dois canos de fuzil adicionais, sem retratação de quem os segura. No chão, em frente a um dos canhões, são visíveis duas cabeças que não possuem traços distintivos para classificá-las como pertencentes a um dos lados do combate. Seu posicionamento, no entanto, à frente das tropas republicanas e praticamente sob as rodas de um canhão, sugere que pertençam a canudenses caídos.

É interessante notar que, ainda que não constituam na xilogravura maioria numérica, as forças governamentais ocupam uma área maior da imagem do que os combatentes canudenses. Essa ocupação desigual do espaço na gravura, aliada às cabeças no chão,

conferem uma ideia de movimento desse contingente de soldados, que vai ganhando terreno e fazendo recuar os combatentes do arraial.

Cabe, por fim, destacar, que a figura de Antonio Conselheiro não está representada de maneira distinta ou reconhecível. Seria possível argumentar que a figura situada acima das outras do lado esquerdo, estendendo uma mão vazia, seja o beato; ou, que uma das cabeças que jazem no chão teria pertencido ao líder messiânico - mas não passam de conjecturas, pois não foram empregados traços distintivos de sua representação recorrente, a saber, túnica, cajado, barbas e cabelos longos. Essa ausência é bastante significativa e desloca o foco do líder para a massa, dando protagonismo a esses habitantes anônimos que lutaram e pereceram em defesa do povoado.

Passemos agora à análise do texto poético. Como pontuado, trabalharemos aqui com o texto original, publicado em 1981.

O eu-lírico apresenta, já na estrofe de abertura do poema, a existência de uma oposição entre o que seria a história oficial, definida e difundida por um grupo dominante, e uma história não hegemônica, não oficial:

Vou narrar pros meus leitores
Num trabalho consciente
A Campanha de Canudos
A maior do continente...
Milhares assassinados,
Vencidos caluniados
Na História contundente (Santa Helena, 1981, p. 2)

Temos então, posto de início, que os canudenses foram vencidos - não só concretamente com a destruição da comunidade, mas também por esses atores que, ao escrever a história, os caluniam, preservando uma memória do conflito que não coincidiria com a realidade histórica. Podemos pensar aqui na concepção, proposta por teóricos como Michael Pollak e Maurice Halbwachs, da memória coletiva como campo em disputa. É preciso, primeiramente, pensar em como se distingue essa memória coletiva da individual.

Como proposto por Halbwachs, a memória coletiva daria um senso de coesão a grupos, e, ainda que não consiga suplantiar as memórias pessoais em sua totalidade, insere o indivíduo em uma narrativa maior, que é complementada e passada adiante por ele. As lembranças coletivas, a memória histórica são apropriadas e se tornam elemento constitutivo

do homem em sua individualidade – suas memórias pessoais passam a se inscrever no fluxo mais amplo que é a história de sua família, comunidade ou nação. A memória individual, neste cenário, se entremeia à coletiva e as duas se complementam mutuamente na construção do indivíduo. O que fica um pouco mais claro na memória individual é a medida em que questões subjetivas influem nos processos mnemônicos: relações de afeto influem drasticamente na forma como nos lembramos de determinados eventos ou lugares; o lugar – social, temporal, político, espacial – que alguém ocupa determina em larga medida a forma pela qual enxerga e apresenta o passado. É essa subjetividade que explica a seletividade da memória, ou seja, a forma como são destacados do todo e fixados determinados elementos de um evento de forma aparentemente randômica. Em uma sociedade, mantêm-se as memórias que têm ressonância no presente, que se articulam ou justificam de alguma forma a realidade em que se encontram. Essa manutenção no presente pode servir a propósitos específicos, endossando narrativas convenientes a grupos dominantes (Halbwachs, 1990). Conceber a memória enquanto uma narrativa conscientemente estruturada admite, primeiramente, a dominação subjetiva de um grupo hegemônico que determina de que forma serão apresentados os relatos do passado coletivo; e, em segundo lugar, a existência de memórias alternativas, que partem de grupos minoritários e marginalizados e têm sua vivência excluída da história coletiva.

Ao se propor a recontar a Guerra de Canudos, agora conscientemente e em oposição à história contundente que os condena, o eu-lírico se insere, enquanto ator ativo, no campo dessa disputa pela construção da memória histórica de um povo. Na quarta estrofe, ressaltando seu propósito, narra que:

Na senda dos meus estudos,
Na versão oficial
Aprendi que na Bahia,
[...]
Amotinados civis
Defendiam Portugal (Santa Helena, 1981, p. 2)

Novamente, é ressaltado o fato de haver uma versão oficial - na estrofe seguinte caracterizada como “Intriga de jacobinos” - que se opõe a outra, mais fiel aos fatos. As inverdades da história hegemônica serão refutadas através da narração que começa a se construir mais linearmente a partir da sétima estrofe do texto poético. Antes de abri-la,

proclama: “A verdade que se ponha / Na lembrança da memória” (Santa Helena, 1981, p. 3). A versão histórica oficial apresenta os canudenses como amotinados que defendiam Portugal. Um dos argumentos usados pelas instituições a favor da aniquilação do povoamento é o de que se tratava de uma comunidade monarquista que buscava derrubar a república. O poema adota a perspectiva de que tais argumentos não se sustentam em fatos.

Retrocedendo um pouco no texto, nas estrofes dois e três, é delineado um contexto geral, introdutório, do evento histórico, para detalhá-lo mais adiante ao longo do texto poético. O líder religioso é, em sua primeira citação, tratado por seu nome de batismo, Antônio Maciel, evitando a alcunha de Conselheiro pela qual viria a ser conhecido. O pregador é caracterizado como santo, mito e guerrilheiro, ordenação interessante que destaca primeiro o ângulo do misticismo e da religiosidade do santo; e por último o da combatividade e da revolução do guerrilheiro. Entre as duas há o mito, essa narrativa atemporal que integra o imaginário coletivo, e pode englobar as duas outras facetas de Conselheiro, conciliando o beato e o combatente.

Na segunda estrofe: “Foi de Quixeramobim / Acender o estopim / Na bomba do formigueiro” (Santa Helena, 1981, p. 2), há a imagem poética da bomba que explode no formigueiro. As formigas são insetos comumente associados à força, apesar do tamanho diminuto, ao trabalho duro e à coletividade, por viverem em sociedade nos formigueiros. Essa metáfora remete à resiliência dos sertanejos, ao pertencimento desses indivíduos de camadas desfavorecidas a uma maioria numérica que, quando atizada, pode ser perigosa. Cabe notar ainda que Conselheiro, mesmo que intervindo diretamente, somente acende o estopim - a bomba já estava posta, apenas esperando a faísca que a levaria a detonar. A finalização dessa imagem só se dá adiante, através de *enjambement* estrófico. A segunda estrofe terminara, então, no verso “Na bomba do formigueiro” que se completará sintaticamente no primeiro verso da estrofe três: “Do Nordeste brasileiro”. O formigueiro então, aparenta abranger toda, ou ao menos grande parte, da região nordeste do país.

Nas estrofes sete e oito começa a narração da trajetória de Antonio Conselheiro e seu crescimento em popularidade, com a constituição de uma multidão que passa a segui-lo:

Fugindo da palmatória,
No fim do século findo,
Conselheiro, “O Beato”,
Do Ceará foi saindo
Segurando seu cajado,

Com a Bíblia abraçado,
Capelas foi construindo...

Os famintos lhe seguindo,
Do medo rompendo grade...
Lutar contra injustiças,
Viver com dignidade!
Seu ideal se compunha -
Foi pra Euclides da Cunha,
Galopando na Vontade... (Santa Helena, 1981, p. 3)

Há, nestes versos, uma presentificação das ações descritas, construída através do emprego de verbos no gerúndio, que enfoca também a duração dos eventos narrados, apresentados enquanto ação contínua que se estende por determinado período de tempo. Isso somente é quebrado a partir dos versos três e quatro da oitava estrofe, que, no presente do indicativo, se assemelham a um grito de guerra, um manifesto da causa, impressão que é reforçada pelo ponto de exclamação ao final - sinal gráfico que, inclusive, é bastante empregado por Santa Helena ao longo do cordel.

Todas as figuras mobilizadas durante a caracterização de Conselheiro - Beato, cajado, Bíblia, capelas - pertencem ao campo semântico da religiosidade, construindo essa figura com ênfase na faceta religiosa. Na passagem, Conselheiro é descrito não por suas características físicas ou morais, mas sim a partir de sua trajetória enquanto beato. As figuras empregadas, do cajado, da Bíblia e de capelas, todas convergem para o tema da religiosidade. As ações do Beato - que é aqui título e descrição - são o que o caracterizam. A escolha pelo não emprego de adjetivos para descrever o líder enquanto pio, moral ou justo evidencia essas características, que seriam pressupostas e evidentes a partir das associações com o tema da religião (Costa, 2023, p. 175).

A jornada do beato pelo sertão é apresentada como inevitável, como meio de fuga de castigos físicos. Ainda assim, uma vez iniciada, não é despropositada, sendo mencionada sua prática de construir capelas por onde passava. Assim como a do líder espiritual, a trajetória dos que o seguem é ancorada na necessidade, instaurada pela fome que é premente a ponto de conseguir romper com as grades socialmente impostas. A figura das grades pode aqui ser entendida como metáfora do aprisionamento social dos explorados, condição que é mantida através do aparelho estatal que, com o monopólio da força, engendra o medo de retribuição naqueles que ousarem se insurgir contra o *status quo*. É através da instauração de vontade política e luta por condições de vida mais dignas que é conquistada essa liberdade, com a

vontade - com “v” maiúsculo, quase como uma entidade independente - que os move impetuosamente, em galope, em direção a um ideal.

“Pensou que fosse verdade / O refrão ‘Democracia’”(Santa Helena, 1981, p. 3). Os dois versos estabelecem uma contraposição entre as verdades que são estabelecidas no plano discursivo e sua aplicação na prática. Não entraremos aqui numa discussão sobre os pormenores históricos e até que ponto a recém-instaurada República seguia, de fato, princípios democráticos - é sugerido, nos versos em questão, que as instituições republicanas não cumprem com o que apregoam: essa democracia, instaurada em contraposição ao regime monárquico, seria bastante seletiva. Nos três versos finais dessa estrofe, é revelado ao leitor quem de fato teria voz nesse regime dito democrático: “Terras do interior / É reinado de “doutor” / Conselheiro não sabia...” (Santa Helena, 1981, p. 3). O emprego do termo “Doutor”, comumente usado para se endereçar a pessoas de prestígio ou que ocupam posições de poder⁹, aqui se refere aos coronéis, detentores de terra e do poder local no interior rural. A extensão do poder dessas figuras é reforçada pela caracterização das terras como um reinado: em um sistema monárquico, o poder é centralizado em um indivíduo, e, no texto poético, essa figura não seria mais a do monarca no interior baiano, sendo substituída pela do coronel. Com isso, reforça-se o quanto é ilusória essa democracia, e que o homem comum continua, ainda, tendo que seguir as regras impostas pelos que detêm o poder.

O descumprimento destas regras, não ditas, mas compartilhadas, levaria ao primeiro confronto, em Juazeiro, em decorrência de uma compra de madeira para a construção de casas na comunidade. O conflito é descrito de forma bastante breve, citando uma figura militar - tenente Ferreira -; onde tomou lugar - Uauá - e o resultado do embate - duzentos e quarenta mortos (Santa Helena, 1891). Este conflito, por sua vez, seria apenas o estopim para embates maiores:

Governo iça bandeira
Por causa de tanto atrito -
Dezoito noventa e sete
Foi ano de mais conflito...
Lá na serra de Cambaio
Pajeú diz: “Eu não saio

⁹ O emprego do termo “Doutor” como pronome de tratamento vem de uma longa tradição, que não leva em conta a finalização de um doutorado. Usado a princípio para se dirigir a pessoas que tivessem cursado o ensino superior, acabou estendendo-se para todos aqueles que detivessem posições de prestígio ou poder, ainda sendo utilizado desta maneira em muitos espaços, principalmente por indivíduos de uma classe social baixa, o que ilustra bem discrepâncias sociais - os doutores integram uma elite econômica e social, ao qual é preciso se dirigir de maneira deferente (Coradini, Odaci Luiz. *Titulação escolar, condição de “elite” e posição social*. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 15 n. 43 jan./abr. 2010).

Nem na bala nem no grito!” (Santa Helena, 1981, p. 4)

Nesse momento do texto, ao abordar os conflitos seguintes, há a participação de um combatente de Canudos através de discurso direto: Pajeú. Ex-escravizado pernambucano, Pajeú foi o principal responsável por organizar a defesa do Arraial utilizando de táticas de guerrilha. O guerrilheiro é mencionado também por Euclides da Cunha, caracterizado da seguinte maneira:

Capitaneava-os, agora, um mestiço de bravura inextinguível e ferocidade rara, Pajeú. Legítimo cafuz, no seu temperamento impulsivo acolchetavam-se todas as tendências das raças inferiores que o formavam. Era o tipo completo do lutador primitivo – ingênuo, feroz e destemeroso – simples e mau, brutal e infantil, valente por instinto, herói sem o saber – um belo caso de retroatividade atávica, forma retardatária de troglodita sanhudo aprumando-se ali com o mesmo arrojo com que, nas velhas idades, vibrava o machado de sílex à porta das cavernas... Este bárbaro ardiloso distribuiu os companheiros pelas caatingas, ladeando as colunas. (Cunha, 1973, p. 70-71)

Euclides da Cunha, em um movimento presente ao longo de toda a obra, simultaneamente admira e menospreza o líder canudense. Ao mesmo tempo em que elogia sua bravura e valentia, nomeando-o herói, pontua a inferioridade racial do sertanejo, que faz dele primitivo, bárbaro e infantil.

No poema de Santa Helena, Pajeú não tem uma descrição extensa como na obra euclidiana, mas sua presença enquanto personagem ativo é significativa. Ao dar voz a esse sujeito no interior da narrativa, o eu-lírico amplia o quadro traçado dos canudenses, não focando somente na figura de Antonio Conselheiro, em movimento inverso do que seria a história tradicional mencionada no início do poema: dar protagonismo a outras figuras que não a do líder religioso, e resgatar os esquecidos pela história oficial que se ocupa apenas dos grandes nomes.

E ali o major Brito
Com dois canhões atirando
Com mais de 500 homens,
Metralhadoras trabalhando!
Uns 115 mataram,
Só quatro dos seus tombaram,
Mas Brito foi recuando... (Santa Helena, 1891, p.5)

Já de início é nomeada uma figura do exército: Major Brito, liderando a segunda investida contra o Arraial de Belo Monte. Febrônio de Brito comandou as tropas da segunda

expedição contra Canudos, composta por forças estaduais, partindo de Salvador. É ressaltado, na estrofe, o grande contingente de soldados e sua superioridade armamentista: “mais de 500 homens”, “canhões atirando”, “metralhadoras trabalhando”. Não são mencionados quantos combatentes do arraial estavam no embate ou que tipo de armas portavam, o que colabora para a construção da imagem de uma república que mobiliza todo o poder bélico e uma grande maioria numérica.

Os números, embora escritos em algarismos, são considerados na métrica em sua escrita por extenso, inclusive considerando seu esquema de tonicidade para marcação do ritmo. Nos versos em questão há, novamente, emprego do gerúndio para descrever o conflito, conferindo movimento e presentificando a narrativa. Quanto às rimas, temos rimas finais entre os versos 2, 4 e 6, nas palavras “atirando”, “trabalhando”, “recuando”. As rimas finais nesses verbos, aliadas à sua conjugação, colaboram para que essas ações possam ser percebidas pelo leitor como simultâneas. Mesmo ao recuar, as tropas governamentais continuam atirando, suas metralhadoras em trabalho contínuo. Metralhadoras essas, aliás, que assumem o papel de sujeito, com a atribuição de ações humanas - são as metralhadoras que trabalham, uma relação metonímica em que as armas são intercambiáveis com a figura dos soldados, o que ao mesmo tempo os despersonifica, resumindo essas figuras militares às armas que empunham.

Ao ser narrada a retirada das forças, encabeçada pelo major, é ressaltado que o número de mortos entre as tropas do exército é baixo: “Só quatro dos seus tombaram”. O contraste entre os números de baixas de canudenses e republicanos - cento e quinze e quatro, respectivamente - realça a bravura dos combatentes de Canudos, que continuavam no embate mesmo sofrendo grandes perdas, e evidencia que, para o aparato republicano, as vidas de seus soldados têm um peso diferente daquelas dos habitantes do arraial. Segue a descrição do conflito na estrofe seguinte:

E Pajeú no comando
De milhares de famintos
Caiu em cima das tropas
Nos estreitos, labirintos!
Não escapou um soldado...
O Ministro, irritado,
Manda vingar os extintos:

“Homens, mulheres e pintos,

Não escapa nem quem reza!
 Nesta missão punitiva
 Eu mando Coronel César
 Com as tropas reforçadas
 Em direção a Queimadas
 Esse ninguém lesa!” (Santa Helena, 1981, p. 5)

No início do trecho temos, novamente, a presença de Pajeú figurando como personagem narrativo, no comando das tropas de defesa da comunidade. É interessante notar que esses combatentes são caracterizados apenas como “famintos”, denominação que ressalta o despreparo do arraial para enfrentar uma ameaça militar e reafirma esses indivíduos como vítimas de circunstâncias sociais árduas. Temos então uma mudança no tempo verbal empregado para descrever os momentos finais desse primeiro embate, com os verbos “cair” e “escapar” no pretérito perfeito - essas ações, efetivamente encerradas e situadas no passado, demonstram a vitória conclusiva de Canudos no primeiro conflito. Os combatentes moverem-se por estreitos e labirintos alude às táticas de guerrilha adotadas pelos canudenses. As rimas finais nos versos 2, 4 e 7, ocorrem entre os termos “famintos”, “labirintos” e “extintos”, o que reforça a imagem desses sertanejos, vitimados e perdidos, que serão, inevitavelmente, vencidos, extinguidos. Isso é reforçado pelas impressões sonoras: o fonema [i] é associado à pequenez, estreiteza, som que é prolongado e nasalizado pela presença da letra “n” nas três palavras, corroborando a narrativa que situa esses indivíduos em um caminho metaforicamente labiríntico do qual é impossível escapar.

Nos versos finais, entra em cena a figura governamental do Ministro, caracterizado somente por sua função, que “manda vingar os extintos”, ordem que será completada no texto através de *enjambement* estrófico. A escolha do termo “vingar”, para a ordem institucional proferida pelo ministro, confere um cunho pessoal às ações: o massacre posterior é apresentado como uma revanche pelas perdas sofridas, e não somente continuação da campanha iniciada pela primeira expedição. A missão, que seria liderada por Moreira César, é descrita como punitiva.

A estrofe a seguir é totalmente composta pelo discurso direto do ministro, que, de maneira impiedosa, ordena a aniquilação de qualquer habitante da comunidade, independentemente de seu gênero, idade ou religiosidade: “não escapa nem quem reza!”.

O autor toma, na estrofe, liberdades ao construir as rimas a partir da oralidade, com pronúncia que suprime a letra “r” em César na pronúncia, rimando o nome próprio com os

verbos “reza” e “lesa”, conjugados na terceira pessoa do presente do indicativo, e “enfeza”, no mesmo tempo verbal mas com Pajeú como sujeito, no primeiro verso da estrofe seguinte. O paralelo traçado pelas rimas entre a figura do coronel e os atos de rezar e lesar é quebrado com a introdução do guerrilheiro na rima com “enfeza”.

O narrador passa rapidamente pelos eventos da terceira expedição enviada a Canudos, resumindo-a a dois versos: “Mataram o coronel [Moreira César] / E toda expedição” (Santa Helena, 1891, p. 5). A contraposição entre uma estrofe inteira apresentando o discurso direto do Ministro para instigar a expedição, e os dois versos, quando esse embate de fato acontece, traz foco para a intencionalidade por trás do ataque republicano, ao mesmo tempo em que sugere a ineficácia do cuidadoso planejamento dessa expedição, visto que foi facilmente derrotada, na narrativa, pelas forças comandadas por Pajeú.

Na mesma estrofe, nos três versos finais, é posto em cena o conflito final, com a organização de outra expedição e a revelação de que esta culminaria em “Mais de mil mortos no chão!” (Santa Helena, 1981, p. 5). Os embates com a quarta expedição, que se estenderam por meses, são apresentados na décima sétima estrofe da narrativa, que já se inicia em tom de repreensão ao conflito: “Irmão matando irmão” (Santa Helena, 1981, p. 6). O eu-lírico apresenta a longa duração do confronto - onze meses - e o grande número de mortes - mais de cinco mil. Serão, em seguida, denunciados os atos desse exército republicano:

Esmagar Poder Civil:
Prepotência assassina
É também decisão burra:
Matar homens de batina!
Em outubro, quinto dia,
Um “jagunço” não se via,
Nem menino, nem menina...

Nestas guerras, na chacina,
Progresso não se alcança!
Patriotismo não é
Cantar Hino na matança
Pela Ordem do País,
Nutrindo sua raiz
Com o sangue da criança... (Santa Helena, 1981, p. 6)

O eu-lírico se opõe, veementemente, à destruição da comunidade. Ao caracterizá-la como “Poder Civil” - em letras maiúsculas, aliás, podendo aludir a quaisquer outras

manifestações, anteriores ou posteriores -, é ressaltada uma iniquidade nas forças e recursos à disposição dos dois lados desse embate: a república avulta-se, enorme, contra um grupo de civis. Essa disparidade em poder é reforçada pelo uso do verbo esmagar para se referir à derrota da comunidade, que não foi somente dispersada, mas violentamente destruída, ação que é caracterizada como “prepotência assassina”. Além de assassina, caracteriza o assassinato de indivíduos ligados à religiosidade - homens de batina - como uma “decisão burra”. O vocábulo “burra”, além de indicar uma intensa repreensão semanticamente, é também sonoramente forte: a oclusiva sonora “b” remete a ruídos duros, secos, o que é intensificado pelo “u”, associado a ruídos surdos e finalizado com o “r” duplo, que alude a rompimento, raiva. Combinados, intensificam no plano sonoro a repreensão e o ultraje transmitidos nos versos.

Santa Helena continua, situando a narrativa temporalmente, no dia cinco de outubro, momento em que todos os habitantes do arraial já teriam sido mortos: “Um “jagunço” não se via”. Aprofunda a temática da chacina no verso que se segue, último da estrofe, em que expõe que nem as crianças teriam sido poupadas pelas forças republicanas. O emprego de aspas ao usar o termo jagunço configura outra crítica às narrativas tecidas ao redor dos habitantes do arraial que os classificam como criminosos, violentos. Como apontamos ao longo da análise do texto anterior, o termo jagunço, frequentemente empregado para se referir aos canudenses, tem conotações bastante pejorativas, ligando estes indivíduos ao campo da criminalidade.

Rimam, na estrofe, os termos “assassina”, “batina” e “menina”, reforçando o tema do assassinato de crianças e religiosos ao estabelecer uma relação de paralelismo com o adjetivo “assassina”. Essa relação é levada adiante na próxima estrofe, em que o primeiro verso - que deve rimar com o último do verso anterior - termina em “chacina”.

Chacinas, como defende na estrofe em questão, não são uma forma de alcançar o progresso enquanto nação ou expressão de patriotismo. Através de uma imagem poética marcante, postula que as raízes de um país não deveriam ser nutridas pelo sangue de crianças. As palavras “chacina”, “matança” e “criança” são, no trecho, todas precedidas pelo artigo definido “a”, em contração com as preposições “em” e “de”. Ao invés de individualizar esses substantivos, no entanto, o emprego dos artigos definidos torna-os universais, arquetípicos - a criança cujo sangue escorre é transmutada em todas aquelas que injustamente morrem, representando todos os inocentes que são vítimas de um sistema injusto.

Contraposto a imagens do massacre, construídas nas estrofes anteriores, na vigésima, o eu-lírico expõe uma realidade utópica pela qual anseia:

Deliro na esperança:
Vejo canhões no museu...
Golbery beijar Ulysses
E o João beijar Alceu...
O Papa jogando bola,
A Sandra beija Brizola...
O Pastor beija ateu... (Santa Helena, 1981, p.6)

Aproximando-nos do final do texto, entramos na construção de um Brasil utópico que o eu-lírico apresenta, em que todos os conflitos cessaram. A estrofe é aberta com o verbo “delirar” no presente do indicativo, indicando que esse ideal não é factível - trata-se apenas de um devaneio esperançoso, que se contrapõe à realidade social em que o texto se insere. O segundo verso, “Vejo canhões no museu...”, aponta para essa realidade em que não existem mais conflitos bélicos e os canhões, que podemos compreender como representação metonímica de todas as armas de fogo, aposentados, são apenas itens de curiosidade histórica em museus. O emprego da figura do canhão é também significativo por ter sido uma das armas decisivas para a vitória republicana na campanha de Canudos - o anseio por um momento em que sejam relegados a museus pode ser também compreendido como um apelo para que a história não se repita. São citadas, então, uma série de personalidades históricas e sociais que compõem, através de sua coexistência pacífica, a tapeçaria desse sonho tecido a partir da esperança de uma realidade menos dura.

A primeira dupla apresentada, Golbery e Ulysses, é formada a partir de uma relação de oposição: ambos os personagens estiveram ativamente envolvidos na ditadura militar brasileira, mas atuando em lados opostos. Golbery do Couto e Silva, nascido em 1911, foi um dos grandes idealizadores do regime militar brasileiro, atuando nos governos de Castelo Branco, de 1964 a 1966; Ernesto Geisel, de 1974 a 1979, e de João Figueiredo, de 1979 a 1981, quando se retira da cena política (SADER). Já Ulysses Guimarães atuou como opositor ao regime ditatorial, sendo presidente do MDB, partido de oposição ao regime, por um período, e, mais tarde, um dos grandes nomes no movimento *Diretas Já*, pela volta das eleições diretas (Memórias da Ditadura). O emprego das figuras dessas duas personagens, atuantes em oposição mútua no período de escrita do texto, agora reconciliadas e beijando-se,

estabelece a existência de um cessar-fogo que só seria possível com o regime ditatorial findo e a dissolução da polarização política estabelecida.

No verso seguinte, “João beija Alceu”. Como na contraposição de figuras políticas nos outros versos da estrofe (3 e 6, como veremos adiante) é apresentada primeiramente a personalidade ligada ao regime militar e, em seguida, a que a ela se opõe, não é inconsequente supor que o mesmo se dê no verso em questão. Nessa linha, propomos a interpretação de que Alceu refira-se a Alceu Amoroso Lima, mais conhecido pelo pseudônimo literário Tristão de Ataíde, e João seja João Baptista Figueiredo, último presidente do regime militar, tendo assumido o cargo em 1978 e ficando até 1985. Alceu Amoroso Lima foi professor, jornalista, escritor - integrando, inclusive, a Academia Brasileira de Letras - e líder religioso católico, sendo um dos expoentes da Teologia da Libertação¹⁰, corrente da Igreja católica de oposição ao regime militar (Ferreira, 2025). A escolha pelo uso do nome de batismo Alceu pode ser entendida pelo seu papel na estrutura rímica, mas também engendra sentido, remetendo à figura do homem atuante, e não apenas à *persona* do escritor, como ocorreria se utilizado o seu pseudônimo literário.

Os dois versos (Golbery beijar Ulysses / E o João beijar Alceu) aludem a um rompimento com o paradigma heteronormativo e de masculinidade socialmente estabelecidos. Sem uma noção prévia de quem sejam as figuras mencionadas pelo eu-lírico, o que se apresenta ao leitor são figuras masculinas, nomeadas, mas não conhecidas, que se beijam. Como apontado anteriormente, temas relacionados à orientação sexual figuram na produção de Santa Helena.

Continua: “O Papa jogando bola / A Sandra beija Brizola”. A primeira imagem, do Papa jogando bola, estabelece uma cena improvável, que combina elementos paradoxais. A figura do Papa carrega um *ethos* de seriedade e é revestida de autoridade e cerimônia, e enquanto líder da Igreja católica, contrasta com o ato lúdico de jogar bola. Um mundo em que uma figura de autoridade e peso sociopolítico como o papa joga bola, é, nos parece, um

¹⁰ A Teologia da Libertação (TdL) foi um movimento da Igreja Católica de cunho político-social que se desenvolveu em países da América Latina na década de 1960, com especial força entre as décadas de 70 e 90. Defendia, apoiando-se em princípios da fé católica, igualdade social e a cessação do sofrimento para indivíduos de todas as classes sociais. O movimento opôs-se fortemente aos regimes ditatoriais latino-americanos e ao cerceamento de direitos e liberdades individuais. No Brasil, membros da Igreja Católica aliados à TdL criaram Comissões de apoio a presos e perseguidos políticos, como a “Comissão Brasileira de Justiça e Paz” e a “Comissão de Justiça e Paz de São Paulo”, às quais se aliaram não somente membros do clero, mas também juristas e advogados. Foi um dos movimentos de resistência sistemática ao regime militar, e continua existindo enquanto doutrina (Moreira, Alberto da Silva. *Democracia e Direitos Humanos no Brasil: as Contribuições da Teologia da Libertação*. In: **Caminhos**, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 207-221, jan/jun 2016.)

mundo mais descomplicado e despreocupado, em que os problemas não são tão vultosos que não possam ser resolvidos em outro momento.

Sandra, citada a seguir, seria, muito provavelmente, Sandra Cavalcanti, deputada e vereadora no Rio de Janeiro. Foi Secretária de Serviços Sociais do Estado da Guanabara de 1962 a 1964, durante o mandato do governador Carlos Lacerda, grande apoiador do regime militar, e integrou o ARENA, partido de sustentação do regime ditatorial (Câmara dos Deputados). Durante sua passagem pelo governo, esteve envolvida com um projeto de “higienização” das favelas cariocas, projeto este que foi duramente criticado em meio a acusações de incêndios nas favelas e assassinato de pessoas em situação de rua (Antonio, 2019; Dotta). Já Leonel Brizola, beijado por Sandra no verso, foi um político rio-grandense, opositor do governo de Lacerda (Brum, 2019) e articulador de movimentos contrários ao regime ditatorial. Protagonizou a Campanha da Legalidade, em 1961, impedindo, através de uma reação armada, um golpe de Estado que impediria a posse de João Goulart. Adiado em alguns anos, o golpe de Estado foi efetuado, como sabemos, em abril de 1964, ocasião em que Brizola isolou-se com a família no Uruguai (Westin, 2024).

O verso final, “Pastor beija ateu...”, acrescenta uma característica a essa sociedade utópica construída ao longo da estrofe: a liberdade religiosa. Pastor e ateu, situados em extremidades opostas no que diz respeito à crença, ao beijar-se, personificam o fim da intolerância religiosa e a aceitação de todos os credos.

Encerrando a apresentação da realidade utópica visionada pelo eu-lírico, ele retoma, na estrofe seguinte, o apelo para que não sejam esquecidos os mortos de Canudos, que pereceram em nome de um ideal de libertação:

Lembra-vos de quem morreu
Lutando pelo direito
De viver na Liberdade
Ou morrer de qualquer jeito
[...] (Santa Helena, 1981, p.7)

Liberdade, aqui, com “L” maiúsculo, que, mais do que um estado, configura praticamente um lugar, como evidenciado pelo uso da contração “na” para precedê-la. O artigo definido “a”, presente na contração, determina a existência de uma liberdade única, completa, não sujeita a definições subjetivas ou passível de parcialidade. Não há espaço para manobras discursivas ou arguições do que seria viver em liberdade: a Liberdade é, e foi por

ela que lutaram os habitantes de Canudos, considerando ser preferível morrer a viver em condições de subalternidade.

Retoma, nos versos finais da estrofe, a ideia de uma realidade utópica, que será apresentada na estrofe seguinte: “Nas asas da utopia / Eu, poeta, gritaria / Com todo vigor do peito.” (Santa Helena 1981, p. 7). O verso final termina em dois pontos, para que seja apresentada, na estrofe seguinte, o Brasil que deseja.

Elenca diversas figuras históricas para cargos políticos e militares: Antonio Conselheiro como prefeito; João Cândido, líder da Revolta da Chibata¹¹, como Tenente; Padre Cícero Romão é eleito Senador; João Pessoa, presidente da Paraíba e patrono da capital homônima¹², Presidente; Noel Rosa¹³ é Ministro de um ministério não especificado; Rui Barbosa¹⁴, Supremo - que compreendemos, aqui, como cargo no Supremo Tribunal Federal -, acompanhado por Pajeú. Quase todas as figuras empregadas na estrofe insurgiram-se, de alguma maneira, ao estado vigente das coisas, no campo religioso, cultural ou social.

Continua:

No Júri da minha mente
O pobre teria terra
Sem apodrecer nas covas
Dos campos-santos, da serra!
Na Campanha de Canudos
Mais irmãos ficaram mudos
Do que na Segunda Guerra! (Santa Helena, 1981, p. 7)

¹¹ Organizada ao longo de dois anos antes de finalmente ser posta em prática em 1910, a Revolta da Chibata foi um movimento de integrantes da Marinha de Guerra em oposição às terríveis condições a que eram subjugados marinheiros. Entre as exigências dos oficiais amotinados estavam o fim de castigos disciplinares que usassem de violência física e o aumento de salário. O movimento, que ocorreu em duas etapas e foi, eventualmente, reprimido, com a maioria dos integrantes sendo mortos ou levados presos, serviu para trazer à luz as condições desumanas a que estavam submetidos os marinheiros, desconhecidas pela maioria da população. (Nascimento, Álvaro Pereira do. *A Revolta da Chibata e seu Centenário*. **Perseu: História, Memória e Política**, n. 5, 2010).

¹² João Pessoa foi Governador da Paraíba de 1928 a 1930, antes de ser morto por João Dantas e ter a capital do estado renomeada em sua homenagem. É tido, por muitos, como figura importante na oposição ao coronelismo (JORNAL DA PARAÍBA. **João Pessoa: quem foi o homem que dá nome à capital da Paraíba**. Disponível em:

<https://jornaldaparaiba.com.br/cultura/joao-pessoa-saiba-quem-foi-o-homem-que-deu-nome-a-capital-da-paraiba>. Acesso em 22/03/2025), motivo pelo qual Santa Helena pode ter mencionado essa figura como ponto de oposição ao sistema que critica.

¹³ O sambista Noel Rosa, um dos maiores nomes da música brasileira, foi um crítico dos costumes e contradições da sociedade brasileira. Como apontado por Antonio Pedro Tota: “Noel é o crítico da sociedade burguesa e de suas contradições em meio ao impacto da modernidade.” (Tota, Antonio Pedro. *Cultura, política e modernidade em Noel Rosa*. In: **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 3, p. 45-49, jul. 2001. Acesso em 22/03/2025.)

¹⁴ Mais conhecido por sua atuação como Ministro da Fazenda, Rui Barbosa - ou Ruy Barbosa, como encontrado em algumas fontes - ocupou uma série de cargos políticos na Bahia. Opôs-se firmemente ao comunismo, mas foi também um grande defensor do federalismo, do regime democrático e da separação entre Igreja e Estado. (SENADO FEDERAL. **Ruy Barbosa**. Disponível em:

<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/2227>. Acesso em 22/03/2025.)

A justiça social, expressa pela posse de terras por indivíduos de qualquer classe social e o fim de extermínios como o da comunidade de Canudos, inscreve-se, para o eu-lírico, firmemente no campo da utopia, o que é evidenciado pelo emprego do verbo “ter” no futuro do pretérito, expressando uma ação não concretizada no passado, um desejo irrealizável. Esses mesmos versos, “O pobre teria terra / Sem apodrecer nas covas”, sugerem que a única maneira de o pobre ser detentor de terras na configuração social em que se insere o texto poético é depois de morto, quando lhe é dado o espaço de sua cova. Ecoa, nesse trecho, *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto, obra poética que retrata a trajetória de um migrante nordestino em busca de condições de vida melhores. Ao assistir ao funeral de um trabalhador rural, o eu-lírico ouve:

Esta cova em que estás,
com palmos medida,
é a conta menor
que tiraste em vida.

É de bom tamanho,
nem largo nem fundo,
é a parte que te cabe
deste latifúndio (Melo Neto, 2000, p. 59)

Ambos os poemas retratam a ironia trágica do pobre que, sujeito ao sistema e à injusta distribuição de renda, só consegue em morte a posse da terra por ele trabalhada.

No poema de Santa Helena, o eu-lírico afirma que “Na Campanha de Canudos / Mais irmãos ficaram mudos / Do que na Segunda Guerra!” (Santa Helena, 1981, p.7). Estima-se que na Guerra de Canudos tenham morrido cerca de vinte mil pessoas; na Segunda Guerra Mundial, as baixas brasileiras foram de 467 soldados (Câmara dos Deputados, 2014). A comparação com a Segunda Guerra Mundial, conflito de larga escala e tido, no imaginário coletivo, como catastrófico, realça a magnitude do conflito de Canudos e o número exorbitante de mortos durante as quatro expedições.

A estrofe final, de número 24, reforça o apelo, construído ao longo de todo o texto, por justiça social e para que sejam lembrados os habitantes do Arraial de Belo Monte:

A Voz do Povo não erra!
Ser pobre não é destino!
Com justiça social
Não existe Virgulino

Nem Antônio Conselheiro!
Tocai o sino, sineiro,
Nos funerais do menino... (Santa Helena, 1981, p. 7)

Em uma leitura que coloca em xeque a premissa de que classes sociais são algo intrínseco e inescapável, o eu-lírico proclama o surgimento de figuras como a de Antonio Conselheiro e Virgulino, o cangaceiro Lampião, como fruto da injustiça social, que não deixa aos indivíduos alternativas. A Voz do Povo, também grafada com letras maiúsculas, é uma construção coletivamente compartilhada que no interior do texto poético torna-se uma entidade unificada, uma instituição representativa das massas populares. O tocar dos sinos, no funeral deste menino não-identificado, é uma expressão de luto e apelo à rememoração daqueles que se foram. O tema da morte, retomado através da mobilização da figura do funeral, é aqui aprofundado pela figura do menino, que remete a infância e inocência, aliando duas figuras a princípio paradoxais, e aprofundando a temática, explorada ao longo do poema, dos inocentes que foram e são mortos dentro de um sistema injusto.

Visto esse posicionamento bastante distinto daquele adotado pelo eu-lírico no texto de Cavalcante, trabalharemos, por fim, o último dos três textos analisados, o discurso proferido por Luiz Vianna.

3.3 Discurso de Luiz Vianna

Proferido em quinze de março de 1897 e endereçado ao “Sr. Presidente da República”, o discurso de Luiz Vianna, então governador do Estado da Bahia, foi proferido em sessão de governadores, de acordo com a classificação da Biblioteca Nacional Digital, acervo onde foi encontrado o documento utilizado. O documento que usamos neste trabalho é a transcrição do referido discurso, composto por nove páginas e encabeçado pela informação do local, “Palacio do Governo do Estado da Bahia”.

A comunicação foi divulgada cinco dias após a data que consta no pronunciamento, no jornal carioca *O Paiz*, autoproclamado “a folha de maior tiragem e de maior circulação na América do Sul”, como consta logo abaixo da data. De fato, foi um jornal importante, com Rui Barbosa como seu primeiro redator-chefe, que se posicionava acerca de eventos políticos

de diversos momentos, do final do Império ao início da República. A edição em que consta o discurso de Vianna pode ser encontrada nos anexos (Anexo D).

O discurso político situa-se em um lugar bastante particular, de articulação entre diferentes instâncias, e constitui objeto complexo de estudo. Nossa análise, aqui, será sucinta, tendo em vista que nosso objeto de estudo primeiro é o texto poético.

Entra em jogo, quando falamos do discurso político - e da atuação política em geral - a questão da legitimidade e credibilidade. A posição ocupada por um indivíduo dentro do aparato governamental pode ser alcançada de diversas maneiras, a depender do tipo de sistema em que se está inserido. Façamos um breve desvio para situar o tipo de regime em que se encontrava Luiz Vianna ao realizar o pronunciamento com o qual trabalharemos.

Em um sistema democrático, como deveria ser o republicano, a atribuição destes cargos se dá através de eleições, sendo as figuras políticas compreendidas como representantes, legitimamente eleitos por maioria numérica, do povo. Pela definição de Norberto Bobbio, no *Dicionário de Política* por ele organizado, diversas foram e são as concepções de regime democrático, mas há certo consenso sobre algumas regras basilares para a sua existência:

1) o órgão político máximo, a quem é assinalada a função legislativa, deve ser composto de membros direta ou indiretamente eleitos pelo povo, em eleições de primeiro ou de segundo grau; 2) junto do supremo órgão legislativo deverá haver outras instituições com dirigentes eleitos, como os órgãos da administração local ou o chefe de Estado [...]; 3) todos os cidadãos que tenham atingido a maioridade, sem distinção de raça, de religião, de censo e possivelmente de sexo, devem ser eleitores; 4) todos os eleitores devem ter voto igual; 5) todos os eleitores devem ser livres em votar segundo a própria opinião formada o mais livremente possível, isto é, numa disputa livre de partidos políticos que lutam pela formação de uma representação nacional; 6) devem ser livres também no sentido em que devem ser postos em condição de ter reais alternativas (o que exclui como democrática qualquer eleição de lista única ou bloqueada); 7) tanto para as eleições dos representantes como para as decisões do órgão político supremo vale o princípio da maioria numérica, se bem que podem ser estabelecidas várias formas de maioria segundo critérios de oportunidade não definidos de uma vez para sempre; 8) nenhuma decisão tomada por maioria deve limitar os direitos da minoria, de um modo especial o direito de tornar-se maioria, em paridade de condições; 9) o órgão do Governo deve gozar de confiança do Parlamento ou do chefe do poder executivo, por sua vez, eleito pelo povo. (Bobbio, 1998, p. 327)

O Brasil recém republicano certamente não atendia a todos esses requisitos - podemos questionar, inclusive, se o Brasil contemporâneo os cumpre a todos. Mas, como também pontuado por Bobbio, “Certamente nenhum regime histórico jamais observou inteiramente o ditado de todas estas regras; e por isso é lícito falar de regimes mais ou menos democráticos” (Bobbio, 1998, p. 327). Ao final do século XIX, a democracia brasileira era, decerto, bastante restrita - analfabetos, indígenas e soldados rasos não tinham direito a voto, e o voto feminino seria conquistado em 1932, apenas 35 anos depois do momento em que se pronunciava Vianna, (Câmara dos Deputados). E, mesmo entre esse grupo votante, o voto não era, tampouco, livre, como pressuposto em um sistema democrático. Como discutimos anteriormente, esse período da história brasileira era fortemente marcado pelas relações coronelistas, e o processo eleitoral não fugia a essa dinâmica de poder - a influência dos coronéis sobre os votos daqueles sob seu domínio não pode ser desconsiderada. Esses oligarcas mantinham-se no poder através de um sistema de ajuda mútua, que incluía trabalhadores, mas também os demais grandes proprietários, em uma dinâmica de poder com diversos atores e peças.

Tudo isso deve ser levado em conta quando consideramos um discurso político fabricado neste contexto - são variantes que influenciam o que será dito, visto que o discurso político está diretamente atrelado a uma posição de poder, e este só pode ser mantido através da conservação da legitimidade e credibilidade da figura ou instituição que fala. Como afirmado por Charaudeau:

A instância política encontra-se no lugar em que os atores têm um “poder de fazer” — isto é, de decisão e de ação — e um “poder de fazer pensar” — isto é, de manipulação. É o lugar da governança. Por conta disso, a instância que os reúne está em busca de legitimidade, para ascender a este lugar, de autoridade e de credibilidade, para poder geri-lo e nele se manter. No entanto, a instância política não pode afirmar de forma explícita que é movida pelo desejo de ocupar o lugar do poder e nele se manter; isso seria contraproducente. Não há outra justificativa para o poder senão a própria situação de poder (quer seja obtida pela força ou pelas urnas). Portanto, o discurso da instância política pode apenas se dedicar a propor programas políticos quando se trata de candidatar-se aos sufrágios eleitorais, a justificar decisões ou ações para defender sua legitimidade, a criticar as ideias dos partidos adversários para melhor reforçar sua posição e a conclamar o consenso social para obter o apoio dos cidadãos, tudo com a ajuda de diversas estratégias de persuasão e sedução. (Charaudeau, 2017, p. 56)

Afirma, ainda, que “O discurso político é, por excelência, o lugar de um jogo de máscaras. Toda palavra pronunciada no campo político deve ser tomada ao mesmo tempo pelo que ela diz e não diz” (Charaudeau, 2017, p. 10).

Levando em conta que esse discurso almeja, portanto, a manutenção de uma estrutura de poder e de um cargo dentro desta, alguns pontos merecem destaque antes de adentrarmos a análise do texto. O primeiro é seu contexto de produção. Traçando um breve panorama histórico, Luiz Vianna assumiu o governo da Bahia em março de 1896, três anos após a formação da comunidade de Belo Monte em Canudos. A comunidade já estava no foco das autoridades locais há anos, mas não havia sofrido ainda qualquer interferência direta. Vianna herdara, então, de seu antecessor, o governador Rodrigues Lima, o problema de como lidar com a comunidade que se instalara em território baiano e seu impacto para os coronéis, que exigiam medidas para a sua extinção. A primeira das três malogradas expedições de erradicação da comunidade ocorreria cerca de seis meses depois de sua posse, em novembro do mesmo ano, conduzida por Febrônio de Brito.

Com o primeiro fracasso, o governo baiano recorre a forças federais para organização da segunda expedição, que contou com mais de quinhentos soldados e foi enviada a Canudos em janeiro de 1897, munida de artilharia pesada. Novamente derrotadas as forças governamentais, Canudos estava ganhando mais espaço na mídia, sendo os eventos acompanhados a nível nacional. As pressões sobre o governo baiano aumentam, e a terceira expedição é organizada.

Estava posto o palco para o mais retumbante fracasso até então: com mais de mil soldados, quatro canhões e cavalaria, a terceira expedição militar foi liderada pelo Coronel Moreira César, popularmente conhecido como “Corta-cabeças” ou “Treme-Terra”, em virtude de sua atuação na repressão de insurreições e um costume de decapitar os amotinados (Fontes, 1997). Essa expedição, contrariando as expectativas, foi também derrotada pelos canudenses, e Moreira César, morto no combate.

O discurso de Luiz Vianna, proferido em sessão de governadores pouco mais de uma semana após a terceira expedição e morte de Moreira César, situa-se, portanto, em um dos momentos de maior pressão sobre o governo estadual, após a derrota, nacionalmente acompanhada, de uma campanha que parecia infalível. O governo estadual, e, de maneira mais ampla, as instituições republicanas de forma geral, encontravam-se descredibilizadas em virtude do fiasco que foram as tentativas de destruir o povoado. Luiz Vianna, na posição de

governador, seria inevitavelmente atrelado aos resultados das expedições - o fracasso das tropas em vencer os canudenses, é, por extensão, um fracasso do governador.

O segundo ponto para o qual chamamos a atenção é que Luiz Vianna se dirigia, no momento de seu pronunciamento, para seus pares, mas o discurso é endereçado ao presidente da república - naquele momento, Prudente de Moraes, terceiro presidente após a proclamação da república. Ainda que estivesse inserido em um sistema que já adotava votações para a escolha de seus representantes, Luiz Vianna, enquanto governador, encontrava-se em uma posição inferior à do presidente, tanto hierarquicamente quanto em matéria de influência. Trata-se de um discurso, portanto, que tinha tanto seus pares, na figura de outros governadores, quanto seus superiores como enunciários, e, por fim, o público leitor do jornal em que seria publicado o texto, poucos dias depois.

Passemos, então, ao texto em questão. Para tornar a leitura mais fluida será adotada, ao longo da análise, uma grafia contemporânea de todos os termos. O texto original, no entanto, assim como a sua transcrição, podem ser encontrados nos Anexos deste trabalho.

Vianna inicia sua declaração lamentando a existência da comunidade e a morte de oficiais militares, além de já caracterizar como fanáticos os habitantes do povoado. Ressalta que a existência do povoado é prévia ao seu governo, e questões, não relacionadas a Canudos, que exigiram atenção imediata e teriam impedido, em um primeiro momento, o governo baiano de tomar ações contra a comunidade. Ao longo do discurso, são incluídos, em diversos momentos, telegramas trocados com diferentes líderes militares, confirmando a narrativa de que o governador não teria sido o único a dimensionar de maneira equivocada a resistência que ofereciam os canudenses às investidas militares. Refere-se aos habitantes de Belo Monte como “horda fanática” que se reunia em torno de um “fanático ignorante e obcecado” (Vianna, 1897). O fanatismo aparece diversas vezes para referir-se aos canudenses e a Antonio Conselheiro - que, inclusive, não é evocado pelo nome, fato que também chama a atenção e é significativo para o quadro tecido no discurso.

De modo a facilitar a visualização, elencamos abaixo os adjetivos empregados ao longo do pronunciamento do governador, assim como os substantivos que caracterizam e uma breve contextualização desse emprego ou figura por eles caracterizada.

Quadro 1: Substantivos modificados por adjetivos qualificadores no discurso

Substantivo	Adjetivo	Contexto
surpresa	dolorosa	morte de soldados republicanos
reclamos	justos	da opinião publica
fanático	ignorante e obcecado	Conselheiro
homens e mulheres	fanatisados	do povoamento
situação	anormal	existência da comunidade
horda	fanática	habitantes Canudos
expedições policiais	pequenas	primeiras expedições malogradas
antecessor	honrado	governador anterior
meios	brandos e suasórios	tentativas de dissipar o povoado no governo anterior
influxo	benéfico	das instituições republicanas
doutrinas	subversivas	as de Conselheiro
elementos	perniciosos	canudenses
telegramma	urgente	enviado por Leoni
cidadãos	prestigiosos	de Uauá
combate	renhido	entre canudenses e forças policiais
coronel	craterioso e infatigável	Saturnino
auctoridade	insuspeita	Gennes Fontes
vantagem	decidida e notória	levou a força expedicionária sobre os bandidos
emergência	grave	expedições fracassadas
hostilidade	abrupta	contra o governo do Estado (carta de Febrônio)
critério	alto	do governo da União
Coronel	bravo e intemerato	Moreira César
militar	bravo	Moreira César
infortúnio	supremo	morte de Moreira César
emergências	graves	situação com canudenses

Fonte: autoria própria

Como é possível observar no quadro acima, os adjetivos usados para se referir à comunidade e a seus integrantes são todos negativos, enfatizando o fanatismo como elemento

do grupo. As instituições republicanas e figuras a essas ligadas, por sua vez, são vistas sob uma ótica bastante positiva.

Temos, para referir-se à comunidade, a seus habitantes e ao modo de vida, o emprego dos termos “ignorante”, “fanatisado”, “anormal”, “perniciosos” e “fanática”. Em conjunto, contribuem para que esses indivíduos sejam firmemente situados em uma posição de estranhamento e outridade. O foco no elemento do fanatismo descibiliza, ainda, a organização desses indivíduos e associa o grupo à irracionalidade, não havendo menção ao modo de vida dentro do arraial ou à adoção de estratégias de combate para o enfrentamento das tropas estaduais e federais. Isso é reforçado pelo emprego do termo “horda” para caracterizar esse grupo, substantivo coletivo definido como “Bando indisciplinado, provocador de brigas e desordem” (MICHAELIS, 2025). Esse conceito de desordem, será, inclusive, explorado ao longo do pronunciamento.

Diversas são as escolhas lexicais que refletem essa contraposição, construída ao longo do pronunciamento, dos campos da ordem e desordem, sendo as instituições republicanas defensoras do primeiro, lutando contra a ameaça representada pelo grupo instalado em Belo Monte. Essa polarização fica evidente já no parágrafo de abertura do documento, em que o governador afirma que todo o país lamenta “[...] a perda irreparável de uma porção de seus filhos que [...] fora dele arrebatada pela fúria do fanatismo aplaudido pelos inimigos das instituições vigentes e pelos exploradores de toda ordem [...]” (Vianna, 1897, p.2)

O estabelecimento de um campo da desordem pressupõe a ordem como natural - ordem, nesse contexto compreendida, como conformidade ao sistema republicano, com suas relações de poder há muito consolidadas e sujeição à lógica capitalista. Sendo a ordem natural, pressuposta, faz-se necessária a destruição de qualquer manifestação que possa ameaçá-la. A doutrina pregada por Conselheiro é, afinal, subversiva. A associação das instituições republicanas e de seus representantes a esse campo da ordem dá-se de duas formas: por meio da oposição à comunidade e por meio da afirmação do aparelho estatal e de seus integrantes. No que diz respeito à primeira, ao definir a comunidade como anormal, seu modo de vida como subversivo, a república que tenta, por meio da mobilização das forças ao seu dispor, destruir essa manifestação, é caracterizada através do contraste: estando situadas em uma relação de oposição, a atribuição de características para um dos polos automaticamente confere as características opostas ao que esteja situado no outro. A integridade republicana, preestabelecida pela contraposição à comunidade de fanáticos, será

reiterada ao longo do texto através de menções elogiosas às suas instituições e representantes. Como podemos observar nas escolhas de adjetivos elencadas no quadro, para as figuras do exército e governo são utilizados os termos “honrado”, “bravo”, “intemerato” e “insuspeita autoridade”. O Estado da Bahia, por sua vez, é “heróico e valoroso”; as instituições republicanas trouxeram um “benéfico influxo”. A esse respeito, Charaudeau coloca:

O discurso político, que procura obter a adesão do público a um projeto ou a uma ação, ou a dissuadi-lo de seguir o projeto adverso, insiste mais particularmente na desordem social da qual o cidadão é vítima, na origem do mal que se encarna em um adversário ou um inimigo, e na solução salvadora encarnada pelo político que sustenta o discurso. (Charaudeau, 2017, p. 91)

Ora, podemos perceber, no discurso, a mobilização dos elementos apontados pelo autor, ainda que a desordem não seja o estado inicial pelo qual Vianna buscava salvar seus eleitores. A ordem republicana, como apontamos, é o pressuposto e o estado das coisas ao qual busca-se retornar, em nome da qual o governador fala, como um de seus representantes legais. A comunidade estabelecida em Canudos é colocada na posição de adversária, e sua mera existência configura uma ameaça à ordem e ao bem-estar. O teor do discurso difere um pouco, porém, daqueles que buscam convencer um público a tomar qualquer tipo de ação, visto que seu principal objetivo é justificar as ações do governo baiano até então. Importante para isso será ainda a construção da imagem dos canudenses ao longo do texto.

Os seguidores de Conselheiro são apresentados, a princípio, como relativamente inofensivos, apenas peregrinando, construindo igrejas e cemitérios. O problema surge com os números crescentes de homens e mulheres seguindo o beato, levando ao seu eventual estabelecimento às margens do rio Vaza-Barris com a criação da comunidade:

Bando a princípio (desde 1874 a 1876) meramente *dominado pelo fanatismo de crenças religiosas*, estacionando em diversas paróquias da zona norte da ex-província, preocupado exclusivamente com a predica de doutrinas de uma *verdadeira seita* e a construção de capelas e cemitérios, foi, entretanto, crescendo em números *pela tolerância de uns e pelo receio de outros*, até que adquiriu foros de cidade na comarca de Itapicuru, onde seu chefe, Antonio Conselheiro, levantou uma verdadeira povoação, a que deu o nome de Bom Jesus, e da qual foi por muito tempo dono e senhor absoluto. (Vianna, 1897, p.2, grifo próprio)

Destacamos, nesse trecho, alguns elementos. Esse grupo, ao qual Vianna se refere como “bando”, é apresentado como inicialmente preocupado apenas com a doutrina compartilhada - doutrina, essa, marcada pelo fanatismo e constituição de uma seita. O

aumento do número de indivíduos, seguidores de Antonio Conselheiro, é atribuído à inação de indivíduos que, por medo ou displicência, não intervieram na situação quando poderiam tê-lo feito. É ecoado o posicionamento, exposto no início do pronunciamento, de que Luiz Vianna, ao assumir o governo da Bahia, viu-se na posição de ter que lidar com um problema que já estava posto há tempos, não sanado por aqueles que anteriormente estavam em posição de resolvê-lo. Ainda que se refira a seu antecessor no governo baiano de maneira bastante elogiosa, não é deixada margem para dúvidas: o problema com o qual Vianna lida no momento do pronunciamento já estava presente na gestão anterior, mas não foi endereçado.

A retratação de Antonio Conselheiro como “dono e senhor absoluto” do grupo deslegitima o poder de decisão e a individualidade daqueles que integram a massa, anônima no discurso, organizada em torno do pregador. Essa caracterização está em consonância com as menções anteriores aos habitantes do arraial que, como pontuamos, davam destaque ao elemento do fanatismo como identidade grupal, não incorporando elementos que indiquem qualquer forma de organização destes indivíduos. Situar Conselheiro nesta posição de controle completo sobre o povoado atribui-lhe, ainda, a responsabilidade - e culpa - por todos os eventos que ocorreram após a formação da comunidade.

São relevantes, também, os telegramas citados ao longo do discurso, segundo Vianna, trocados com diferentes figuras de autoridade envolvidas nos acontecimentos e citados textualmente. Na exposição das correspondências a respeito da segunda expedição contra Canudos, o primeiro dos telegramas citados, na sétima página do texto, teria sido trocado com o major Febrônio de Britto, comandante que a liderou. Na correspondência, o major é citado por afirmar que quatrocentos a quinhentos soldados seriam suficientes para tomar o povoado - o que, como sabemos, não ocorreu. Ordens de um superior teriam impedido a expedição de avançar por determinado período, o que é lamentando pelo oficial. Vianna ressalta os números apresentados pelo militar e sua confiança nas informações recebidas, além de repreender a imprecisão na avaliação de Britto, que “[...] devia ter logo procurado colher mais exatos e minuciosos esclarecimentos sobre a situação e recursos dos conselheiristas [...]” (Vianna, 1897, p. 7).

Os três telegramas seguintes apresentados seriam também de Febrônio de Britto, enviados ao general comandante do distrito de Monte Santo; ao coronel Saturnino e ao Chefe da Segurança Pública, respectivamente. Em todas as correspondências citadas, o major expõe seu otimismo em relação à vitória das forças que comandava, mencionando relatos de medo

entre os habitantes de Belo Monte, que tentariam fugir do povoado perante o avanço das tropas, e colocando em risco a sua reputação: “[...] Creio debelá-los definitivamente. Está na minha honra de soldado.” (Britto, *apud* Vianna, 1897, p. 8)

O governador reforça sua confiança no número de tropas enviadas, com a inclusão de um telegrama de Gennes Fontes, juiz de Monte Santo, em que este afirmava sua convicção de que a “Força atual pode marchar Canudos vantajosamente” (Fontes, *apud* Vianna, 1897, p. 8). Luiz Vianna refere-se a Gennes Fontes, logo após a transcrição de sua mensagem, como uma “insuspeita autoridade”, ressaltando que além de sua assinatura, contavam também no telegrama, as de mais de cinquenta indivíduos “dos mais graduados de Monte Santo” (Vianna, 1897, p. 9). A opção pelo termo “insuspeita”, além de alinhar-se ao padrão estabelecido ao longo do texto, de associação das figuras ligadas às estruturas republicanas a conceitos de ordem e moral, salienta a confiabilidade da informação recebida, o que é amplificado pela menção às assinaturas de outras figuras importantes do distrito.

Citado em seguida é Honório de Lima, promotor, em mensagem dirigida ao governador. No telegrama, apresentado com a data de quatorze de dezembro, confirma a saída e chegada do regimento à vila e afirma haver informações de que Conselheiro e “[...] seus sequazes ameaçam vir a esta vila para soltar presos e assassinar autoridades” (Lima, *apud* Vianna, p. 9), intento que teria se fortalecido com a aproximação das forças - como mencionamos, uma ordem oficial retardou sua chegada ao povoamento, prevista para acontecer antes. Acrescenta seu parecer de que o número de soldados da força seria o suficiente para a pacificação, como coloca, dos sertões.

É reproduzida então a mensagem que teria sido enviada por Serbeto, capitão do regimento policial enviado a Monte Santo para reforçar as forças, e encarregado, segundo o discurso de Vianna, de reunir informações sobre os canudenses. Em seu telegrama, datado de dezessete de dezembro e enviado ao Chefe de Segurança Pública, reafirma o desejo de Febrônio, pelo próprio também expresso, de atacar o arraial o mais rápido possível. Afirma, ainda, que haveria muitos exageros nas descrições dos combatentes do arraial: “Conselheiro não terá mais de mil combatentes com as armas atrasadas” (Serbeto, *apud* Vianna, p. 9).

As comunicações finais são atribuídas também a Febrônio de Britto, nas quais o comandante expressava o apoio que figuras locais, como um comissário e um coronel, ofereceram, para garantir o sucesso da expedição, na forma de animais, condutores e acompanhamento.

A imagem traçada, ao mencionar essas mensagens, unânimes na estimativa de que as tropas enviadas na terceira expedição seriam suficientes para a erradicação do povoado, é a de um governador cujo único erro foi confiar em informações que vinham de fontes inquestionáveis, ligadas a cargos públicos e ao exército. Isso é reforçado logo após a transcrição do último telegrama trocado a respeito da segunda expedição:

Diante de tudo isso *não era lícito ao governo duvidar* um momento do êxito da expedição, e foi sob tais auspícios que marchou contra Canudos a coluna do major Febrônio de Britto, sendo pelo país inteiro conhecido o resultado do seu encontro com os fanáticos de Conselheiro. (Vianna, 1897, p.10, grifo nosso)

Mais do que meramente afirmar a crença do governo na palavra daqueles que eram, afinal, figuras de confiança, Vianna declara que questionar essas informações seria inadmissível, ilícito. Uma busca pelos antônimos de “ilícito” gera como resultados ilegítimo, inválido, inconstitucional (ANTÔNIMOS, 2025). Contestar, em um primeiro momento, essas informações, iria, portanto, contra todos os ideais republicanos, contra o próprio projeto institucional. A inclusão de todos estes telegramas e nomes, colabora, também, para que a responsabilidade pelos fracassos não recaia unicamente sobre Vianna, sendo dividida entre todos aqueles são nominalmente citados no discurso.

Menciona a seguir, uma carta enviada por Febrônio de Britto que estaria em circulação na imprensa nacional, em que este criticava as ações do governo baiano, documento que infelizmente não nos foi possível localizar. Vianna censura as ações do major e expressa sua surpresa perante o conteúdo da carta, “[...] cujo principal intuito era evidentemente um impulso de hostilidade abrupta contra o governo do Estado, em vez da narração que *lhe cumpria fazer* daquele encontro [...]” (Vianna, 1897, p. 10, grifo nosso). Britto estaria, então, falhando em seguir suas obrigações ao divulgar sua reprovação à postura do governo, que contradiria seu posicionamento anterior, expresso nos telegramas trocados com Vianna e as demais autoridades. Continua:

Limitei-me, não obstante, nesta grave emergência, a relatar lealmente as ocorrências ao governo da União, sem sugerir-lhe alvitre, nem articular comentários, deixando livre ao seu alto critério providenciar como lhe parecesse mais acertado.

Deliberou então esse governo a vinda de uma brigada sob o comando do coronel Moreira Cesar, dizendo-me confiar que o governo do Estado a auxiliaria em tudo que estivesse ao seu alcance.

Respondi imediatamente declarando que o governo do Estado se prontificava para dispor todos os elementos, que pudessem aproveitar a nova expedição [...] (Vianna, 1897, p. 10)

É interessante observar que Vianna reitera que seu relato ao governo federal foi objetivo e não buscou, de forma alguma, influenciar as decisões que seriam tomadas, “[...] deixando ao seu alto critério” determinar quais seriam os próximos passos para lidar com a ameaça no sertão. A escolha por enviar a que seria a terceira expedição, encabeçada por Moreira César, é apresentada como deliberação somente do governo federal, sendo o papel do governo do Estado da Bahia somente auxiliar no que fosse necessário e prover as tropas com o que pudesse ajudá-las. Fica implícito, desta forma, que o eventual fracasso de mais esta expedição não poderia ser atribuído ao governo estadual, na figura de Luiz Vianna, uma vez que a organização partiu unicamente de uma instância superior.

São resgatados também, ainda que em menor número, telegramas relacionados à terceira expedição, cujo resultado seria um fracasso ainda maior, em virtude do número de homens e aumento da atenção midiática aos eventos transcorridos no sertão baiano. A respeito da postura do coronel, Vianna afirma:

Tudo assim disposto, e cercado de todos os elementos que considerou necessários, e que o governo do Estado prestou-lhe com solicitude e prontidão, partiu para Monte Santo o coronel Moreira Cesar; e tão seguro estava a respeito da situação de suas tropas e das condições do inimigo, que em telegramas que correm impressos, dirigidos ao Governo da União, afirmava não duvidar um instante da vitória que o aguardava, sendo seu único receio que não o esperassem os bandidos. (Vianna, 1897, p. 10)

De maneira similar ao que foi relatado sobre a segunda expedição, o foco ao citar Moreira César é a confiança que este tivera na vitória das forças governamentais - tanto que afirma que o único medo do militar teria sido o de que os canudenses pudessem fugir antes de oferecer combate às tropas. Ao frisar este como único medo, declara que a possibilidade de que fosse derrotada a expedição era tão distante que sequer era considerada por aqueles que a integravam. Vianna afirma, logo a seguir, que não era somente o coronel que tinha a certeza da vitória republicana, mas todo o país: “A certeza do seu triunfo estava na consciência pública” (Vianna, 1897, p. 9).

Qualifica as notícias da derrota desta expedição como extremamente dolorosas, e avalia que ela poderia ter tido um desfecho diferente não fosse a morte de Moreira César em

combate, que ocorreu “[...] quando já lhe sorriam os prenúncios da segura vitória” (Vianna, 1897, p.9).

Os telegramas, embora busquem reforçar a retidão de Vianna e justificar suas ações enquanto governante, não apresentam ao leitor (ou ouvinte) comprovação de que estas mensagens tenham de fato sido trocadas: os documentos originais não se encontram incluídos, sendo apenas transcritos, não consultáveis.

Vianna finaliza seu discurso, uma vez expostos os motivos pelos quais o governo estadual abordou o problema representado pela comunidade em Belo Monte, da forma já conhecida, declarando que não fugiria às suas responsabilidades enquanto governador, fazendo todo o possível para lidar com a situação:

Esta é também a minha convicção; e quaisquer que sejam as responsabilidades que me possam caber nas graves emergências a que chegamos, jamais as recusarei, porque minha consciência e minha honra de primeiro magistrado deste heróico e valoroso Estado não receberam outras inspirações, senão as do bem da Pátria e da consolidação das instituições republicanas. (Vianna, 1897, p. 10)

O enfoque no cargo político confere, simultaneamente, peso à palavra do governador e legitimidade às instituições republicanas. O elogio à república é enfatizado pelos termos “heróico” e “valoroso”, usados para se referir ao Estado. O fato de a comunidade de Canudos oferecer risco às instituições republicanas é reiterado pela afirmação de que todas as ações até então tomadas pelo governador visavam o bem da nação e a “consolidação das instituições republicanas”. A opção pelo substantivo “consolidação” neste momento é bastante interessante, pois sugere que essas instituições estão enfraquecidas, desestabilizadas, reforçando a ameaça constituída pela comunidade.

Ao longo de todo o o discurso, portanto, fica evidente a construção de uma polarização entre o Arraial e a República, sendo enaltecidas as instituições republicanas e fazendo-se necessária a extinção de qualquer manifestação que pudesse constituir uma ameaça a esta ordem. A mobilização de correspondências com figuras de autoridade e renome ao longo do texto reforça a ideia de que o Estado baiano, na figura de seu governador, fez todo o possível para lidar com a situação a partir dos dados que lhe foram disponibilizados, justificando as escolhas tomadas ao longo do conflito e dividindo, de certa forma, a culpa pelo fracasso das expedições.

No terceiro capítulo, contrastaremos os três textos trabalhados, visando ressaltar em que medida se aproximam e distanciam no tratamento da comunidade de Canudos, de seus habitantes e líder religioso e dos eventos transcorridos durante seus embates com as forças republicanas.

4 CAPÍTULO 3

4.1 Verso, verbo e violência: três olhares sobre Canudos

Passaremos, então, a um balanço dos três textos, buscando encontrar pontos de confluência e divergência na maneira de retratar os habitantes do arraial, seu modo de vida e a figura de Antonio Conselheiro.

O discurso de Luiz Vianna, governador do Estado da Bahia a partir de 1896, busca justificar as ações do governo estadual em resposta às críticas de que foi alvo após as três expedições militares enviadas à comunidade de Canudos com o intuito de destruí-la, nenhuma das quais obteve sucesso. Para tal, mobiliza correspondências trocadas com diversas figuras de prestígio, incluindo líderes políticos e militares, ilustrando como as convicções do governo de que a comunidade seria rapidamente destruída foram baseadas em relatos daqueles diretamente envolvidos com as expedições militares.

O poema de Rodolfo Coelho Cavalcante, *Antonio Conselheiro, o Santo Guerreiro de Canudos*, publicado em 1977, narra os eventos transcorridos no sertão baiano, passando pela trajetória de Antonio Conselheiro, formação da comunidade e embates com tropas estaduais e federais que levariam à sua eventual destruição. Oscila, ao longo do texto, no tratamento dispensado à figura de Conselheiro, tratando-o por vezes de maneira elogiosa e repreendendo sua conduta em outros. O poema enaltece as instituições republicanas e seus representantes, e roga para que não surjam figuras semelhantes à de Conselheiro no futuro, visto que o beato é apresentado como figura central dos acontecimentos, responsável, portanto, pela existência da comunidade.

Já o folheto *Guerra de Canudos*, de autoria de Raimundo Santa Helena, escrito em 1981, adota uma perspectiva revisionista, propondo-se a contestar a história oficial, responsável pela difamação da comunidade de Belo Monte e seus habitantes. No poema, estes sertanejos não constituem qualquer forma de ameaça, buscando somente escapar às condições de vida árduas às quais estavam submetidos, criando no arraial uma alternativa ao sistema capitalista, para viver com justiça e dignidade.

Rodolfo Coelho Cavalcante trabalha com muito mais adjetivos ao longo do texto poético do que Raimundo Santa Helena, que mobiliza, por sua vez, muitas imagens poéticas e metáforas. A linguagem nos dois textos é semelhante, mas o folheto de Santa Helena

apresenta uma diagramação que se distingue, incluindo a imagem de Antonio Conselheiro presente na xilogravura de capa em todas as páginas, à margem dos versos. Ambos os poemas são compostos por setilhas e versos de sete sílabas poéticas.

Antonio Conselheiro, o Santo Guerreiro de Canudos é um poema mais longo, contando com trinta e duas estrofes, oito a mais do que há em “Guerra de Canudos”, com vinte e quatro estrofes. O esquema rímico seguido pelos dois é o mesmo no interior da estrofe - ABBCDDB -, com o diferencial de que no texto de Santa Helena, todo verso final rima com o primeiro da estrofe seguinte - em uma estrutura que corresponderia, então, a ABDBDDB BEFEGGE. Os dois autores adotam certas liberdades quanto às rimas, que, em alguns momentos do poema, são baseadas na prosódia, não na escrita.

Para contrastar os diferentes textos e sua perspectiva acerca da comunidade e de seus habitantes, é fundamental que olhemos para as escolhas lexicais ao caracterizá-los. Para tal, elencamos os substantivos empregados ao longo dos dois textos poéticos para se referir a Conselheiro, a elementos ligados à República e suas instituições, aos habitantes de Canudos e aos conflitos, associando-os a adjetivos usados para caracterizá-los, na ordem em que figuram nos dois textos. Podem ser observados na tabela abaixo:

Quadro 2: Substantivos modificados por adjetivos qualificadores nos textos poéticos

GUERRA DE CANUDOS		
Substantivo	Adjetivo	p.
trabalho	consciente	2
história	contundente	2
corpos	semidesnudos	2
esqueletos	cabeludos	3
Campanha	inglória	3
lugarejo	verdejante	4
paus	fincados	4
labirintos	estreitos	5
Ministro	irritado	5
missão	punitiva	5
tropas	reforçadas	5
decisão	burra	6

ANTONIO CONSELHEIRO, O SANTO GUERREIRO DE CANUDOS		
Substantivo	Adjetivo	p.
pregador	exótico	2
doutrina	estranha	2
verbo	inflamado	2
beato	afoito	2
túnica	grosseira	2
cabeça	descoberta	2
barbas	brancas	2
cabelos	crescidos	2
cearense	foragido	3
coletor	reconhecido	3
Missionário	estranho	3
Pregador	insolente	4
povo	ordeiro	4
fanáticos	municipados	4
conflito	nefando	5
roteiro	infeliz	5
infantaria	pesada	5
jagunços	fanáticos	5
gargalhada	histórica	5
fanáticos	matreiros	6
saguís	enraivados	6
quadro	desolador	6
energia	renovada	7
Tropa	triunfante	7
Combate	cerrado	7
guerra	triste	8
momentos	cruéis	8
Guerreiro	Santo	8

Fonte: Elaboração própria.

Embora os dois poemas compartilhem de um mesmo gênero textual – gênero, aliás, com regras formais fixas -, apresentam uma abordagem bastante distinta dos eventos enfocados, como é perceptível pelas escolhas lexicais acima expostas.

No texto de Rodolfo Coelho Cavalcante, os adjetivos empregados para se referir a Antonio Conselheiro e os habitantes de Canudos são majoritariamente negativos, focalizando o fanatismo, selvageria e a ruptura com a ordem republicana representados por esses indivíduos. As instituições republicanas, aqueles a elas ligados e o exército, no entanto, são vistos sob uma ótica muito mais positiva, mas mencionados em menor número do que aqueles que as opõem. Essa caracterização positiva, não é, desse modo, construída somente através do elogio à ordem republicana, mas, também, através do contraste com os canudenses.

Já no folheto de Santa Helena, as forças governamentais, assim como a versão dos eventos que as coloca em uma posição heroica, são fortemente criticadas. Essa caracterização não se resume às escolhas de adjetivos, que são, afinal, empregados em baixo número ao longo do texto.

A distinção ao apresentar o povoado e seus habitantes, entrevista pelos dados lexicais, se faz bastante presente ao longo dos dois textos. Em *Antonio Conselheiro, o Santo Guerreiro de Canudos*, lê-se:

Pelo Cooperativismo
Os fanáticos viviam,
Trabalhavam sem salários,
O que ganhavam comiam,
Se conseguissem dinheiro
Entregavam ao Conselheiro
Assim nada possuíam.

Quem seguisse o Pregador
À casa não mais voltava,
Deixava mulher e filhos
De uma vez se separava
[...] (Cavalcante, 1977, p.4)

O poema de Cavalcante apresenta um grupo de fanáticos organizados em torno dessa figura religiosa que os comanda e concentra a renda coletiva. É ressaltado que trabalham sem receber por isso, em troca de alimento, e que, quando recebiam em dinheiro - o que é apresentado como improvável através do uso da conjunção “se” como subordinativa condicional - este deveria ser entregue a Conselheiro. Na estrofe seguinte, é relatado que a

decisão de seguir o beato para unir-se a esses fanáticos resultava na fragmentação de famílias, sendo mulheres e filhos deixados para trás. O fato de ser realçado que nada possuíam ao integrar a comunidade e trabalhar em condições adversas sugere uma realidade distinta desta, com maior qualidade de vida, para os que não vivem no povoado.

Santa Helena, por sua vez, apresenta o seguinte quadro da constituição da comunidade:

Os famintos lhe seguindo,
Do medo rompendo grade...
Lutar contra injustiças,
Viver com dignidade!
[...]
Uma multidão havia
Pra trabalhar nos roçados!
[...] (Santa Helena, 1981, p.4)

Esses indivíduos são, já de início, apresentados não como fanáticos, mas famintos. É postulado que as condições em que viviam eram desiguais e injustas, além de marcadas pelo medo. Ao colocar a escolha de unir-se ao povoado como uma alternativa à fome e à injustiça, o eu-lírico apresenta uma realidade bastante distinta daquela sugerida no poema anterior, e ancora essa escolha de deixar seus lares e unir-se ao beato na necessidade.

Ao descrever alguns conflitos da Guerra de Canudos, os eus-líricos exibem retratos bastante distintos dos combatentes em luta pela manutenção do povoamento. No folheto de Santa Helena, encontra-se a seguinte descrição:

E Pajeú no comando
De milhares de famintos
Caiu em cima das tropas,
Nos estreitos, labirintos
[...]
Mas Pajeú se enfeza
Embora sendo cristão:
Mataram o coronel
E toda expedição! (Santa Helena, 1981, p. 5)

Já em Cavalcante, os combatentes são representados da seguinte forma:

[...]
Era a guerra dos lunáticos
Onde jagunços fanáticos
Até o sangue bebia(m).
[...]

Os jagunços de emboscada
 Assassinarão soldados
 Até mesmo de pedrada
 Nos arvoredos ocultos
 Sorriam, faziam insultos
 Em histérica gargalhada. (Cavalcante, 1977, p. 5)

Os textos se aproximam ao aludir às estratégias de guerrilha adotadas pelos combatentes de Canudos, presentes, no primeiro texto, na descrição dos estreitos e labirintos pelos quais se esgueiravam para atacar as tropas; no segundo, ao situá-los escondidos entre a vegetação, atacando os soldados de surpresa. Destoam bastante, entretanto, na caracterização destes sertanejos: no primeiro trecho, de autoria de Santa Helena, há novamente o emprego do termo “famintos” para se referir a esses sujeitos, resgatando o tema da desigualdade social anteriormente mencionado; já Cavalcante utiliza “jagunços” que, como previamente discutido, é um termo com uma série de conotações negativas. Embora ambos apresentem a morte de soldados republicanos, o fazem, também, de maneiras distintas. O primeiro texto, embora apresente maior número de mortes - “mataram toda a expedição” - é muito mais favorável aos canudenses, mencionando a piedade do líder dos combatentes - “embora sendo cristão” - e não se delonga na descrição dos ataques. O segundo, por outro lado, não elenca quantos mortos caíram, mas enfatiza uma selvageria por parte dos canudenses, que se deleitam quando alvos são atingidos e bebem o sangue de soldados caídos.

O eu-lírico no texto de Santa Helena tem, portanto, uma visão muito mais positiva desses combatentes que descreve, contrapondo-se ao retrato de selvageria e animalização traçado no outro poema. Essa percepção dos canudenses estende-se ao longo de todo o poema, assim como o apelo por justiça social, que enxerga manifestações como a de Canudos como produto direto de um sistema falho que explora as classes mais baixas.

Embora pertençam a gêneros textuais distintos, o folheto de autoria de Rodolfo Coelho Cavalcante aproxima-se muito mais, nas representações do povoado e posicionamento perante as instituições republicanas, do discurso proferido por Luiz Vianna do que do folheto de Santa Helena. Nos parágrafos de abertura de seu pronunciamento, Vianna coloca:

No momento atual, em que o país inteiro, tomado de dolorosa surpresa, lamenta a perda irreparável de uma porção de seus filhos que [...] fora dele arrebatada pela fúria do fanatismo aplaudido pelos inimigos das instituições vigentes e pelos exploradores de toda ordem, e em que o vosso governo [...] procura, em desagravo do ultraje e em bem da ordem e da estabilidade do regime republicano, por cobro a uma situação que não pode nem deve

perdurar [...] Se agrupavam, desde 1893, em torno de um fanático ignorante e obcecado, homens de todas as procedências e instintos que, a título de devoção, extorquiram dos abastados das vizinhanças [...] (Vianna, 1897, p. 3).

Nas estrofes de número onze e doze do poema de Cavalcante, quando o eu-lírico descreve a formação do Arraial de Belo Monte, após apresentar a figura de Conselheiro e sua trajetória de peregrinação, narra:

Ao depois que Conselheiro
Catequizou muita gente
Começou a agredir Padres,
Governos e Presidente,
No lugar em que passava
Ninguém imposto pagava
Nem mesmo um tostão somente.

O estranho Missionário
Na sua “SANTA MISSÃO”
Espalhava o fanatismo
Prometendo Salvação.
Pai de família empregado
Por ele catequizado
Se juntava a multidão. (Cavalcante, 1977, p. 3)

A tensão entre ordem e desordem é explorada nos dois textos. No de Vianna, nominalmente, ao citar os “inimigos das instituições” e “exploradores de toda ordem”, além de afirmar que o governo estadual procura pôr fim à situação que ameaça a ordem e estabilidade republicanas. No texto poético, essa tensão é trabalhada através da narração dos atos de Conselheiro, que agride padres, governo, e presidente - insurgindo-se, portanto contra a Igreja e o Estado, tanto a nível estadual quanto federal. Ambos exploram o conceito de fanatismo comopositor a essa ordem representada pelas instituições republicanas, causa da morte de soldados e abandono de família e emprego por homens antes respeitáveis.

Antônio Conselheiro é, nos dois textos, apresentado como elemento central à existência e organização do grupo: no texto poético, são aqueles pelo beato, descrito como “estranho missionário”, catequizados que abandonam suas famílias e vidas anteriores e unem-se ao grupo, deixando de pagar impostos; no pronunciamento, reúnem-se ao redor de Conselheiro, um “fanático ignorante e obcecado”, homens de todo tipo, passando a extorquir as autoridades locais e cidadãos da vizinhança.

A ênfase na figura de Conselheiro como líder incontestável, responsável por todas as ações relacionadas à comunidade, diminui a percepção de seus habitantes como indivíduos únicos, agentes ativos nos acontecimentos. É uma leitura que caminha em consonância com o relato histórico tradicional, construído em torno de grandes líderes, sem voltar o olhar para as massas anônimas que são, todavia, motor da história. O poema de Santa Helena, entretanto, seguindo a proposta, apresentada já nos primeiros versos, de revisão histórica, atribui um papel distinto ao líder religioso:

Porque Antônio Vicente
[...]
Foi de Quixeramobim
Acender o estopim
Na bomba do formigueiro (Santa Helena, 1981, p. 2)

Conselheiro, neste caso, não seria o eixo condutor de todos os eventos, mas somente aquele que acendeu o estopim, deu o ponto de partida para que esses indivíduos saíssem, metaforicamente, do formigueiro e protagonizassem as mudanças sociais que se seguiram.

Nos textos de Vianna e Cavalcante, o movimento de unir-se ao grupo de fiéis de Conselheiro representa uma passagem da ordem à desordem, o que espelha a passagem realizada pelo próprio Conselheiro no texto de Cavalcante:

Era Antonio Conselheiro
Cearense foragido
Que tinha sido Mascate,
Coletor reconhecido,
Devido um crime de morte
Mudou ele até de porte
Para não ser reconhecido. (Cavalcante, 1977, p.3)

Usando essa polarização entre ordem e desordem como chave de interpretação, podemos também pensar o texto de Raimundo Santa Helena. Se, nos outros dois textos, a mera existência da comunidade já a situa no campo da desordem, no folheto de Santa Helena há a constituição de uma nova ordem, comunal e justa, contraposta àquela das instituições vigentes, que representam um sistema falho e exploratório.

No que diz respeito à caracterização de Conselheiro, os dois textos poéticos aproximam-se ao mobilizar figuras atreladas à religiosidade. Em Vianna, nossa percepção é de que o tema da religiosidade dá lugar ao do fanatismo como forma de desacreditar esta figura.

O folheto de Cavalcante apresenta uma descrição física do beato, mobilizando, para a sua caracterização, figuras ligadas ao tema da religião, como cajado e túnica, temática que é reiterada com a comparação de Conselheiro à figura bíblica de Sansão, em virtude dos cabelos longos. O eu-lírico oscila, ao longo do texto, na percepção transmitida de Conselheiro. Como é possível visualizar na Figura 7, alguns dos adjetivos empregados na descrição dessa figura incluem exótico, afoito, insolente e foragido. Todavia, ao final do poema, é retratado não só como fanático, mas, também, bravo e herói: “Para concluir leitores, / Foi Antonio Conselheiro / Um Bravo, um Herói, Um fanático” (Cavalcante, 1977, p. 8). Os títulos atribuídos ao beato são apresentados com enfoque inicial naqueles positivos, com “fanático” ocupando a terceira - e última - posição, fato reforçado pelo título do poema: Antonio Conselheiro, o Santo Guerreiro de Canudos. Ainda que essa figura aparentemente se redima neste momento da narrativa, ao final o eu-lírico clama para que não surjam outros pregadores como Conselheiro com sua falsa pregação.

No discurso de Luiz Vianna, embora o retrato do pregador aproxime-se daquele esboçado no folheto de Cavalcante, não há esta dualidade em relação à sua figura: Conselheiro é caracterizado apenas de maneira negativa, sendo apresentado como fanático, ignorante, obcecado e subversivo. É o único integrante da comunidade tratado pelo nome, referindo-se aos demais apenas como grupo, horda ou bando.

Já o eu-lírico de Raimundo Santa Helena não esboça um retrato físico de Conselheiro, dando enfoque às suas ações. Podemos pensar em como a sátira, em geral, emprega desqualificações físicas como forma de rebaixamento e ridicularização, em movimento oposto ao presente no folheto de Santa Helena: aqueles que viveram e lutaram em Canudos não devem ser rebaixados, sendo, portanto, caracterizados por suas ações. Para a caracterização de Conselheiro, o eu-lírico mobiliza figuras também atreladas à religiosidade, como a da Bíblia e capelas, embora, ao referir-se a ele como beato, utilize o termo entre aspas. A santidade de Conselheiro não é, no texto em questão, conferida por títulos ou alcunhas, mas construída a partir de suas ações: a construção de capelas e de uma alternativa de vida mais digna para os injustiçados. Sua participação na narrativa é significativamente menor do que no outro folheto, que, além de focalizar bastante a figura do pregador, conta com sua participação em discurso direto na totalidade da segunda, terceira e quarta estrofes.

Como já mencionado, essa ênfase dada à figura de Conselheiro assemelha-se mais ao relato histórico tradicional, com enfoque em grandes personalidades e líderes, o que é

questionado pelo eu-lírico de *Guerra de Canudos*, não só nos momentos em que discute as narrativas históricas construídas, mas também pelas escolhas em retratar outros personagens e não colocar Conselheiro em uma posição de protagonismo ao longo do texto.

Essas diferentes abordagens na construção do relato histórico, assim como as possíveis - e, ao nosso ver, necessárias - relações entre história e literatura serão abordadas no próximo tópico.

4.2 A tinta e o tempo: relações possíveis entre História e Literatura

Central à discussão proposta nesta pesquisa é de que maneira eventos históricos figuram em obras da literatura. Para falarmos das relações entre história e literatura, suas múltiplas abordagens e problemáticas e as possibilidades oferecidas por obras literárias enquanto fontes documentais, cumpre, antes de mais nada, retroceder um pouco e traçar um quadro de como a história lidou, ao longo do tempo, com a noção de fontes e da escrita da história.

Grande marco para estudiosos de história foi o movimento conhecido como *Escola dos Annales*, que, com propostas teórico-metodológicas inauditas, opôs-se à história positivista e racionalista que dominava o século XIX. Essa abordagem da história, fortemente influenciada pelas teorias positivistas, encarava a ciência histórica como imparcial, objetiva e única. O historiador, neste contexto, seria um arquivista de fatos, selecionando e organizando eventos passados, acessíveis através de documentos oficiais - e somente através deles. Naturalmente, esses estudos tenderiam a uma história dos grandes nomes e acontecimentos, que são, afinal, aqueles que figuram em documentos e comunicações oficiais (Souza; Kochhan, 2023).

Responsáveis pela introdução de propostas como a de “história total”, “história problema” e “história de longa duração”, os teóricos dos *Annales* expandiram as possibilidades de trabalho do historiador, introduzindo interdisciplinaridade aos estudos da história e um alargamento da noção de fonte documental. Não mais restrito a documentos oficiais, o cientista da história pôde incorporar à pesquisa fontes diversas, incluindo obras artísticas em geral e relatos, escritos ou orais. Quanto a algumas das inovações trazidas pelos *Annales*, Souza e Kochhan pontuam:

O presente, passado e futuro são interconectados, visto que não pode haver presente sem passado ou futuro sem presente. Adicionalmente, é essencial pontuar a importância e espaço dados a outras fontes históricas, como relatos orais. Em outras palavras, a história não é mais unicamente dependente de fontes escritas e documentos oficiais. Essa mudança na diversidade de fontes tornou-se fundamental para considerar e estudar outros períodos históricos sem registros escritos oficiais [...] (Souza; Kochhan, 2023, p. 19353, tradução nossa)

Uma das maiores mudanças foi a proposição de uma história mais globalizante, que levasse em consideração aspectos sociais, econômicos, geográficos e a mentalidade coletiva do período que se propusesse a estudar. A literatura, antes concebida somente como manifestação artística, passa a ser uma fonte documental válida. Essas mudanças abrem espaço, ainda, para uma história vista de baixo, que não se ocupe mais apenas de grandes nomes e olhe para as massas anônimas que movimentam a sociedade e os processos históricos.

Traçado este breve panorama, chegamos ao momento em que a literatura é, finalmente, empregada por historiadores em seu ofício, e às dificuldades que daí emergem. Obras literárias podem ser compreendidas como fontes documentais à medida que retratam, espelham, em certa medida, o contexto no qual são produzidas, ou respaldam outras fontes com um olhar de uma outra perspectiva sobre um mesmo evento. A pretensão de objetividade abandonada, compreende-se que o historiador - sujeito único, com sua própria subjetividade - irá, ao retratar eventos do passado, falar de uma posição determinada por seu próprio tempo, contexto e recorte teórico. A obra literária poderá fazer o mesmo, subtraindo apenas o procedimento científico.

Com isso entramos, no entanto, em outra problemática: conceber a literatura somente a partir de seu potencial como fonte histórica é uma leitura redutora. Como apontado por Dominick LaCapra, historiador estadunidense:

Tem-se tornado cada vez mais evidente que um uso estritamente documental do romance [...] esbarra em sérios problemas. Geralmente engendra uma narrativa histórica menos autocrítica e inquisitiva do que a narrativa literária da qual busca dar conta. E fornece uma resposta demasiado simples para a questão da relação entre o uso de linguagem na literatura e as práticas significantes no restante da sociedade [...]. No processo, torna a literatura redundante ou meramente sugestiva [...]. (LaCapra, 1985, p. 126, tradução nossa)

Redundante, de acordo com o autor, quando meramente reitera informações disponíveis em outras fontes, literárias ou não; sugestiva, quando não pode ser comparada a outras fontes e serve como meio de esboçar a atmosfera de determinado momento no passado. Sua proposta então, vai no sentido de incorporar diferentes abordagens de um texto - puramente literária e puramente documental -, de maneira a enxergá-lo como um todo, enquanto discurso que mobiliza a linguagem de maneiras específicas, e, através dessa linguagem, inscreve em si seu contexto de produção e com ele se reconcilia.

Chartier, em *Cultura Escrita e Leitura*, assume um posicionamento similar ao de LaCapra:

Estes elementos parecem indicar vários dos termos dignos de atenção para restabelecer uma leitura histórica das obras literárias que não destrua sua condição literária. Porque há historiadores que se interessam em fazer leituras das obras literárias, mas frequentemente sem sucesso, pois as liam como se fossem um documento singular que ilustrava os acontecimentos ou que corroborava o que as fontes clássicas da história tinham mostrado. Assim, é uma leitura redutiva, puramente documental e que destrói o próprio interesse de confrontar com a literatura. Para concluir, talvez possamos estabelecer estes dois temas de discussão tendo em vista estarem vinculados. Por um lado, o retorno da história sobre si mesma, pensando em sua dimensão literária; por outro, a literatura como objeto possível ou necessário da investigação histórica. Estas duas correntes, que talvez se desenvolvam de modo separado, confluem agora na pergunta sobre o estatuto da história, que sempre se vincula a fórmulas literárias, e com o enfoque histórico que faz pensar que é possível produzir uma inteligibilidade mais densa, mais complexa e mais rica das obras literárias. (Chartier, 2001, p. 91)

Além das considerações sobre a necessidade de não restringir o texto literário ao seu potencial documental, Chartier levanta a questão do caráter narrativo da própria história, pelo autor abordado como “dimensão literária”. A discussão acerca das aproximações entre história e narrativa é vasta, já tendo sido amplamente teorizada por diversos autores, com grandes contribuições do próprio Chartier.

O movimento encabeçado pela *Escola dos Annales* buscou extinguir a “história-narrativa”, compreendida como aquela história tradicional e teleológica, organizada linearmente e que expunha, segundo seus críticos, todos os acontecimentos como singulares e desconexos de uma totalidade. A proposta desses estudiosos, que incluía Marc Bloch, Lucien Febvre e Jacques LeGoff, era substituir a “história-narrativa” pela “história-problema”, compreendendo que o historiador não pode recontar o passado de maneira fidedigna, mas que

escolhe objetos de estudo - problemas - e os questiona a partir do presente, no qual está inserido (Souza; Kochhan, 2023).

Chartier, ao integrar a discussão, pontua que essa insurgência contra a assim chamada história-narrativa seria demasiado simplificadora, uma vez que toda escrita histórica seria, em certa medida, narrativa: “[...] a história é sempre relato, mesmo quando pretende desfazer-se da narrativa, e o seu modo de compreensão permanece tributário dos procedimentos e operações que assegurem a encenação em forma de intriga das ações representadas” (Chartier, 1990, p. 82).

O autor compreende o procedimento histórico então, como essencialmente narrativo. Mesmo que abandone a pretensão de objetividade ou de apresentar um relato puramente factual de eventos passados, o historiador continuaria dispondo de mecanismos próprios da narrativa.

Passados mais de cento e vinte anos do final do conflito que assolou o interior da Bahia, a Guerra de Canudos continua presente na memória nacional, figurando em obras que vão de livros didáticos a romances históricos. Nos dois poemas narrativos, com o quais trabalhamos, fica, além disso, também presentificada: nesse presente eterno da narrativa, se encontram ainda agora as tropas federais com canudenses no sertão.

Nossa pretensão aqui, ao trabalhar com a literatura que aborda eventos históricos, não é, em momento algum, chegar a um relato dos fatos em si, mas contrastar as diferentes narrativas tecidas em torno de um mesmo evento histórico. Concebemos a poesia de cordel - e a literatura em geral - como componente ativo no jogo de significações culturalmente compartilhadas, engendrando sentidos e participando da construção da memória coletiva.

A arte oferece a possibilidade de revisitar eventos históricos a partir de uma nova ótica, de considerar nuances antes ignoradas. Não pretendemos defender, no entanto, um relativismo exacerbado ou ignorar que a história, enquanto área do saber científico, tem métodos, procedimentos, e é ancorada em fatos. É sabido, no entanto, que as narrativas hegemônicas são, sempre, construídas por agentes, e questionar quais as histórias que estamos contando e tomando por fato pode abrir espaço para que as narrativas esquecidas - das massas, dos vencidos - venham à luz e abram novas possibilidades de análise. E os folhetos de cordel, expoentes da poesia popular, foram, e são, porta-voz das narrativas do povo, oferecendo perspectivas valiosas para a história nacional.

A partir dos três textos analisados, fica nítido que existem óticas distintas a partir das quais podem ser considerados os eventos da Guerra de Canudos. Para além disso, evidenciam, concretamente, com seus posicionamentos perante às instituições republicanas e aos canudenses, o conflito então travado entre os sertanejos e tropas oficiais, entre um ideal de ordem e progresso e uma comunidade que rompeu com o *status quo*. Com isso, oferecem possibilidades de questionamento acerca dos eventos que relatam - seriam os canudenses, de fato, essa horda fanatizada? Conselheiro é, afinal, santo ou bandido?

Parte da riqueza oferecida pela literatura para olharmos a história, vem de sua riqueza formal: a linguagem literária distingue-se da prosaica, e seus procedimentos são responsáveis pela construção de sentidos. Na poesia, tudo isso é mais latente: o emprego de figuras de linguagem, as escolhas lexicais, tempos verbais e interlocuções constroem um panorama que convida o leitor a suspender, brevemente, suas concepções prévias e olhar o objeto com novos olhos. Para Carlos Felipe Moisés:

O modo de ver ensinado pela poesia pede a negação, ao menos provisória, do conhecimento enquanto resultado, a fim de privilegiar o próprio ato de conhecer, entendido como disponibilidade, como ato a ser reencetado *ab novo*, incansavelmente, a cada objeto (ou coisa ou ideia) com que nos deparamos. Se formos capazes de aprender a lição da poesia, não haverá mais objetos definitivamente conhecidos: todos serão sempre novos e desconhecidos, à procura de seu lugar na árvore do saber. (Moisés, 2019, p. 24)

Esse modo de ver da poesia é resumido pelo autor na seguinte afirmação: “A poesia nos ensina a ver como se víssemos pela primeira vez” (Moisés, 2019, p. 17). Esse aspecto da poesia, abordado também por pensadores do formalismo russo, pode ser um instrumento valioso para o trabalho com eventos históricos ao reafirmar o caráter único de qualquer acontecimento e colocar em xeque concepções simplistas e maniqueístas de processos complexos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. **Histórias de cordéis e folhetos**. Campinas: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil, 1999.

ALMEIDA, Moisés Diniz de. *A destruição do Caldeirão de Santa Cruz na imprensa de Pernambuco: o medo de Canudos e da Intentona Comunista*. In: **Revista Brasileira de História da Mídia**, v.13, n. 1, p. 255-271, jan./jun. 2024.

ANTONIO, Mariana Dias. *A “Operação mata-mendigos” e o jornal Última Hora (Rio de Janeiro 1961-1969)*. In: **Vozes, Pretérito & Devir: Revista de História da UESPI**, v. 9 n. 1, p. 85-105, 2019.

AREDA, Francisco Sales. **O romance de João Besta e a Gia da Lagoa**. s/l, Editora João José da Silva, s/d.

AYALA, Maria Ignez Novais. Riqueza de pobre. **Literatura e sociedade**, v. 2, n. 2, p. 160-169, 1997.

BARONE, João, 1962. 1942: **O Brasil e sua guerra quase desconhecida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11a. ed., 1998.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *O paradoxo da esquerda no Brasil*. **Revista Novos Estudos**. São Paulo: Cebrap, n. 74, 2006.

BRUM, Mario. *Breve História das Favelas Cariocas - das origens aos grandes eventos*. In: **O Rio (Re)Visto de suas margens**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

CALASANS, José. **A Guerra de Canudos na Poesia Popular (Documentário Folclórico)**. Bahia: Centro de Estudos Baianos, 1952.

CALASANS, José. **Antonio Conselheiro, construtor de Igrejas e Cemitérios**. Brasília: Revista Brasileira de Cultura, no16, abr/jun 1973.

CALASANS, José. **Notícias de Antonio Conselheiro**. Jornal da Bahia, pg. 1, 1963.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Sessão solene homenageia combatentes brasileiros na Segunda Guerra Mundial**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/tv/444984-sessao-solene-homenageia-combatentes-brasileiros-na-s egunda-guerra-mundial/#:~:text=Na%20%C3%A9poca%2C%20foram%20mais%20de,o%20sacri%C3%ADcio%20valeu%20a%20pena>. Acesso em 15 mar. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Sandra Cavalcanti - Biografia**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/133986/biografia>. Acesso em 10 mar. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **A conquista do voto feminino**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/a-conquista-do-voto-feminino/index.html>. Acesso em 09 mar. 2025.

CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem: caracterização das Memórias de um sargento de milícias. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 8, São Paulo, USP, 1970, pp. 67-89.

CAVALCANTE, Rodolfo Coelho. **Antonio Conselheiro, o Santo Guerreiro de Canudos**. Salvador: Tipografia ANSIVAL, 1977.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2017.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural - Entre Práticas e Representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit**. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

CORADINI, Odaci Luiz. *Titulação escolar, condição de “elite” e posição social*. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 15 n. 43 jan./abr. 2010

COSTELLA, Antonio Fernando. **Breve História Ilustrada da Xilogravura**. Campos de Jordão: Mantiqueira, 2003.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Primor, 1973.

CURRAN, Mark. **A presença de Rodolfo Coelho Cavalcante na Moderna Literatura de Cordel**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

DELUMEAU, Jean. **Mil anos de felicidade – uma história do paraíso**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DIEGUES JR., Manoel. *Literatura de cordel*. In: BATISTA, Abraão. **Literatura de Cordel**. São Paulo: Global, s/d.

DOTTA, Giovana Vitória Martins. **Sandra Cavalcanti é recebida com pedras e vaias em mais uma remoção de favela**. Disponível em: https://riomemorias.com.br/expo_2_sala/sandra-cavalcanti-e-recebida-com-pedras-e-vaia-em-mais-uma-remocao-de-favela/. Acesso em 11 mar. 2025.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *LIMA, Alceu Amoroso*. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIMA,%20Alceu%20Amoroso.pdf>. Acesso em 11 mar 2025.

FONTES, Oleone Coelho. *O coronel Moreira César e a Revolução Federalista em Santa Catarina*. **Revista Canudos**, v. 2, n. 2, Salvador, UNEB, 1997.

GASPARI, Hélio. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GRILLO, Maria Ângela de Faria. **A arte do povo - histórias na literatura de cordel (1900-1940)**. Jundiaí: Palco Editorial, 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HAURÉLIO, Marco. **Breve História da Literatura de Cordel**. São Paulo: Claridade, 2010.

HERMAN, Jacqueline. **Canudos Destruído em Nome da República: uma reflexão sobre as causas políticas do massacre de 1987**. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 2, n.º. 3, 1996

JAGUNÇO. In: **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa**. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/jagun%C3%A7o>. Acesso em 02 dez. 2024.

JAGUNÇO. In: **Dicio - Dicionário Online de Português**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/jagunco/>. Acesso em 02 dez. 2024.

JAGUNÇO. In: **Michaelis - Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/jagun%C3%A7o/>. Acesso em 02 dez. 2024.

JAKOBSON, Roman. **O que fazem os poetas com as palavras**. In Colóquio Letras. Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, n. 12, 1973.

JORNAL DA PARAÍBA. **João Pessoa: quem foi o homem que dá nome à capital da Paraíba**. Disponível em: <https://jornaldaparaiba.com.br/cultura/joao-pessoa-saiba-quem-foi-o-homem-que-deu-nome-a-capital-da-paraiba>. Acesso em 22/03/2025.

LACAPRA, Dominick. **History & Criticism**. New York: Cornell University Press, 1985.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LESSA, Orígenes. **Literatura popular em versos**. São Paulo: Anhembi, 1955.

LEVINE, Robert M. **O Sertão Prometido: o massacre de Canudos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

LÍCITO. In: **Antônimos - Dicionário Online de Antônimos**. Disponível em: <https://www.antonimos.com.br/licito/>. Acesso em 01 abr. 2025.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Jornalismo literário**. In: Verbetes elaborados por Edvaldo Pereira Lima. Disponível em: <https://blog.edvaldopereiralima.com.br/verbetes-elaborados-por-edvaldo-pereira-lima/>. Acesso em 10 fev. 2025.

LLOSA, Mario Vargas. **A Guerra do Fim do Mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MARTINS, Aira Suzana Ribeiro. *A Singularidade do Cordel de Raimundo Santa Helena*. In: **Caderno Seminal**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 37, 2021.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida severina e outros poemas para vozes**. 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

MEMÓRIAS DA DITADURA. Ulysses Guimarães. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/ulysses-guimaraes/>. Acesso em 25 mar. 2025.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **A literatura de cordel como patrimônio cultural**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 72, p. 225-244, abr. 2019.

MOISÉS, Carlos Felipe. **Poesia pra quê? A função social da poesia e do poeta**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

MOREIRA, Alberto da Silva. *Democracia e Direitos Humanos no Brasil: as Contribuições da Teologia da Libertação*. In: **Caminhos**, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 207-221, jan/jun 2016.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. A Revolta da Chibata e seu Centenário. **Perseu: História, Memória e Política**, n. 5, 2010.

NIETZSCHE, Friedrich. **Sobre Verdade e Mentira no Sentido Extra-Moral**. São Paulo: Hedra, 2007.

PAZ, Octavio. **O arco e a lira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1956.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. **O messianismo – no Brasil e no mundo**. São Paulo: Dominus, 1965.

PONTES, Edna Matosinho de. **A Xilogravura Popular: xilógrafos e poetas de cordel**. São Paulo: Galeria Pontes, 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE EUCLIDES DA CUNHA. **História**. Disponível em: <https://www.euclidesdacunha.ba.gov.br/cidade/historia>. Acesso em 20 jan. 2025.

SADER, Emir. Couto e Silva, Golbery do. Disponível em: <https://sites.usp.br/portalatinoamericano/couto-e-silva-golbery>. Acesso em 25 fev. 2025.

SANTA HELENA, Raimundo. **Guerra de Canudos**. Rio de Janeiro: RIO, 1981.

SARMENTO, Silvia Noronha; SAMPAIO, Consuelo Novais. *VIANA, Luis*. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/VIANA,%20Luis.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2024.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SENA, Carolina Carvalho. *A literatura de cordel genuinamente brasileira*. In: **Memória e Informação**, v. 6, n. 1, p. 96-107, 2022.

SENADO FEDERAL. **Ruy Barbosa**. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/2227>. Acesso em 22 mar. 2025.

SILVA, Rogério Souza. **Antonio Conselheiro: A Fronteira entre a Civilização e a Barbárie**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca, 2001.

SOUZA, Amauri Santos; KOCHHAN, Andréa. *The positivist and Annales schools: an analysis of their complex relationship*. In: **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v.16, n.10, p. 19347-19359, 2023.

TAVARES, Bráulio. **Raimundo Santa Helena**. São Paulo: Hedra, 2012.

TOTA, Antonio Pedro. *Cultura, política e modernidade em Noel Rosa*. In: **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 3, p. 45-49, jul. 2001. Acesso em 22 mar. 2025.

VIANNA, Luiz. **Palácio do Governo do Estado da Bahia**. 1897.

ANEXOS

Anexo A - Antonio Conselheiro, o Santo Guerreiro de Canudos

Antonio Conselheiro, o Santo Guerreiro de Canudos
Rodolfo Coelho Cavalcante

Fim do Século dezoito
Na Bahia apareceu
Um Pregador Cearense
Que dizia: - Quem sou eu?
Sou o Emissário Divino
Salvador do Nordeste
Que ouve o conselho meu.

- Trago a palavra de Deus
Que é a Espada da Verdade.
- Sou o Caminho daquele
Que deseja a Eternidade.
Seja moço ou seja velho
Ouvindo meu Evangelho
Tem que fazer Caridade.

- Só peço aos meus seguidores
Que cuidem da Salvação

Vendendo tudo que tem
E entregando ao seu irmão,
O Reino já se aproxima,
Quem não olhar para cima
Fica infincado no chão.

- Caso e batizo de graça
Não pago imposto também
Porque a terra é de Deus
Não pertencendo a ninguém...
Construirei a Cidade
Que se chama, na verdade:
A “Santa Jerusalém”

Era Antonio Conselheiro
Um exótico Pregador
Que arrebanhava a gente
Quase em todo interior.
A sua estranha doutrina
Se chama “ORDEM DIVINA”
Sendo ele o Salvador.

Guerreava contra Padres,
Prefeitos e Coletores
E a frente da multidão
Doutrinava os pecadores,
Pelo seu verbo inflamado
Dizia ser Enviado
De Jesus e a Mãe das Dores.

Em toda Aldeia que ele
Passava ia construindo
Capelas e mais Capelas
Com a multidão seguindo...

Dessa forma era o retrato
Do mais afoito Beato
Que do Norte tinha vindo.

Vestia ele uma túnica
Grosseira de azulão,
De cabeça descoberta
Apoiado num bastão,
Barbas brancas e crescidos
Seus cabelos, parecidos
Semelhantes de Sansão.

Era Antonio Conselheiro
Cearense foragido
Que tinha sido Mascate,
Coletor reconhecido,
Devido um crime de morte
Mudou ele até de porte
Para não ser conhecido.

Conviveu com Padre Cícero
Ouvindo suas Pregações.
No Juazeiro do Norte,
Aprendeu fazer sermões.
Daí teve um tino novo
De catequizar o povo
Nas agrestes regiões.

Ao depois que Conselheiro
Catequizou muita gente
Começou a agredir Padres,
Governos e Presidente.
No lugar que ele passava
Ninguém imposto pagava

Nem mesmo um tostão somente.

O estranho Missionário
Na sua “SANTA MISSÃO”
Espalhava o fanatismo
Prometendo Salvação.
Pai de Família empregado
Por ele catequizado
Se juntava a multidão.

Pelo Cooperativismo
Os fanáticos viviam.
Trabalhavam sem salários,
O que ganhavam comiam.
Se conseguissem dinheiro
Entregavam ao Conselheiro
Assim nada possuíam.

Quem seguisse o Pregador
À casa não mais voltava,
Deixava mulher e filhos,
De uma vez se separava...
Era Conselheiro o Amigo
E o mais era Inimigo
Certo de que se salvava.

Era caso do Polícia
O modo do Conselheiro,
Pois já virava anarquia
Contra o País brasileiro.
Foi o Governo ciente
Do Pregador insolente
Contra um povo tão ordeiro.

O Doutor Luís Vianna
Governador da Bahia
Relatou ao Presidente
Tudo quanto ele sabia.
Fanáticos municiados
Assassinavam soldados
À qualquer hora do dia.

Começou em setenta e quatro
O Conselheiro pregando
Construindo suas Igrejas
E ao povo doutrinando.
Porém em noventa e quatro
O sertão virou teatro
Do conflito mais nefando.

Cumba virou um inferno
Igualmente Cansação,
Canudos a Monte Santo
Eram cidades do Cão,
O Rio Vesa-Barris
Era o roteiro infeliz
Da tragédia do sertão.

Soldados de Alagoas,
De Sergipe e da Bahia
Sofriam dentro do mato
Com pesada Infantaria,
Era a guerra dos lunáticos
Onde os Jagunços fanáticos
Até o sangue bebia(m).

De Chorrochó a Uauá
Os Jagunços de emboscada

Assassinavam soldados
Até mesmo de pedrada,
Nos arvoredos ocultos
Sorriam, faziam insultos
Em histérica gargalhada.

Tornou-se o Inferno de Dante
A guerra mais fraticida
Do Nordeste brasileiro
Outra não acontecida,
Os jagunços na procela
Comendo urtiga e favela
Perdiam o gosto da vida.

Era o sofrer das caatingas,
Dos mandacarus talhados
Pelos golpes de facões
Entre jagunços, soldados,
Os fanáticos matreiros
Trepados nos oitizeiros
Eram saguins enraivados.

Os soldados pracionos
Apenas com munição
Não conheciam os segredos
Dos mistérios do sertão,
Por detrás da macambira
Jagunços faziam mira
Ouvindo o tombo no chão.

Foi na serra da Cambaia
O quadro desolador
De soldados e jagunços
Que não houve vencedor,

Em toda extensão da serra
Foi a Batalha da guerra
Que causou maior clamor.

Qualquer Tropa do Governo
Contra os jagunços perdia,
Porém em “Taboleirinho”
Com renovada energia
A Tropa vence a Batalha
E a jagunçada se espalha
Pois do contrário rendia.

Brava e forte Artilharia
Nova luta começou
E em Bendegó de Baixo
A Cobra novo fumou...
Nessa Batalha Gigante
Foi a Tropa triunfante -
Conselheiro recuou.

Finalmente em Monte Santo
Houve nova mortandade
Com baixas de parte a parte
De maior atrocidade,
Cada qual tinha o seu jogo,
Foi cinco horas de fogo
Sem saciarem a vontade.

Cornel Moreira César
Heróicamente lutou
Noutro Combate cerrado
Porém alguém o alvejou...
Ferido disse sorrindo:
- Tome conta Tamarindo

Que minha hora chegou.

Dia cinco de outubro
Do ano mil e oitocentos
Noventa e Sete Canudos
Entre os mares de tormentos
O sangue ensopando a terra
Terminou a triste guerra
Que só causou sofrimentos.

Conselheiro estava morto
Por sofrer tanto revés
Porém morreu como Líder
Nos momentos mais cruéis,
Foi ele um Santo Guerreiro
Que teve o fim derradeiro
Morrendo pelos fiés.

Para concluir, leitores,
Foi Antonio Conselheiro
Um Bravo, um Herói, Fanático,
Um cidadão brasileiro
Que seria premiado
Se ele lutasse ao lado
De um ideal verdadeiro.

R-uiu todo o misticismo
O-nde a falsa pregação
D-issipou milhares vidas
O-bscurecendo o sertão...
L-ivre Deus-Pai Verdadeiro,
F-indo Antonio Conselheiro
O-utro não apareça, não.

Anexo B - Guerra de Canudos

Guerra de Canudos

Raimundo Santa Helena

Vou narrar pros meus leitores

Num trabalho consciente

A Campanha de Canudos

A maior do Continente...

Milhares assassinados,

Vencidos caluniados

Na História contundente...

Porque Antônio Vicente

Ou Antônio Conselheiro

Era na Comunidade:

Santo, mito, guerrilheiro!

Foi de Quixeramobim

Acender o estopim

Na bomba do formigueiro

Do Nordeste brasileiro,

Que explodiu em Canudos

Na combustão da miséria,

Nos corpos semidesnudos

Quando balas de canhão

Trituravam no sertão

Esqueletos cabeludos...

Na senda dos meus estudos,

Na versão oficial,

Aprendi que na Bahia,

Em Bom Jesus (Arraial),

Ao rio Vasa Barris,

Amotinados civis
Defendiam Portugal

Num retrocesso feudal
Em favor dos monarquistas -
25 mil jagunços
Ditos sebastianistas!
Intrigas de jacobinos
Acusando nordestinos
De rebeldes extremistas

Pagos por capitalistas
Para volverem a História,
Combatendo a República,
Numa campanha inglória...
Que mentira! Que vergonha!
A verdade que se ponha:
Na lembrança da memória:

Fugindo da palmatória,
No fim do século findo,
Conselheiro, “O Beato”,
Do Ceará foi saindo
Segurando seu cajado,
Com a Bíblia abraçado,
Capelas foi construindo...

Os famintos lhe seguindo,
Do medo rompendo grade...
Lutar contra injustiças,
Viver com dignidade!
Seu ideal se compunha -
Foi pra Euclides da Cunha,
Galopando na vontade...

Pensou que fosse verdae
O refrão “Democracia”...
Ocupou um lugarejo
Verdejante na Bahia!
Terras do interior
É reinado de “doutor” -
Conselheiro não sabia...

Uma multidão havia
Pra trabalhar nos roçados!
Mas antes em Masseté
Enfrentaram os soldados -
Uns trinta policiais,
Que, segundo os jornais,
Quase todos dizimados...

Pras casas de paus fincados
Era preciso madeira -
Compraram em Juazeiro
Mas o tenente Ferreira
Em Uauá enfrenta
E duzentos e quarenta
S’enterraram na poeira...

Governo iça Bandeira
Por causa de tanto atrito -
Dezoito noventa e sete
Foi ano de mais conflito...
Lá na Serra do Cambaio
Pajeú diz “Eu não saio
Nem na bala, nem no grito!”

E ali o major Brito

Com dois canhões atirando,
Com mais de 500 homens,
Metralhadoras tralhando!
Uns 115 mataram,
Só quatro dos seus tombaram
Mas Brito foi recuando...

E Pajeú no comando
De milhares de famintos,
Caiu em cima das tropas,
Nos estreitos, labirintos!
Não escapou um soldado...
O Ministro, irritado,
Manda vingar os extintos!

“Homens, mulheres e pintos,
Não escapa nem que reza!
Nesta missão punitiva
Eu mando coronel César
Com as tropas reforçadas
Em direção a Queimadas!
Este chefe ninguém lesa!”

Mas Pajeú se enfeza,
Embora sendo cristão:
Mataram o coronel
E toda expedição!
Outra foi organizada,
Por generais comandada...
Mais de mil mortos no chão!

Irmão matando irmão
No sertão do meu Brasil!
Onze meses de confrontos,

Morrem mais de cinco mil,
Pois na última batalha
Arraial vira fornalha
Com as tropas em funil...

Esmagar Poder Civil:
Prepotência assassina!
É também decisão burra
Matar homens de batina!
Em outubro, quinto dia,
Um “jagunço” não se via,
Nem menino, nem menina...

Nestas guerras, na chacina,
Progresso não se alcança!
Patriotismo não é
Cantar Hino na matança
Pela Ordem do País,
Nutrindo sua raiz
Com o sangue da criança...

Deliro na Esperança:
Vejo canhões no museu...
Golberry beijar Ulisses
E o João beijar Alceu...
O Papa jogando bola,
A Sandra beija Brizola...
O Pastor beija ateu...

Lembraí-vou de quem morrei
Lutando pelo direito
De viver em Liberdade
Ou morrer de qualquer jeito!
Nas asas da utopia

Eu, poeta, gritaria
Com todo vigor do peito:

Conselheiro pra Prefeito
E João Cândido Tenente;
Padim Cicho Senador,
João Pessoa presidente;
Pra Ministro Noel Rosa,
No Supremo Rui Barbosa,
Pajeú ex-combatente...

No Júri da minha mente
O pobre teria terra
Sem apodrecer nas covas
Dos campos-santos, da serra!
Na Campanha de Canudos
Mais irmãos ficaram mudos
Do que na Segunda Guerra!

A voz do Povo não erra!
Ser pobre não é destino!
Com justiça social
Não existe Virgulino
Nem Antônio Conselheiro!
Tocai o sino, sineiro,
Nos funerais do menino...

Anexo C - Transcrição do Discurso de Luiz Vianna

PALACIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
EM 15 DE MARÇO DE 1897

Sr. Presidente da República

No momento actual, em que o paiz inteiro, tomado de dolorosa surpresa, lamenta a perda irreparável de uma porção de seus filhos que, honrando o exército brasileiro, fôra dele arrebatada pela furia do fanatismo applaudido pelos inimigos das instituições vigentes e pelos exploradores de toda ordem, e em que o vosso governo, inclinado aos justos reclamos da opinião pública procura, em desaggravo ultrage e em bem da ordem e da estabilidade do regimen republicano, pôr cobro a uma situação que não pode nem deve perdurar, julgo do meu dever, em desempenho do cargo que ora exerço, neste Estado, historiar em argos traços, desde seus antecedentes, e levar ao conhecimento do primeiro magistrado da nação, para que esta os julgue na sua justiça soberana, os factos que aqui se passam, e que tão profunda impressão estão produzindo em todos Estados da Republica.

Ao assumir o governo da Bahia, em 28 de Maio do ano passado, antevi logo a extensão das dificuldades que deviam assoberbar-me, encontrando em diversas regiões do Estado elementos acentuados que perturbação queurgia extinguir.

Entre essas regiões estava a comarca de Monte Santo, onde, no lugar denominado Canudos, se agrupavam, desde 1803, em torno de um fanatico ignorante e obcecado, homem de todas as procedências e instintos que, a titulo de devoção, extorquiram dos abastados da circunvisinhança pingues esmolas, fortalecendo-se contra a autoridade e fugindo à acção das leis.

Bando a principio (1874 a 1876) meramente dominado pelo fanatismo das crenças religiosas, estacionando em diversas parochias da zona norte da ex-provincia, preocupado exclusivamente com a predica de doutrinas de uma verdadeira seita e com a construcção de capellas e cemiterios, foi, entretanto, crescendo em numero pela tolerancia de uns e pelo receio de outros, até que adquiriu fóros de cidade na comarca do Itapicuré, onde seu chefe,

Antonio Conselheiro, levantou uma verdadeira povoação, a que deu o nome de Bom Jesus, e da qual foi por muito tempo dono e senhor absoluto.

Datam daqui a sua maior influencia e prestigio, e as apprehensões e temores dos proprietarios e fazendeiros daquella zona contra a crescente agglomeração de homens e mulheres, que os cercavam fanatisados.

Chegaram naturalmente ao governo de meus antecessores os rumores e as queixas desta situação anormal, e começaram então as desconfianças do bando cotnra todos quanto pareciam adversos às suas crenças e aos seus interesses.

Não se sentindo porventura bastante seguro e forte em Bom Jesus, d'alli levantou Antonio Conselheiro seus arraines, e, internando-se pelo alto sertão, estacionou finalmente em Canudos.

Ja nessa epocha tanto elle como seus sequazes haviam passado da phase da devoção para a da hostilidade manifesta.

Duas pequenas expedições policiaes mallogradas no seu encalço, assim como uma tentativa de 80 praças de tropa federal em 1893, accentuaram definitivamente os maus sentimentos e intuitos da horda fanatica.

Tentou entao o meu honrado antecessor dominal-a por meios brandos e suasorios, e com este fim foi mandado em missao a Canudos, de accordo com o Revm. Arcebispo desta archidiocese, o padre capuchinho João de Monte Marciano, que d'alli voltou desanimado de os converter pela palavra e ensino evangelico, e dirigiu àquelle Prelado que o encaminhou ao governo do Estado importante relatorio, que a imprensa do paiz estampou, e é documento para ser lido e meditado no momento de serem julgado os actuaes acontecimentos.

Por outro lado, à medida que se fazia sentir em todo o Estado o benefico influxo das instituições republicanas, chegavam noticias de que naquele recanto, onde se havia homisiado o sequito de Antonio Conselheiro, propagavam-se doutrinas subversivas do regimen republicano, sendo crescente a sua audacia e resistencia á nova ordem de cousas estabelecida.

Por esse motivo principalmente foi desde logo patente minha intenção de não tolerar na permanencia e incremento de tão perniciosos elementos, chamando-os à obediencia às leis e à autoridade constituída.

Fui porém, desviado deste proposito para acudir à região da comarca das Lavras Diamantinas, cuja séde, a importante cidade de Lenções, poucos dias antes da minha posse um grupo de desordeiros e malfeitores toma de surpresa, saqueando-a e comenttendo os mais atrozes assassinatos, enquanto outro de igual jaez fazia o mesmo na florescente povoação da Barra do Mendes, naquela região.

O incalculavel prejuizo causado ao ao commercio desta capital com esses dous assaltos, aggravado pela ameaça de ser dominada a Estrada de Ferro Central, cortadas para aqui as communicações, chamou de preferencia minha atenção para aquella vasta zona, que foi preciso cobrir de força attingindo quasi a mil praças, exgottando assim os recursos de que no momento podia dispôr o governo do Estado.

Melhoradas alli as condições de ordem e segurança individual, e bem assim na zona do Sul, onde a colonia estrangeira clamava por garantias de vida e propriedade, e onde se consumiam tambem não pequenos recursos de força publica, procurava eu reunir elementos para d euma vez destruir os fanaticos malversores acastellados em Canudos.

Surgiu, porém, na capital federal a questão italiana, cuja repercussão se fez sentir aqui, no povoado do Jequié, comarca de Maracás, por scenas de violencia contra subditos daquela nacionalidade, alli estabelecidos.

Tornou-se urgente attender de prompto a esta emergencia, que pela menor hesitação dos poderes publicos, podia dificultar a pendencia diplomatica, em que nos achavamos empenhados, conforme fez-me ver o benemerito ministro do exterior, general Dionysio de Cerqueira.

Este illustre bahiano, pouco confiante talvez no recursos da força estadual, instou para nessa diligencia me utilisasse da força federal aqui estacionada, e a pôz immediatamente à minha disposição, na qualidade de ministro interino de guerra, que então era.

Recusei esse auxilio, de que no momento não precisava o Estado, affiançado a S. Ex. que a diligencia seria feita com presteza e com segurança dos interesses nacionaes.

E não me enganei, porque em poucos dias tinha eu a satisfação de receber de S. Ex. congratulações pelo exito augurado, que, no seu pensar, havia facilitado muito sua missão nas negociações encetadas com a legação italiana.

Era esta a situação, quando recebi do Dr. Arlindo Leoni, juiz de direito do Joazeiro, um telegramma urgente, communicando-me ocorrerem boatos mais ou menos fundados de que aquella florescente cidade seria por aquelles dias assaltada por gente de Antonio Conselheiro, pelo que solicitava providencias para garantir a população e evitar o exodo que da parte desta já se ia iniciando.

respondi-lhe que o Governo não podia mover força induzido por simple boatos, e recommendei, entretanto, que mandasse vigiar as estradas em distancia, e, verificando o movimento dos bandidos, avisasse por telegramma, pois o Governo ficava prevenido para enviar in continenti, em trêm expresso, a força necessaria para rechassal-os e garantir a cidade.

Desfalcada a força policial aquartellada nesta capital, em virtude das diligencias a que anteriormente me referi, requisitei do Sr. General comandante do districto 100 praças de linha, afim de seguirem para Joazeiro, apenas me chegasse o aviso do juiz de direito daquela comarca.

Poucos dias depois recebi eu d'aquelle magistrado um telegramma, em que me affirmava estarem os sequazes de Antonio Conselheiro distantes do Joazeiro pouco mais ou menos dous dias de viagem.

Dei conhecimento do facto ao Sr. General, que, satisfazendo a minha requisição fez seguir em trêm expresso e sob o commando do tenente Pires Ferreira, a força preparada, a qual devia alli proceder de accordo com o juiz de direito.

Esse distincto official, chegando ao Joazeiro, combinou com aquella auctoridade seguir ao encontro dos bandidos, afim de evitar que elles invadissem a cidade.

O Coronel João Evangelista e outros cidadãos prestigiosos do logar facilitaram à força todos os meios de mobilidade, seguindo ella seu encontrar gente de Antonio Conselheiro até o arraial de Uauá, onde acampou em 19 de novembro do anno proximo findo, à distancia de 10 leguas de Canudos.

Ali, na manhan de 21, foi a força inesperadamente acometida pelos conselheiristas, travando-se renhido combate, em que estes acabaram por deixar o campo da lucta com perda de mais de 200 homens, havendo a lamentar, por parte da tropa legal, a morte de um official e 10 praças, além de vinte e tantos feridos.

Este acontecimento impunha ao governo do Estado o dever de proseguir com energia no empenho de levar a termo o seu primeiro intento contra Conselheiro e seu sequito, e d'aqui originou-se a organização de uma expedição contra Canudos, sob o commando do major Febrônio de Britto.

Tanto quanto estava ao alcance do governo, puz à disposição d'este official os recursos necessarios à marcha da força, que devia compor-se de 300 praças de linha e 100 de policia.

Mandei além disto prevenir a diversos cidadãos de prestigio n'aquella região que facilitassem ao comandante da expedição tudo quanto elle requisita, e a elle proprio auctorisei a fazer por conta do Estado qualquer despesa que julgasse necessaria.

Eu não podia deixar de prevenir que essa columna fosse mais que sufficiente para debelar os fanaticos, pois me declarára o tenente Pires Ferreira, de volta de Uauá, que se alli dispuzesse de mais 100 praças, teria entrado victorioso em Canudos.

Deste parecer era tambem o juiz de direito de Joazeiro, a quem ordenei seguir para Queimadas, afim de auxiliar a mobilisação da expedição, e que se dizia bem informado da situação de Conselheiro, como juiz que foi do termo de Tucano e ultimamente da comarca de Bom Conselho, logares estes que viviam em frequente communicação com a gente de Canudos, pela proximidade em que se acham.

Além destas valiosas informações, que faziam crer que o effectivo de quatrocentas praças seria bastante para o exito da expedição, outras tive eu das quaes não era possivel duvidar.

O proprio major Febrônio, ja approximando do theatro da luta onde, como era de presumir, devia ter logo procurado colher mais exactos e minuciosos esclarecimentos sobre a situação e recursos dos conselheiristas, affirmava em telegramma de 7 de dezembro, dirigido ao commandante do districto, que com o numero de quatrocentas a quinhentas praças poderia bater os fanaticos com vantagem.

São estas as palavras textuaes do seu telegramma:

“Boatos Conselheiro inseguro devido ignorancia transmissores. Creio poder atacar Canudos com vantagem fazendo baixar força e dispor numero, formar columnas de ataque e assalto - que pretendo. Bastaram de quinhentos a quatro centos e poucos homens. Dizem

haver grosso bandidos fóra tres leguas receber força. Melhor. Urge operações sejam definitivas. Em tempo communicarei plano obedecendo condições topographicas.”

Em marcha o major Febronio, chegado ao lugar denominado Cansansão, distante quatro leguas de Monte Santo, teve ordem do general commandante do districto para regressar a Queimadas.

A esta ordem replicou elle nos seguintes termos do seu telegramma de 14 de Dezembro:

“Regressar Queimadas considero imprudencia. Penso momento urge avançar Canudos. Demora tem prejudicado indizível enthusiasmo que tive felicidade incutir força.”

Mantida, apesar disto, a referida ordem, à qual o major Febronio declarava “obedecer resignado”, teve elle de voltar a Queimadas.

Deixando, porém, por essa ocasião, o commando do districto o general Solon, e assumindo taes funções o criterioso e infatigavel coronel Saturnino, de accordo com o pensamento manifestado anteriormente pelo major Febronio, ficou combinado que este prosseguiria na diligencia de Canudos.

Communicada esta resolução ao major Febronio, respondia elle ao coronel Saturnino em telegramma de 20 de Dezembro nos seguintes termos:

“Cumprirei vossas ordens aguardando trem. Canhao segue amanha e quinze praças doentes. Forças exercito precisam remonta com homens pelo menos e officiaes. Segue um acompanhando doentes. Julgo conveniente mandeis substituir alferes Araujo 5º. Mandai bom artilheiro. Canudos podia esta hora estar sendo liquidado se nao fossem contrariedades a que me submeteram, abatendo até indizível enthusiasmo força. Vida publica tem destes revezes.”

Com a presteza que o caso requeria, foi satisfeita a requisição do commandante da espedição, mandando eu, além das cem praças do exercito solicitadas, mais cem de policia, subindo assim o effectivo das forças a seiscentos homens.

A confiança no bom exito da dilligencia com as forças de que dispunha, manifestou-se sempre o major Febronio desde seus primeiro preparativos.

E assim que em 27 de Novembro dirigia-se elle, em telegramma, ao Chefe de Segurança Publica nos seguintes termos:

“Aguardo ordens. Officiaes e forças estaduaes correctissimos. Bandidos engrossam Canudos. Creio debellal-os definitivamente. Está na minha honra de soldado.”

Em 28 de Novembro assim se exprimia elle ainda ao Chefe de Segurança Publica:

“Aqui botas desencontrados sem positividade vandalismo bandidos. Pessoa hontem chegada Triumpho informa Conselheiro ter mandado guarnecer todas entradas Canudos evitar fuga da parte sua gente, executando alguns pretendiam. Creio haver panico covil perversos. Ansioso entrar operações definitivas Canudos. Telegrapho general urgencia vinda força para exercito completo.”

Desta convicção não era somente o major Febronio. O juiz de Direito de Monte Santo, Dr. Gennes Fontes, em telegramma de 14 de Dezembro, assim dirigiu-se ao Governo do Estado:

“Autoridades, população Monte Santo, em nome vida e honra familia brasileira, pedem façaes quanto antes marchar força commando major Febronio, quatro leguas aquem Monte Santo, a fim neutralisar assalto presumido ou preparativos fuga bandidos. Força actual pede marchar Canudos, vantajosamente, se não entenderdes guarneça Monte Sante até reunião definitiva. Bandidos encovados Canudos demonstram panico, abatimento moral.”

Este documento, além da assinatura daquella insuspeita auctoridade, trazia a de cincoenta cidadãos dos mais graduados de Monte Santo.

O delegado deste termo exprimia-se assim em telegramma de 19 de Dezembro:

“Urge providencias, não ser sacrificada força policial destacada Monte Santo. Se não fosse impedida a marcha major Febronio, estava liquidada esta questão e restituída a paz Estado.”

O bacharel Honorio de Lima, promotor da comarca, em officio de 14 de Dezembro, extrenava-se por esta forma:

“Communico-vos que hontem chegou a esta villa uma força do Regimento Policial commandada por um capitão. Outro sim, tenho a honra de communicar-vou ter chegado ao meu conhecimento a sahida da força federal sob o commando do major Febronio de Britto, acampada a quatro leguas de distancia desta villa e aqui ha muito esperada. A demora da chegada das forças a esta villa está animando a Antonio Conselheiro, e cosnta que seus

sequazes ameaçam vir a esta villa soltar presos e assassinar as autoridades. Conscio do vosso patriotismo e desejo provado de tornar uma realidade e pacificação dos nosso sertões, e cumprindo o dever de pôr a vossa disposição os meus fracos serviços, peço licença para afirmar que as forças de que é commandante o major Febrônio de Britto são, a meu ver, sufficientes para levar a effeito a pacificação.”

Finalmente, o capitão Serbeto, do Regimento Policial, mandado a Monte Santo com reforço e incumbido tambem de colher informações a cerca da situação dos fanaticos, escrevia de Queimadas e 17 de Dezembro ao Chefe de Segurança Publica sobre o assumpto extensa missiva da qual destaco este trecho:

“O major esta muito animado em dar conta da empreza; queixa-se amargamente das estradas e secca dos caminhos; ha travessias de muitas léguas sem umma gotta de agua; a viagem para nós ha de ser penosa; mas de fazer-se, custe o que custar. O Virgilio e força estão em Monte Santo; neste momento recebi carta delle, dizendo-me que a força está anciosa para dar combate a Conselheiro. Ha muito exaggero nos boatos ahi espalhados; Conselheiro não terá mais de mil combatentes com armas atrazadas. Consta que tem havido muitas desersões na gente de Conselheiro, e contaram-me que tendo elle mandado sessenta homens escolhidos montar uma trincheira a duas leguas do reducto, elles aproveitaram e fugiram à noite.”

Se pelo lado da organisação e numero da força expedicionaria eu me tranquillisava, subia de ponto minha satisfação vendo o modo por que se externava o major Febrônio a respeito das autoridades locais, que tinham recommendação para auxiliar-o.

Em telegramma, datado de Queimadas, em 26 de novembro, exprimia-se elle ao Chefe de Segurança nestes termos:

“Commisario Serrinha e daqui incansaveis. Juiz de direito de Joazeiro aqui comigo desde hontem, egualmente.”

Em outro de 25 de Dezembro dizia:

“Coronel Felisberto acaba remetter-me vinte animaes gratis, só vencendo conductores. Maior difficuldade aqui falta arreios tracção. Não apparecem. Despezas conductores serão cargo commissario Monte Santo, auxiliar activo.”

Deante de tudo isto não era lieito ao governo duvidar um momento do exito da expedição, e foi sob taes auspicios que marcham contra Canudos a columna do major

Febronio de Britto, sendo pelo paiz inteiro conhecido o resultado do seu encontro com os fanaticos de Conselheiro.

Divulgadas as primeiras noticias, agurdei com calma as partes officiaes, para melhor juizo e providencias. Não foi, porém, pequena a minha surpresa quando, antes de qualquer comunicação official, surgiu na imprensa uma carta do major Febronio de Britto, conhecida já em todo paiz, e cujo principal intuito era evidentemente um impulso de hostilidade abrupta contra o governo do Estado, em vez da narração que lhe cumpria fazer daquelle recontro com os bandidos em que alias levou decidida e notoria vantagem a força expedicionaria.

Limitei-me, não obstante, nesta grave emergencia, a relatar lealmente as ocurrências ao governo da União, sem seuggerir-lhe alvitres, nem articular comentarios, deixando livre ao seu alto critério providenciar como lhe parecesse mais acertado.

Deliberou então esse governo a vinda de uma brigada sob o commando do coronel Moreira Cezar, dizendo-me confiar que o governo do Estado a auxiliaria em tudo quanto estivesse ao seu alcance.

Respondi immediatamente declarando que o governo do Estado se promptificava para dispor todos os elementos, que podessem aproveitar a nova expedição, de modo a poder ella seguir sem demora para o theatro dos acontecimentos.

De facto, o Chefe de Segurança Publica teve ordem de partir para Queimadas, ponto escolhido para reunir-se e apparelhar-se a expedição, e alli preparar todos o recursos que deviam ser postos à disposição do bravo e intemerato coronel Moreira Cezar.

Tal foi o desempenho dado por esse funcionario à sua missão, que mereceu que a seu respeito assim se enunciasse aquele chefe militar, em telegramas dirigidos a este governo:

“Queimadas, 8 de fevereiro. — Aqui chegamos sem novidade. Doutor Chefe Policia, como auctoridades teem empregado todos esforços remover difficuldades. Desejo muito que 26ª infantaria Sergipe vá estacionar Jeremoabo ou Bom Conselho, de preferencia no primeiro ponto. Tambem vou pedir isto ministro guerra.”

“Queimadas, 9 de fevereiro. — Me parecendo necessaria permanencia aqui Doutor Chefe de Segurança, e em vista vosso telegramma de hontem, ficou combinado isto.”

“Queimadas, 10 de fevereiro. — Nada nos tem faltado. Só me preocupo apressar movimento, pois estou convencido qualquer demora será prejudicial. Doutor Chefe Segurança funcionario distincto, cavalheiro incansavel.”

“Queimadas, 16 de fevereiro. — 7ª infantaria já seguiu Monte Santo, e já chegará amanha pela amanha. Com concentração d’este corpo base operações fica tudo preparado relativamente pessoal. Material quasi todo já seguiu. Em breve tudo estará Monte Santo. Tem havido methodo, regularidade todo serviço, sobresahindo esforço do intelligente e patriota Dr. Chefe Segurança. Saudações.”

Tudo assim disposto, e cercado de todos os elementos que considerou necessarios, e o que o governo do Estado prestou-lhe com solicitude e promptidão, partiu para Monte Santo o coronel Moreira Cezar; e tão eguro estava a respeito da situação de suas tropas e das condições do inimigo, que em telegrammas que correm impressos, dirigidos ao governo da União, affirmava não duvidar um instante da victoria que o aguardava, sendo seu unico receio que não o esperassem os bandidos.

E não era somente o bravo militar que com tamanha segurança confiava na sorte da sua expedição: a certeza do seu triumpho estava na consciencia publica.

O revez, portanto, das suas armas no reducto de Canudos echoou como uma nota de pungentissima surpresa e dôr na alma nacional, e não pode ser attribuido senão ao supremo infortunio da morte daquelle inclyto soldado, em meio da acção, e quando já lhe surriam os prenuncios de segura victoria. É este o sentir dos bravos que ao lado delle se bateram naquele dia nefasto à Republica Brasileira, e quando serenarem as turvações da hora presente a historia o confirmará em seu juizo definitivo e imparcial.

Esta é tambem a minha convicção; e quaesquer que sejam as responsabilidades que me possam caber nas graves emergencias a que chegamos, jamais as recusarei, porque a minha consciencia e a minha honra de primeiro magistrado deste heroico e valoroso Estado não receberam outras inspirações, senão as do bem da Patria e da consolidação das instituições republicanas.

Saude e fraternidade.

Luiz Vianna

